

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA

MAÍSA RENA HADDAD

QUEM FALA A LÍNGUA DE ACOLHIMENTO?

Um estudo sobre refúgio e decolonialidade.

JUIZ DE FORA

2022

MAÍSA RENA HADDAD

QUEM FALA A LÍNGUA DE ACOLHIMENTO?

Um estudo sobre refúgio e decolonialidade.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Peters Salgado

JUIZ DE FORA

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Haddad, Maísa Rena.

Quem fala a língua de acolhimento? : um estudo sobre refúgio e decolonialidade. / Maísa Rena Haddad. -- 2022.
119 f.

Orientadora: Ana Cláudia Peters Salgado
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2022.

1. Decolonialidade. 2. Acolhimento. 3. Refúgio. 4. Práticas Translingues. I. Salgado, Ana Cláudia Peters, orient. II. Título.

Maísa Rena Haddad

QUEM FALA A LÍNGUA DE ACOLHIMENTO? Um estudo sobre refúgio e decolonialidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística

Aprovada em 09 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cláudia Peters Salgado - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Daniel de Mello Ferraz

Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Denise Barros Weiss

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora, 04/03/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Barros Weiss, Professor(a)**, em 09/03/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Peters Salgado, Usuário Externo**, em 09/03/2022, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Mello Ferraz, Usuário Externo**, em 09/03/2022, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0698927** e o código CRC **5B6214A4**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, para mim, não é somente um ato de “etiqueta social”; é, acima de tudo, lembrar a mim mesma que nada disso seria possível sozinha. Por isso, em primeiro lugar, agradeço ao Deus em quem deposito minha confiança e a certeza de que nenhuma luta se compara àquilo que há de vir. Agradeço à minha família por todo o suporte. À minha mãe pelos conselhos, pelo apoio todos os dias e por me mostrar o caminho e a beleza da pesquisa e dos estudos desde muito nova; às minhas primas Layla e Sara por me ajudarem em horas de muita ansiedade; à minha tia Faride pelas orações e pelo auxílio. Em especial, faço menção ao grupo da ABU Juiz de Fora, com quem compartilhei muitos almoços no RU, horários de intervalo e minhas dificuldades de adaptação ao mestrado e a uma nova cidade. Obrigada pelos momentos que passamos juntos e pelos amigos que levo para toda a vida. Destes, destaco a Brenda Salatiel e o Natã Carvalho, que me acompanharam mais de perto ao longo de 2019: obrigada pela família que criamos quando estávamos distantes das nossas. Agradeço aos meus colegas do mestrado por compartilharmos bons momentos juntos, em especial meus colegas do GRUPELS: Lud, Rafa, Flávio e Michele, com quem pude aprender e discutir temas de enorme relevância para a promoção da justiça social. Meus agradecimentos aos professores com quem tive oportunidade de desenvolver aprendizados e conhecer novas teorias; obrigada pelas leituras e pelas discussões que tivemos juntos. Por fim, mas de nenhuma maneira menos importante, agradeço imensamente à minha professora orientadora Ana Cláudia por me receber tão bem sem ainda me conhecer e por me ensinar tantas coisas em tão pouco tempo. Seus comentários e suas reflexões me fizeram ver a Linguística de uma maneira única e revolucionária! Muito obrigada! Sem vocês todos, eu não chegaria aqui. Que o futuro nos permita bons reencontros e muita linguística indisciplinar.

“Hoje, a voz me chega aos ouvidos como sons da memória ardente. Às vezes ele se distraía e falava em árabe. Eu sorria, fazendo-lhe um gesto de incompreensão: ‘É bonito, mas não sei o que o senhor está dizendo’. Ele dava um tapinha na testa, murmurava: ‘É a velhice, a gente não escolhe a língua na velhice. Mas tu podes aprender umas palavrinhas, querido’. A intimidade com os filhos, isso o Halim nunca teve. Uma parte de sua história, a valentia de uma vida, nada disso ele contou aos gêmeos. Ele me fazia revelações em dias esparsos, aos pedaços, ‘como retalhos de um tecido’. Ouvi esses ‘retalhos’, e o tecido, que era vistoso e forte, foi se desfibrando até esgarçar.”

(Milton Hatoum)

RESUMO

A presente pesquisa, por meio de abordagem qualitativa, discute a perspectiva linguística envolvida nos fenômenos sociais de refúgio e acolhimento de migrantes forçados, também denominados refugiados, no Brasil, buscando observar e analisar seu entendimento por parte de instituições acolhedoras. Sabe-se que o Brasil tem recebido grande quantidade de pessoas que se inserem nessa classificação, tendo, apenas em 2018, oficializado mais de mil solicitações de refúgio e autorizado vistos humanitários a migrantes oriundos de países em situações de grave crise econômica ou catástrofes ambientais. Esta pesquisa apresenta diferentes visões de acolhimento; repensa o conceito de língua e a relação entre língua e refúgio, problematizando possíveis rotulações e ações engessadas presentes na prática de acolhimento linguístico e social no Brasil. Buscam-se, com isso, novas possibilidades de proporcionar, aos deslocados forçados, maior opção de mobilidade social a partir da manifestação de um acolhimento que promova justiça social. Dessa maneira, intenciona-se propor uma abordagem decolonial ao refúgio, unindo-a aos conceitos de *translingual practices*, uma questão de justiça social e língua, e *Spracherleben*, a experiência vivida na língua. Este trabalho se divide em cinco capítulos, sendo eles: 1) Introdução; 2) Buscando teorias para embasar estudos linguísticos sobre refúgio; 3) Metodologia de pesquisa; 4) Análise de dados; e 5) Considerações finais. Buscando compreender o entendimento que o acolhedor tem do que preconiza como acolhimento, nosso *corpus* é formado por textos divulgados por um órgão oficial de acolhimento de refugiados no Brasil e reportagens de jornais online, investigando a manutenção ou não de práticas coloniais, bem como a compreensão do vínculo entre práticas linguísticas e acolhimento.

Palavras-chave: Acolhimento; Decolonialidade; Refúgio; Práticas Translíngues.

ABSTRACT

The present research, by means of qualitative approach, discusses the linguistic perspective involved in the social phenomenon of refuge and hosting of forced migrants, also named refugees, in Brazil seeking to observe and analyze how it is comprehended by hosting institutions. It is well known that Brazil has been receiving a great amount of people who are included in this political category, having, only in 2018, formalized more than a thousand refuge applications and permitted humanitarian visas to migrants coming from countries in severe economic crisis or under natural catastrophes. This paper presents different views of hosting; rethinks the concept of language and its relation with refuge, bringing up questions about possible labeling and plastered actions present in the linguistic and social hosting in Brazil. In this way, new possibilities are sought to provide the forcedly displaced people with a greater option of social mobility based on the manifestation of a hosting that promotes social justice. It is intended to propose a decolonial approach to refuge, combining it to the concepts of translingual practices, a matter of social justice and language, and *Spracherleben*, the lived experience of language. This work is divided into five chapters, namely: 1) Introduction; 2) Searching for theories to support linguistic studies on refuge; 3) Research methodology; 4) Data analysis; and 5) Final considerations. Seeking to understand the idea that the host has of what he calls hosting, our corpus is formed by texts published by an official hosting agency in Brazil and official online newspaper reports, investigating the maintenance (or not) of colonial practices, as well as the understanding of the link between linguistic practices and hosting.

Keywords: Hosting; Decoloniality; Refuge; Translingual Practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indexicais: Acolhedor x Acolhido.....	65
Quadro 2 - Indexicais de espaço: aqui x lá.....	68
Quadro 3 - Indexicais de valor: refugiados/migrantes x brasileiros.....	71
Quadro 4 - Indexicais de espaço em relação à violência: aqui x lá; agressor x agredido.....	73
Quadro 5 - Falas da coordenadora entrevistada em reportagem analisada.....	86
Quadro 6 - Verbos e termos/indexicais recorrentes em reportagem analisada.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 BUSCANDO TEORIAS PARA EMBASAR ESTUDOS LINGUÍSTICOS SOBRE REFUGIADOS.....	11
2.1 Compreendendo o refúgio	11
2.1.1 Conceituando migração e migrante	12
2.1.2 Brasil: o país do acolhimento?.....	15
2.1.3 Quem é refugiado?.....	17
2.1.4 Refúgio no Brasil.....	18
2.1.5 Problematizações do termo “refugiado”	19
2.2 Políticas de acolhimento e questões linguísticas	21
2.2.1 Políticas de Acolhimento: questões legais e a que se referem	21
2.2.2 Concepção de língua.....	24
2.2.3 Língua e refúgio.....	26
2.2.4 <i>Translingual Practices</i> : uma perspectiva de língua	26
2.2.5 <i>Spracherleben</i> : a experiência vivida da/na língua	29
2.3 Relações de Poder.....	31
2.3.1 Silenciamento	34
2.3.2 Mídia.....	35
2.4 Visões de acolhimento.....	40
2.4.1 A ideologia assistencialista de acolhimento	40
2.4.2 A ideologia messiânica de acolhimento	42
2.4.3 A justiça social no acolhimento.....	43
2.5 Abordagem decolonial de acolhimento	45
2.5.1 Decolonialidade	45
2.5.2 Uma busca pelo fim do pensamento abissal	47
2.5.3 Sociedade.....	49

3 METODOLOGIA DE PESQUISA	52
3.1 A abordagem qualitativa.....	53
3.2 A decolonialidade na pesquisa acadêmica.....	54
3.3 Caracterização da pesquisa.....	56
3.4 Instrumentos de Análise	57
3.4.1 Narrativas de Vida.....	57
3.4.2 Indexicalidade.....	58
3.4.3 Notícia típica x Notícia Depoimento	58
4 ANÁLISE DE DADOS	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A – REPORTAGEM 1: CASO DE YUSRA.....	99
ANEXO B – REPORTAGEM 2: CASO MOHAMED.....	103
ANEXO C – REPORTAGEM 3: CASO DE HAITIANOS NO GLICÉRIO	106
ANEXO D – REPORTAGEM 4: CASO AL JANIAH.....	108
ANEXO E – REPORTAGEM 5: CASO CURSO DE PORTUGUÊS.....	110

1 INTRODUÇÃO

Em tempos nos quais as relações e identidades humanas configuram-se altamente fluidas, as fronteiras geográficas se diluem e as práticas linguísticas passam a ter mais notoriedade, encontro a necessidade de me empenhar a promover uma linguística indisciplinar, capaz de traduzir e interpretar as situações sociais que nos cercam e que têm moldado o mundo (RAMPTON, 2006).

Em busca dessa direção, cheguei à Universidade Federal de Juiz de Fora com o propósito de repensar conceitos, reconstruir ideias e estudar maneiras de praticar um tipo de pesquisa que tomasse o falante e suas práticas linguísticas e sociais como ponto de partida e principal foco. De início, não conhecia o programa da universidade, nem propriamente a cidade de Juiz de Fora, mas já percebia a língua enquanto prática social.

Dessa maneira, desenvolvi, inicialmente, um anteprojeto de pesquisa, cujo tema se tratava da descrição da paisagem linguística de Campos dos Goytacazes/RJ, em razão de seu desenvolvimento portuário na última década. Esse projeto objetivava investigar de que maneiras imigrantes na cidade interferiam e modificavam a paisagem linguística local, como placas, sinais ou mesmo conversas pelas ruas. Escolhi me inscrever para a orientação da Dra. Ana Cláudia Peters Salgado, porque concluí que as áreas de pesquisa se assemelhavam.

Na linha de pesquisa “Linguagem e Humanidades”, iniciei o curso de mestrado em março de 2019. Na época da escolha de área para a inscrição no processo seletivo, também notei uma grande inclinação à área de ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE) e, por essa razão, em minhas primeiras reuniões de orientação, comentei com a professora Ana sobre meu interesse em repensar meu projeto a partir do viés do PLE. Apesar disso, nada ainda estava muito concreto e muitas coisas mudavam ao longo das aulas do curso.

No primeiro semestre de 2019, três disciplinas me chamaram mais atenção. Foram elas “Semântica e Pragmática”, “Tópicos em Linguagem e Humanidades - Linguística Aplicada I”, e “Texto e Discurso”. Nas aulas de “tópicos”, cuja professora era a Dra. Denise Barros Weiss, muitos questionamentos foram surgindo, bem como o interesse no ensino de português para estrangeiros aumentando, mas, ainda assim, algo não estava se encaixando. Ademais, minhas reuniões com o Grupo de Pesquisa em Língua(gem) e Sociedade (Grupels) provocavam inquietações e pensamentos acerca da pesquisa em Linguística Aplicada.

Foi somente no segundo semestre, nas aulas de “Linguagem, Cultura e Diversidade”, propostas pelo professor Dr. Alexandre José Cadilhe, e de “Tópicos em Linguagem e Humanidades - Linguística Aplicada II”, com minha professora-orientadora, que encontrei possíveis respostas para minhas perguntas. O intuito da primeira disciplina foi de discutir possibilidades decoloniais de pesquisa e, o da segunda, de discutir ideologias linguísticas e práticas translíngues. Somente após contato com os conceitos de *translanguaging practices* e decolonialidade, pude repensar minha pesquisa de mestrado.

Ao mesmo tempo em que eu compreendia melhor essas perspectivas de pesquisa, eu também notava ainda mais a questão linguística que permeia a situação de refúgio de pessoas em deslocamento forçado. Isso chamou minha atenção, de maneira que, em pouco tempo, concluí que refúgio e acolhimento demandam um maior entendimento das práticas linguísticas de seus participantes, bem como uma desobediência decolonial, a fim de que sejam mais humanos, mais reais e mais efetivos.

Nesta minha pesquisa de mestrado, tenho buscado compreender melhor o tema do refúgio no Brasil e no mundo, em específico a ideia de acolhimento (também linguístico), e algumas práticas de lingua(gem) de pessoas que o compõem. Entendo - e utilizo neste trabalho - a perspectiva decolonial como foi proposta por Mignolo (2008), buscando não defini-la com base em uma obediência epistêmica construída pela hegemonia da cultura europeia, mas, ao contrário, entendendo-a como um ato de *aprender a desaprender* e de um *fazer descolonial*. Considero esse, portanto, o objetivo dos estudos linguísticos, promovendo uma linguística verdadeiramente humana e social.

Levando em conta que nesta década temos vivido o maior fenômeno migratório registrado desde a estruturação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em 1950, marcando aproximadamente 79,5 milhões de deslocados forçados, dentre eles 26 milhões de refugiados ao redor do mundo, encontrei aqui meu interesse de pesquisa.

São considerados refugiados aqueles que sofrem perseguição por raça, religião, nacionalidade ou pertencimento a algum grupo social ou político, que se encontram em contexto de conflitos armados ou de violação de direitos humanos. O Brasil, um dos países pioneiros no que tange à proteção internacional de refugiados, foi o primeiro país do sul americano a ratificar, em 1960, a Convenção do Estatuto dos Refugiados de

1951.¹ Apenas no ano de 2018, o Brasil reconheceu 1.086 pessoas de diversas nacionalidades. Além dos que se encaixam nesse perfil, o país também tem recebido uma enorme quantidade de solicitantes de visto humanitário por razão de crises econômicas e de catástrofes ambientais, como é o caso dos haitianos.

Esse fenômeno migratório tem reconfigurado o funcionamento social que, segundo Vertovec (2007), precisa levar em consideração, a partir de agora, as condições multidimensionais e os processos que afetam os migrantes, a fim de que as políticas públicas se adequem à realidade superdiversa que temos vivido.

Historicamente, os grandes movimentos migratórios foram desprezados ou mesmo ocultados pelos governos ao redor do mundo. É o caso, por exemplo, da imigração forçada de africanos nos séculos XV, XVI e XVII com a finalidade de que servissem como escravos nas américas. Esse exercício governamental tem se estendido até o presente momento, perpetuando a negligência e a ocultação de dados sociais irrefutáveis e inocultáveis.

Há, atualmente, um esforço de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) em combater esse reforço, e, por isso, já encontramos hoje legislações nacionais e internacionais que amparam e resguardam o direito do migrante; direito este que se fundamenta na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Com o crescimento do recebimento de migrantes, as diferentes áreas dos estudos sociais sofreram alterações e os estudos de linguagem e de ensino de línguas ganharam certo destaque. A área de Português como Língua Estrangeira, por exemplo, começou a ser mais procurada para reforçar e expandir o aprendizado da primeira língua oficial do Brasil. Apesar disso, ainda não se havia pensado com mais detalhamento acerca da situação dos migrantes forçados, que, além de não saberem o idioma, também possuíam demandas linguísticas e sociais muito específicas.

Assim surgiu o conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), o qual expressa a ideia de que a língua acolhe e que, se há um acolhimento por meio dela, em algum momento, o migrante será integrado ao contexto social brasileiro. Segundo Costa & Silva (2018), o principal objetivo do PLAc é a integração de migrantes forçados ao país de acolhimento por meio da aprendizagem da língua acolhedora a partir de competências linguísticas específicas para sua sobrevivência em sociedade.

¹<https://www.acnur.org/portugues/>

Essa realidade promoveu no Brasil o crescimento de oferta de aulas de português por parte de Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos religiosos, universidades e instituições de acolhida. Em geral, aqueles que atuam como professores têm formações de níveis distintos e áreas distintas, sendo possível encontrar advogados, empregadas domésticas, professores da educação básica, estudantes, entre outros, num mesmo ofício. De maneira similar, recebem-se migrantes de diferentes níveis educacionais, estratos sociais e origens.

Ainda que o Brasil tenha, de muitas maneiras, facilitado a entrada e a inserção dessas pessoas no país, muito pouco tem sido feito em termos práticos e políticos. Não há, hoje, no Brasil quase nenhum tipo de política pública, quer em âmbito nacional, quer em âmbito estadual ou municipal, que promova o ensino gratuito de língua portuguesa para deslocados forçados ou que se preocupe em propor qualquer tipo de política linguística. De igual forma, não são encontradas políticas públicas que pensem a questão da imigração para além da burocracia de entrada e legalização no país (Lei do Refugiado de 1997 e Lei de Migração de 2017).

Pensando mais a fundo, deparamo-nos com alguns questionamentos acerca das políticas públicas e linguísticas e do conceito de Língua de Acolhimento, que trago como perguntas de pesquisa aqui: i) Como podemos tratar a questão do refúgio, do acolhimento e da Língua de Acolhimento a partir de uma perspectiva decolonial?; ii) Se há um acolhimento pela língua, como ele é visto ou como poderia ser?; iii) Como poderiam ser as políticas linguísticas decoloniais?

A fim de pesar todas as indagações que surgem desse contexto, divido este trabalho em cinco capítulos: 1) esta introdução; 2) teorias; 3) metodologia; 4) análise de dados; e 5) conclusão. O segundo capítulo, intitulado “Buscando teorias para embasar estudos linguísticos sobre refugiados”, subdivide-se em cinco subcapítulos: no 2.1) apresento os conceitos principais da temática da migração necessários para a compreensão de refúgio e acolhimento; no 2.2) exponho políticas de acolhimento e as questões linguísticas que o envolvem; 2.3) apresento pensamentos sobre as relações de poder que permeiam essa temática, mais especificamente quando em prática midiática, buscando perceber sua possível ação de manutenção de injustiça e silenciamento 2.4) elaboro três visões de acolhimento; e, no 2.5), proponho uma possível abordagem decolonial de acolhimento.

No capítulo 3), apresento a metodologia utilizada neste trabalho, bem como os instrumentos de análise, como narrativas pessoais (histórias de vida) e indexicalidade.

No capítulo 4), apresento a análise dos dados de reportagens jornalísticas e artigos de instituições e organizações oficiais de acolhimento de refugiados. Tais dados enunciam narrativas de refúgio “renarradas” pela mídia nacional a partir do olhar do sujeito-acolhedor, nativo, falante da língua portuguesa no Brasil.

Este trabalho objetiva discutir os tópicos anteriormente citados e propor reflexões para possíveis reformulações do trabalho linguístico com os migrantes forçados, pensando uma reestruturação de políticas públicas e linguísticas que os favoreçam e os amparem em suas necessidades cotidianas.

2 BUSCANDO TEORIAS PARA EMBASAR ESTUDOS LINGUÍSTICOS SOBRE REFUGIADOS

Neste capítulo, que se divide em cinco subcapítulos: 1) Compreendendo o refúgio; 2) Políticas de acolhimento e questões linguísticas; 3) Relações de poder 4) Visões de acolhimento; e 5) Abordagem decolonial de acolhimento, apresentam-se os conceitos e teorias que fundamentam este trabalho. A primeira parte traz ao leitor informações necessárias a uma compreensão mais ampla acerca do conceito de refúgio, de quem é o migrante refugiado (bem como o portador de visto humanitário) e do cenário atual de refúgio no Brasil. Além disso, levantam-se problematizações relacionadas a nomenclaturas utilizadas no contexto de migração global.

Em sequência, o subcapítulo dois aborda políticas de acolhimento e as questões linguísticas que as envolvem, relacionando língua e refúgio, e trazendo à pesquisa as políticas públicas e linguísticas de refúgio em voga atualmente. Em adição, faço uso desse espaço para repensar e sugerir uma perspectiva translíngua — também decolonial — de língua e apresentar o conceito de *Spracherleben*, a vida vivida da língua; ambos direcionadores deste trabalho.

O terceiro espaço reflete acerca das relações de poder que circunscrevem as relações humanas e sociais, buscando compreendê-las também nos ambientes de refúgio e da grande mídia. Ademais, apresenta observações acerca do conceito de silenciamento.

O quarto momento suscita uma reflexão sobre diferentes visões do que é acolhimento, observando ideologias assistencialistas e messiânicas nelas presentes, a fim de, em seguida, propor uma interpretação de acolhimento e justiça social.

Por fim, na quinta parte, sugiro uma abordagem decolonial de acolhimento com o intuito de apontar uma direção distinta para a oferta de um tipo de acolhida que melhor promova justiça social às pessoas em deslocamento forçado no Brasil.

2.1 Compreendendo o refúgio

O conceito de refúgio, em destaque nas últimas décadas em razão do perceptível aumento do fluxo migratório de pessoas ao redor do mundo, sempre existiu, mas nunca antes nas proporções atuais. Para compreender a ideia de refúgio, é fundamental

entender os conceitos que a compõem, como, por exemplo, os de migração, migrante e refugiado.

Neste tópico apresento tais conceitos a fim de construir uma base para o entendimento do que é refúgio e das partes que o integram, além de mostrar qual é o cenário brasileiro atual acerca do tema.

2.1.1 Conceituando migração e migrante

Os processos migratórios têm atraído o interesse das áreas de estudos sociais (e, neste caso, linguístico-sociais), que intentam se aprofundar mais no assunto. A fim de esclarecer categorias intrínsecas à migração e importantes “suleadoras” desta pesquisa, apresento algumas definições para sua construção teórica.

Apesar de pesquisadores ainda não terem chegado a uma única “unidade conceitual” acerca de migração, pode-se defini-la resumidamente como um fenômeno complexo e de essência social, constituído pela mobilidade, pelo deslocamento e pelo fluxo espacial de pessoas ao redor do mundo, detentor de faces próprias e distintas e de implicações que variam de indivíduo ou grupo social que nele se encontre (SALIM, 1992). Cabe, entretanto, ressaltar que “cada fluxo migratório é ímpar” (BASSAN *et al.*, 2019, p. 15) e, por isso mesmo, requer a busca pelo entendimento de suas circunstâncias e características particulares.

O conceito de “território” é componente central para a compreensão da migração e do migrante. O Dicionário Aurélio define o vocábulo como “1. uma extensão de terra; torrão; 2. A área de um país, ou estado, ou província, ou cidade, etc.” (TERRITÓRIO, 2020). É possível, desse modo, resumir a palavra como um espaço de terra delimitado, pertencente a “alguém” ou a algum grupo ou povo.

Segundo Bassan *et al.* (2019, p. 11), “independentemente do tipo de migração que seja estudada, a dinâmica sempre ocorrerá através do deslocamento entre territórios, de origem e de destino”. Pode-se dizer, assim, que “migrante” é todo o indivíduo que transita entre territórios, mantendo residência em um novo local por tempo limitado ou permanentemente.

O aumento do destaque da migração na mídia nas últimas décadas pode tê-la tornado mais perceptível àqueles que, inseridos no íntimo de suas rotinas, ainda não a tivessem notado. Entretanto, pensar a migração é pensar a própria fundamentação da humanidade, a qual, quer por razões de necessidade quer por uma busca incessante de si

mesma, migrava e continua a migrar. Compreende-se, desse modo, que a construção da vida humana se deu a partir de migrações.

Conforme afirma ElHajji (2011, pp. 3-4):

Condição fundadora de nossa espécie — a única a ter colonizado todos os cantos do planeta, a migração não pode ser vista como anomalia ou exceção, mas sim como regra absoluta que sustentou o inicial processo de hominização, propiciou as bases materiais de nossa capacidade de abstração e continua reformulando o sentido ontológico de/do ser humano e o significado social e histórico do sujeito [...] Não somos migrantes por opção, mas sim pela nossa própria condição humana [...].

O fenômeno da migração se ramifica em duas naturezas: espontânea e forçada (LEE, 1980), sendo a segunda a que permeia este trabalho. Pessoas que já se encontram nos territórios que hoje recebem migrantes de diversas regiões do mundo são resultado de processos migratórios do passado. Na atualidade, duas categorizações se manifestam: migrações históricas, ocorridas até as primeiras décadas do século XX; e migrações contemporâneas, as quais acontecem desde a segunda metade do século XX até agora (BASSAN *et al.* 2019, p. 20).

Por mais que o discurso comum sobre o século XXI seja o de que este constitui uma era de grande mobilidade, abertura e receptividade por causa da globalização, da alta tecnologia e da melhoria nos meios de transporte; Castles (2010, p. 2) julga que o “direito de ser móvel é exclusivo de classes específicas e mais seletivo do que nunca” (tradução própria).²

Segundo o mesmo autor, o controle de fronteiras nacionais se encontra altamente restritivo, bem como a administração da cooperação internacional de migração. Em suas palavras :

A maioria das pessoas não tem os recursos econômicos nem os direitos políticos necessários para a circulação livre [...] A utopia pós-moderna de um mundo de mobilidade sem fronteiras ainda não despertou, por isso, ainda parece apropriado focar na análise da migração enquanto um processo baseado em desigualdade e discriminação, controlado e limitado por estados. (tradução própria) (*ibidem*, 2010, p. 2)³

² No original, “The right to be mobile is more class-specific and selective than ever”.

³ No original, “The post-modern utopia of a borderless world of mobility has not yet dawned, so that it still seems appropriate to focus on the analysis of migration as a process based on inequality and discrimination, and controlled and limited by states”.

Entre os teóricos, quando o assunto é a razão causadora da migração, as respostas acabam por se resumir em questões de perfil econômico. Trabalhadores reconhecidos como profissionais — geralmente em um movimento Norte-Norte — migram por ofertas de trabalho, estudo e carreira; a isso Castles (2010, p. 2) denomina “mobilidade”. O fluxo daqueles que são considerados pessoas pobres do sul em busca de asilo ou melhores condições de vida é denominado pelo autor como “migração”. É esta migração que é vista hoje como um problema (ou crise) que precisa ser tratado.

Bauman (2017, p. 10) afirma que “essa crise é hoje uma espécie de codinome politicamente correto para a fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos humanos”. Para o sociólogo, a propagação de uma “crise” tende a causar pânico moral: medo de que algum mal ameace o bem-estar da sociedade. Este mal: aqueles que buscam asilo, que são estranhos e diferentes, que causam ansiedade e dos quais não sabemos o que esperar.

Isso porque a migração, seguindo a definição de Castles (2010), ao contrário de “mobilidade”, ocorre em circunstâncias injustas e desiguais, sob as quais riqueza e poder estão em jogo. As resoluções propostas ao “problema” da migração, como por exemplo a diminuição da pobreza no sul global, não abafariam a dimensão migratória; apenas alterariam suas condições de realização.

Por isso, em consonância com Castles (2010, p. 3), reitero que:

[...] teorias sobre migração global não deveriam estar baseadas no objetivo de lidar com a migração como um problema ou encontrar soluções para auxiliar pessoas a ficarem em casa [...]. Se há um objetivo normativo, não deve ser reduzir a migração, mas encontrar caminhos nos quais ela possa ocorrer sob condições de igualdade e respeito pelos direitos humanos. (tradução própria)⁴

Diante do fato de que migrações são componentes naturais das relações humanas e, portanto, sociais, faz-se necessário situá-las nesse contexto. Compreendê-las como um problema que precisa ser corrigido é um caminho errôneo que pode levar à negligência das necessidades humanas de mudança e permanência.

⁴ No original, “[...] theories of global migration should not be based on the objective of dealing with migration as a problem and finding ways of helping people to stay at home [...] If there is a normative goal, it should not be to reduce migration but to find ways in which it could take place under conditions of equality and respect for human rights.”

2.1.2 Brasil: o país do acolhimento?

A partir da chegada das expedições marítimas em 1500 e principalmente com a oficialização da colônia em 1530, o Brasil é visto como a terra da imigração. Buscando se estabilizar territorialmente e economicamente, portugueses de várias classes sociais começam a migrar para o novo mundo, que, desde o início, fora retratado como acolhedor (GÂNDAVO, 1570):

Minha intenção não foi outra neste sumário (discreto e curioso leitor) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha a notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e **não duvidem escolhei-la para seu remédio**; por que a mesma terra e tão natural e favorável aos **estranhos que a todos agasalha e convida como remédio por pobres e desamparados que sejam.** (grifos meus)

Junto deles, muitos espanhóis; ambos os grupos à procura da terra que a todos acolhe e enriquece. Aproximadamente trinta anos depois, o primeiro navio negreiro trazendo forçosamente escravos africanos de diversas etnias aportou na costa brasileira; movimento que durou aproximadamente três décadas, mantendo perceptível, até hoje, suas marcas na sociedade brasileira. Estima-se que quase cinco milhões de pessoas negras tenham sido escravizadas e traficadas para o Brasil durante esse período.

A fama do acolhimento se espalhava, e migrantes livres de várias nacionalidades e origens chegavam ao país. Nas primeiras décadas do século XIX, aproximadamente 40 milhões⁵ de europeus vieram em busca de trabalho e propriedade; produção e terra. Italianos, alemães, suíços, entre outros, chegaram ao Brasil, adquiriram terras, trabalharam com agricultura, artesanato e culinária, formaram colônias (algumas existentes até hoje) e participaram da formação cultural do que hoje é o Brasil. Segundo Patarra e Fernandes (2011, p. 65):

Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade de policultura, atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o sul

⁵ Informação encontrada em: Patarra e Fernandes (2011, p. 66).

do país. Já em meados desse século, migrantes se dirigem à cafeicultura do oeste Paulista; outros foram canalizados para o trabalho em obras de infraestrutura urbana e na construção de caminhos e estradas.

Por volta de 1880, após a visita de D. Pedro II ao Líbano, registrou-se pela primeira vez imigrantes árabes. De acordo com Bon Meihy (2014, p. 22), os “turcos” ou “turco-árabes”, como ficaram conhecidos no Brasil, não eram somente turcos, mas também sírios, libaneses, armênios, egípcios, marroquinos e argelinos, que juntos formaram o sétimo maior fluxo migratório registrado no Brasil até a primeira metade do século XX. A título de exemplificação da estabilização desses imigrantes no país, sabe-se que, na década de 90, residiam aqui aproximadamente oito milhões de descendentes de libaneses; à época, quase o dobro da população do Líbano (WANIEZ & BRUSTLEIN, 2001, p. 157).

A partir de 1900, imigrantes japoneses começaram a se instalar no país, principalmente nas regiões de São Paulo e Paraná. O movimento migratório japonês foi tão grande que a maior comunidade nomeada japonesa — fora do Japão — se encontra no Brasil, com um quantitativo próximo de 1.500.000 pessoas.

Todos os fluxos migratórios mencionados acima, bem como aqueles dos quais não temos tanta informação, patrocina a crença de um país que recebe todo aquele que desejar nele se estabelecer; que não age com preconceitos ou discriminação; que promove a liberdade religiosa e a livre ação social. Ao contrário disso, porém, a realidade da “receptividade brasileira” pode não ser sempre tão fascinante e generosa; principalmente para aqueles que chegam ao país em busca de asilo e novas possibilidades de vida.

Na prática, pode-se notar um esquema de escolha. Aqueles que vêm de regiões do sul global têm maior dificuldade de aceitação, liberação e legalização no país, passam por rechaços xenofóbicos e violência verbal, emocional e física; enquanto aqueles que vêm do norte global têm total facilidade de entrada, permanência e certos privilégios de atendimento e tratamento. Uma das marcas mais evidentes disso é o fato de não chamarmos todos os imigrantes de “gringo”, já que este seria majoritariamente o imigrante branco, de alto poder aquisitivo, provavelmente em turismo ou imigração voluntária.

2.1.3 Quem é refugiado?

Nas últimas décadas, muito se ouviu falar sobre refugiados no mundo, sobretudo após a cena chocante do corpo do menino sírio de três anos, Alan Kurdi, encontrado na costa da Turquia em 2015 em razão de afogamento após a tentativa de sua família de fugir para a Grécia sob condições perigosas em alto-mar. Morreram também sua mãe e seu irmão nessa empreitada.

Cenas como essa se naturalizaram nos noticiários e ganharam destaque, chegando até a inspirar uma novela brasileira, chamada “Órfãos da Terra” e transmitida em 2019, cujo tema base foi o refúgio. Uma situação anterior de destaque da mídia foi em 2018, quando o refugiado sírio, Kaysar Dadour, participou e se classificou em segundo lugar na 18ª edição do reality show “Big Brother Brasil”. Apesar de uma possível aproximação da população brasileira ao conceito de refugiado diante da programação televisiva nacional, ainda não seria possível concebê-lo na prática cotidiana, sem maquiagens.

O site oficial do Alto Comissariado da Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) define-os como:

peçoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados.⁶

Segundo a Declaração de Cartagena (ONU, 1984), conceituam-se refugiados todos cuja “vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”.

Cabe também comentar sobre os portadores de visto humanitário, que se tratam daqueles que possuem autorização de moradia no Brasil por razões econômicas ou de catástrofes ambientais e se diferem dos refugiados por não sofrerem perseguição direta. Eles circulam permanentemente no entrelugar da indefinição, não sendo considerados

⁶ Fonte: ACNUR; disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>

pelo governo ou instâncias públicas como refugiados propriamente ditos, mas, aos olhos da sociedade, vistos como tais.

2.1.4 Refúgio no Brasil

De acordo com relatório do ACNUR, estima-se que cerca de 79,5 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar no mundo até o final de 2019. O Brasil registrou, em 2018, um total de 11.231 pessoas reconhecidas como refugiadas, estando 6.554 delas ainda sob essa condição. Entre estas, 36% são sírias: a maioria oficial. Nesse mesmo ano, dados da Polícia Federal marcam 80.057 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, a maior parte de venezuelanos.

Com o interesse no Brasil como local de refúgio e pelo seu favorecimento como rota de migração internacional, o número de imigrantes e refugiados tende a aumentar ainda mais. Muito disso se deve ao fato de se tratar de uma região de menor custo de vida, considerada de fácil acesso e receptiva ao estrangeiro.

Atualmente, o Brasil recebe refugiados tanto de regiões próximas como de locais mais afastados. A guerra civil da Síria iniciou-se em 2011, já matou mais de dois milhões de pessoas e ainda prossegue em ocorrência com graves crises na região noroeste do país. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)⁷, estima-se que 6,6 milhões de sírios estão deslocados internamente e que aproximadamente 5,6 milhões são refugiados em outros países. Muitos têm vivido em campos de refúgio enquanto outros conseguem entrar em países como o Brasil em busca de segurança.

Desde seus tempos mais antigos, a Síria possui uma forte presença religiosa, sendo principalmente compartilhada por cristãos e muçulmanos, dentre outros grupos religiosos. Desde o início da guerra, os grupos extremistas Estado Islâmico (ISIS) e Jabhat al-Nusra, filial da al-Qaeda na Síria, têm controlado o país violentamente. As forças armadas do país também mantêm práticas de detenção violenta de pessoas, indicando uma incapacidade de lidar com a situação.

É importante ressaltar que, apesar de ambos, ISIS e Jabhat al-Nusra, autodeclararem-se defensores e seguidores do islã, não há acordo entre as partes, fazendo com que tanto cidadãos muçulmanos quanto cristãos sejam atingidos, atacados, assassinados e retirados de suas casas.

⁷Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/apos-oito-anos-de-guerra-na-siria-mais-de-12-milhoes-permanecem-deslocados-video/>>

O Brasil tem recebido refugiados sírios, bem como outros do Oriente Médio, de profissão de fé islâmica e cristã. Entretanto, ainda que exista uma idealização mundialmente conhecida da receptividade brasileira, casos de aversão e rejeição ao estrangeiro têm ocorrido por todo o país; não apenas aos sírios, mas também a todo tipo de refugiado. No caso de muçulmanos e de negros, ocorrências de xenofobia e atos preconceituosos podem ser ainda mais frequentes.

Similarmente, o estado econômico da Venezuela e do Haiti tem sido uma das principais justificativas para a saída de pessoas desses países. No primeiro caso, os venezuelanos ainda não são reconhecidos como refugiados ou portadores de visto humanitário, principalmente diante de seu grande número em território brasileiro. No segundo caso, como comentado anteriormente, por não apresentarem nenhum tipo de perseguição explícita ou risco de vida eminente, recebem a classificação de visto humanitário.

2.1.5 Problematizações do termo “refugiado”

A palavra “refugiado” ganhou destaque nos últimos anos devido à grande mudança do cenário mundial com as migrações. Mas o que ela representa? Se pensássemos em um possível “sentido literal”, nosso primeiro impulso seria buscar o significado trazido por um dicionário. O *Dicionário Houaiss Conciso* (2011) define *refugiado* como “*adj.s.m* que(m) se refugiou [ETIM: part. De *refugiar*]”. O mesmo dicionário define *refúgio* como “*s.m* **1** lugar para o qual se foge a fim de escapar a um perigo **2** *fig.* o que serve de amparo, consolo [...] **3** esconderijo [ETIM: lat. *Refugium,ii* ‘refúgio, asilo, acolhida, guarida’]”.

Segundo os verbetes acima, refugiado é qualquer um que se refugia. Consequentemente, entendemos que para ser um refugiado é necessário haver um lugar de refúgio. A etimologia latina apresenta mais de um possível significado à palavra *refugium*, incluindo asilo, acolhida e guarida. Presume-se, então, que refugiados buscam refúgio, mas não podemos afirmar que de fato o encontram.

Em termos práticos, essa palavra parece, cada vez mais, sugerir entextualizações e indexicalizações negativas. Aparentemente, quando pensamos em um refugiado, pensamos em alguém sempre vulnerável, em situação de crise, que necessita de ajuda e acolhimento em um novo país. Tem-se percebido também o crescente discurso de que essas pessoas são desocupadas, que vêm roubar nosso lugar, país e empregos. Esse

discurso é reforçado, por exemplo, por figuras públicas, ainda que em posição de liderança de um país, quando, em pronunciamento, denominam os refugiados como “escória do mundo”⁸.

Buscando maneiras de distanciar a ideia colonizadora presente no termo “refugiado”, já que assume uma hierarquia em que uma pessoa está em melhor posição que outra — posição detentora da salvação, muito similar à ideia do colono — os termos “migrante forçado” e “deslocado forçado” têm sido utilizados. Intencionamos evitar, dessa forma, reforçar a condição de desamparo e sofrimento, aparentemente eterna, que o termo “refugiado” sugere. Pensar em deslocamento nos ajuda a relembrar os sentimentos (incluindo os ruins) e as configurações (más e boas) de situações similares do passado, a fim de firmar e caracterizar uma situação atual (política e social) de forma mais justa.

Apesar disso, ainda não há terminologia que fira menos ou que generalize menos. Deslocamento e imigração também carregam generalizações difíceis de evitar. Nenhum ser humano é igual a outro; estamos tratando de pessoas que têm profissões ou não, são adultos ou não etc. Não estamos convivendo com pessoas que se reduzem apenas às características de refugiados e deslocados forçados.

Compreendo a necessidade de não nos referirmos de maneira generalizada a nenhum grupo e encontro em Bhabha (2014) a base dessa premissa, entendendo que precisamos pensar por uma perspectiva pós-colonial que implique resistir a formas holísticas de explicação social. Quando a categorização impede a mobilidade social, não nos será de valia, pois buscamos uma maneira de repensar o modo de categorizar. As pessoas e os grupos são diferentes, as experiências de vida são únicas e as práticas linguísticas são completamente distintas.

Apesar dessa tentativa, também estamos em concordância com Mignolo (2008) quando não pensamos em *políticas de identidade*, mas sim em *identidade em política*, já que as construções de identidade difundidas por discursos imperiais são cruciais para a reformulação decolonial desses termos e das práticas sociais. Será, portanto, necessária a utilização de termos coloniais para fins de um pensamento crítico e político.

Pensar em *identidade em política* é também pensar em identidades culturais. Toda diáspora carrega consigo o objetivo do *retorno redentor* (HALL, 2009) à sua origem. Ainda que muitos migrantes forçados tenham isso em mente, eles sabem que,

⁸ <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>

ao chegarem a um novo espaço-tempo, involuntariamente entrarão em um processo contínuo de formação cultural, que, segundo Hall, não é uma questão de *ser*, mas sim de *se tornar*, também atuando na formação do outro.

Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes, das antigas potências imperiais e, de fato, do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia. (p. 44)

2.2 Políticas de acolhimento e questões linguísticas

A partir das reflexões promovidas anteriormente acerca do que é migração, refúgio e das terminologias utilizadas, trato, neste subcapítulo, da temática do acolhimento. Acolher implica pensar níveis micro e macro, locais e globais, mas, acima de tudo, entender o migrante forçado a partir de uma visão holística; não como um agente linguístico somente, mas também prioritariamente como um agente social.

O conteúdo abordado a seguir apresenta as indagações de cunho linguístico que permeiam esta pesquisa, como: as questões legais do acolhimento; a concepção de língua que guia este trabalho; a relação entre língua e refúgio; a conceituação de *translanguaging*; e *Spracherleben*, a experiência vivida na língua. Dessa maneira, pretende-se tentar esclarecer a relação macro entre língua e acolhimento.

2.2.1 Políticas de Acolhimento: questões legais e a que se referem

Para esta pesquisa, a busca pela compreensão de acolhimento e o modo como ele acontece de fato é basilar. Apesar de haver hoje no Brasil muitos grupos atuantes na oferta de aulas de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes em deslocamento forçado e de virem de fato auxiliando e demonstrando preocupação e cuidado com uma importante parte — a linguística —, ainda assim, não podem, sozinhos, ser responsáveis por todo o acolhimento.

Percebe-se, com base nas configurações atuais, que, na prática, assim que obtém seu documento de entrada no país, o refugiado precisa encontrar sozinho ou com o auxílio de organizações não governamentais ou religiosas, ou ainda de políticas

educacionais internas, soluções para sua sobrevivência. Apesar dos esforços despendidos por tais instituições, o processo de acolhimento precisa vir, principalmente, de macroinstâncias governamentais, a fim de que o percurso atual do imigrante seja reconfigurado. Como trato adiante, pensar o acolhimento de maneira decolonial é oferecer, em diferentes níveis, subsídios para o agenciamento autônomo da pessoa que aqui chega, dando-lhe opções de ação no mundo social e linguístico; prática ainda inexistente.

Um aspecto relacionado ao acolhimento, que pode vir a ser um problema, é a suposta promessa de ascensão social se ultrapassada a barreira do idioma. No Brasil, como no mundo, o aprendizado da “língua oficial” como política de acolhimento parece sugerir uma gama de idealizações acerca da certeza da inserção na sociedade. Há um senso comum de que o domínio da língua poderá resultar em melhora da vida, desejo que muitas vezes não é realizado em razão de outros fatores que reforçam as categorizações de “refugiado” e “migrante”.

É verdade, entretanto, que o conhecimento de línguas amplie os repertórios dos falantes, capacitando-os a participar de mais interações sociais, mas isso não é garantia de ascensão social. Há ainda outros aspectos extralinguísticos que podem dificultar o acolhimento e a inserção social do refugiado e do imigrantes, como preconceitos relacionados à cor da pele ou aos locais de origem dessas pessoas, que é o que acontece com o imigrante de origem mulçumana cuja a imagem estereotipada em geral o relaciona ao terrorismo ou ao radicalismo religioso por exemplo.

A ideia de língua de acolhimento evoca, supostamente, um aspecto colonizador, quando, caso não pensada criticamente, presume que seria pelo aprendizado da língua do país de acolhida que o imigrante encontraria proteção e aceitação social. Da mesma forma, quando o acolhimento negligencia o *background* linguístico do falante, que, em muitos casos, já possui experiências com mais de uma língua, como é o caso de haitianos com o francês e o crioulo haitiano.

O acolhimento precisa ser pensado de maneira interpretativa, fazendo uso de um conceito semiótico e mais abrangente de cultura, para que não seja propagada uma cultura folclórica, classificativa e estrutural; mas, ao contrário, humana, fluida e continuamente em formação, tanto para o migrante quanto para o “outro”. Para Geertz (2008, p. 21), abrir mão da análise cultural é correr o risco de perder o contato com “superfícies duras da vida”,

com as realidades estratificadoras políticas e econômicas, dentro das quais os homens são reprimidos em todos os lugares – e com as necessidades biológicas e físicas sobre as quais repousam essas superfícies.

A ação de acolher deve, então, ser praticada levando em conta tais realidades e necessidades, evitando um acolhimento utópico e nominal que em nada se aproxime do homem; que em nada promova refúgio. É importante, portanto, considerar que “olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de forma não emocionalizadas; é mergulhar no meio deles” (GEERTZ, 2008, p. 21). É comum existir em muitos países, inclusive no Brasil, ideologias linguísticas que propagam a crença de que falar bem é falar conforme a norma padrão da língua oficial. Essas ideologias fortificam a exclusão dos imigrantes por causa de seu modo de falar, pelo seu sotaque e por sua origem.

Neste trabalho, compreende-se que a linguística, quando pensada de maneira indisciplinar, é capaz de promover ações que levem ao conhecimento e à discussão acerca de questões sociais como as comentadas previamente. Ela deve agir como promotora de justiça social, já que uma das maiores frustrações dessa área é saber que “a maioria dos migrantes são desvalorizados nas sociedades que escolheram com admiração” (CANCLINI, 2015, p. 29).

Percebendo que a exclusão tende a aumentar por causa da situação de linguagem do falante, considero importante o incentivo e a facilitação ao aprendizado do português por partes dos que aqui chegam em busca de novas condições de vida, não enquanto língua soberana e salvadora, mas enquanto ampliação de repertórios, possibilitando subsídios para a justiça social. Entendo, entretanto, que o imigrante, em posse desses elementos, tenha o direito de não mobilizar todos os aspectos de seus repertórios linguísticos, preferindo permanecer no seu local social. Seja qual for a escolha, ele não deixará de utilizá-los porque não os possui, mas por preferir não o fazer.

A língua, nesse sentido, não constitui o único meio de justiça social. Por isso, a aplicação de políticas públicas e linguísticas que auxiliem nesse processo é fundamental. A fim de que as políticas oferecidas não conservem um aspecto colonial, é importante ouvir os imigrantes que têm chegado ao país, promovendo a aproximação e o estudo pessoal de suas situações de vida. Os únicos capazes de esclarecer suas necessidades e suas perspectivas de vida são os próprios imigrantes.

O acolhimento deve ser promovido não só, mas também, por instâncias governamentais oficiais por intermédio de políticas públicas que ofereçam acesso gratuito, ainda que em alguns casos de forma temporária, a: vestimenta, alimentação, moradia, educação, emprego e proteção. Se pautado em teorias da interculturalidade, o acolhimento será capaz de trabalhar diante de diferenças, desigualdades e desconexões (CANCLINI, 2015). A interculturalidade é, de fato, nosso patrimônio em comum, sendo ela um intercâmbio entre pessoas e suas práticas.

Enquanto a questão da sobrevivência e da estabilidade de deslocados forçados não for uma preocupação governamental a ponto de desembocar em políticas públicas de eficiência, ela não será preocupação de todos, mantendo essas pessoas numa estagnação baseada em meritocracia. De igual forma, enquanto não houver políticas linguísticas que aceitem e ratifiquem o pluralismo linguístico do Brasil, o deslocado forçado e tantos outros estarão subjugados à colonialidade linguística que insiste em impor um monolinguismo mítico.

2.2.2 Concepção de língua

Os estudos linguísticos têm, há tempos, privilegiado o tratamento de língua como entidade política (português, francês, espanhol por exemplo), às quais Otheguy, García e Reid (2015) se referem como “línguas nomeadas”. Por consequência disso, ideologias têm legitimado e deslegitimado práticas linguísticas ao redor do mundo.

Inseridos nesse meio estão os migrantes forçados em frente a exigências pautadas no monolinguismo, tendo de, muitas vezes, ignorar seu *background* linguístico a fim de se tornarem alegadamente monolíngues no idioma do seu país de acolhida. Isso é consequência de uma abordagem estrutural e sistêmica que parece ignorar a experiência de vida do falante, bem como as características sociais e culturais que compõem sua história de vida.

O conceito de língua, então, é regularizado por ideologias linguísticas que não se referem somente à língua, mas também aos aspectos sociais do que é (ou não) comunidade, humanidade, nação. Tais ideologias excluem e incluem, tomam por legítimas ou não as práticas de diferentes pessoas e grupos, privilegiando uns e desmerecendo outros. Segundo Makoni & Pennycook (2015, p. 26),

[...] tal forma de pensar, em que as línguas são tomadas independentemente de seus falantes, pode levar a situações nas quais os direitos estejam vinculados às línguas e não às pessoas. Quando descrições de hegemonia linguística (direitos linguísticos, imperialismo linguístico e outros) reificam as línguas ao invés de considerarem os falantes, quando as línguas são desenvolvidas e promovidas sem a consideração dos falantes, e quando tudo isso é feito no interior de uma abordagem que objetifica e normatiza as línguas, então as línguas enquanto invenções estão sendo privilegiadas em detrimento de seus sujeitos.

De acordo com Pennycook (2010), o conceito de práticas linguísticas locais pode nos levar a compreender a língua como prática social, não mais separando-a em entidades linguísticas isoladas ou línguas nomeadas, mas como algo comum a todos: o ato de “linguar”, altamente conectado às localidades onde se vive a língua — por isso, prática local.

Resistir à formação de barreiras linguísticas é também resistir à ideologia de “uma língua, uma nação” e, portanto, resistir ao crescente movimento fundamentalista de governo que tenta promover um novo status de nação na utópica unificação étnica e religiosa. Segundo Hall (2006), essa ideologia ignora, mesmo dentro de suas “fronteiras”, “minorias que se identificam com culturas diferentes” (p. 94).

Entendemos, portanto, que pensar a língua de maneira decolonial é promover a desinvenção da língua tal como proposta por Makoni & Pennycook (2015):

Nossa perspectiva de desinvenção tomada como estratégia é aquela na qual as línguas estão subordinadas a seus falantes, ao invés de serem hegemônicas sobre eles. (p. 26)

Assim sendo, ao invés de um ensino de língua para imigrantes pautado na reprodução da hegemonia linguística, defendemos a promoção de acesso a mais *input* linguístico, para que eles, neste caso, tenham mais possibilidade de contato com os códigos correntes e com diferentes práticas linguísticas no novo país com a finalidade de ampliar seu repertório; quer futuramente o mobilize ou não.

Há, de fato, uma tendência a uma nova homogeneização global, que excluiria, a exemplo do Brasil, todo migrante considerado indesejado/invasor, trazendo à tona um *revival* étnico⁹ exclusivista, tanto socialmente quanto linguisticamente, que, segundo Makoni & Pennycook (2015, p. 16), reforça tais invenções.

⁹ Nas palavras de Hall (2014).

Nosso posicionamento de que as línguas são invenções é consistente com as observações de que muitas estruturas, sistemas e construções, tais como tradição, história ou etnicidade, que geralmente são vistas como partes naturais da sociedade, são invenções de um aparato ideológico muito específico. Reivindicar a autenticidade de tais construções, portanto, significa ficar sujeito a muitos discursos particulares de identidade.

2.2.3 Língua e refúgio

Nominalmente, a “Língua de Acolhimento” parece realmente demonstrar preocupação em promover um acolhimento dos deslocados forçados, mas na prática isso não tem sido suficiente.

Um dos primeiros pontos de questionamento acerca desse tópico é o próprio nome: o que é uma língua de acolhimento? Se apoiamos a ideia de que línguas nomeadas (OTHEGUY, GARCÍA E REID, 2015) são invenções político-ideológicas, compreendemos língua como um todo; por isso, não consideramos que devam existir divisões setoriais como “Língua para Estrangeiros”, “L1” ou “L2”: uma ideia de contabilidade. Do mesmo modo, não é possível considerar que haja uma “língua de acolhimento”, principalmente porque uma mesma língua nomeada agirá como excludente e/ou acolhedora. Apesar disso, é de concordância que a necessidade de um acolhimento é real e que a língua é parte importante desse processo, ainda que ele seja primeiramente social.

2.2.4 *Translingual Practices*: uma perspectiva de língua

A desinvenção das línguas, como proposto por Makoni e Pennycook (2015), encaminha-nos ao questionamento do que, então, é língua e de como podemos defini-la e mobilizá-la a fim de, por intermédio dela, promover ações de justiça social. Mas se, por um lado, motivamos a desinvenção do conceito de língua como entidade monolítica, política, estrutural e “nomeada” (OTHEGUY, GARCÍA E REID, 2015), por outro, alavancamos a compreensão de língua como prática social contínua, híbrida, heterogênea, dialógica e autoral, na qual repertórios individuais são negociados. Não descartamos, contudo, seus aspectos estruturais e cognitivos; apenas a entendemos para além de tais aspectos.

Compreender língua como prática local implica entender que forma, função e significados são gerados na atividade social. A todo tempo, sujeitos sociais agem na língua, negociando repertórios linguísticos uns com os outros. Nesse processo, o local é importante, pois é nele e de acordo com ele que ocorre a geração de sentido; o contexto local interfere no resultado da negociação, tornando-o situacional (CANAGARAJAH, 2013). O local é socialmente constituído e constituinte (BUSCH, 2015).

Na situação de refúgio, onde pessoas de vários lugares do mundo convergem em um país de acolhida, negociar repertórios leva a práticas híbridas, referidas por Canagarajah (2013) como *translingual practices*¹⁰. A fim de entender melhor esse conceito, é necessário antes pensar as mudanças sociais que vivemos nas últimas décadas. Uma das mais notáveis modificações no panorama social do século foram os rápidos avanços tecnológicos digitais que resultaram na diminuição das linhas temporais e espaciais, aproximando comunidades que antes não possuíam nenhum (ou quase nenhum) contato entre si. Dessa maneira, as limitações linguísticas também minoraram, culminando na natural hibridização de códigos e no alargamento de repertórios. Isso resulta da globalização.

Segundo Steger ((*apud* KUMARAVADIVELU, 2006, p. 130)), globalização pode ser definida como

uma série multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, alargam e intensificam interdependências e trocas sociais no nível mundial, ao passo que, ao mesmo tempo, desenvolve nas pessoas uma consciência crescente das conexões profundas entre o local e o distante. (*apud* KUMARAVADIVELU, 2006, p. 130)

Apesar de não se tratar de um fenômeno novo ou inédito, em sua fase atual, a globalização se apresenta de maneira única, possuindo como traço mais característico, de acordo com Kumaravadivelu (2006, p. 131), a internet, já que “ela se tornou o motor principal, que está dirigindo os imperativos da economia, assim como as identidades culturais/linguísticas”.

Consoante o autor, essa fase tem modificado a paisagem global de três maneiras: a) a distância espacial está diminuindo; b) a distância temporal está diminuindo; e c) as fronteiras estão desaparecendo. Outra mudança decorrente da globalização pós-moderna

¹⁰ Decidi por não traduzir *translingual practices*; *translingualism* ou *translangue/translanguaging* por ainda não haver um ou mais termos que sejam capazes substituí-los de maneira apropriada sem que sofram alterações em sua significação.

é a celebração da mobilidade e da diversidade, pontos intrinsecamente ligados à diluição de fronteiras.

Não se trata apenas da movimentação de pessoas, mas também de ideias, pensamentos e conhecimentos, fazendo com que todo lugar seja uma zona de contato e a manutenção de comunidades isoladas e homogêneas não seja mais possível. A hibridação é irrefreável no mundo social e, portanto, irrefreável também no mundo linguístico. Esse fenômeno é denominado “superdiversidade” por Vertovec (2007). Nesta pesquisa, defendo que o próprio falante é uma contínua zona de contato, pois nele ocorre o encontro de línguas nomeadas e culturas. Em outras palavras, ninguém possui apenas “uma língua”; o ato de “linguar” é sempre plural.

Essas mudanças contribuem para a ocorrência de *translingual practices*, as quais se opõem à orientação monolíngue de língua, que compartimenta línguas e, nas palavras de Lee (2017, p. 6), “associa mistura de língua à contaminação e à não proficiência” (tradução própria)¹¹.

Esse autor afirma que a problemática não se encontra nas categorizações de língua nem em sua invenção, mas sim em como são utilizadas em privilégio de indivíduos de práticas linguísticas específicas (ligadas também a regiões geográficas e classes sociais privilegiadas), enquanto marginalizam aqueles que não se encaixam nesses padrões.

O entendimento de língua como *translingual practices* possibilita, então, que pessoas não autorizadas socialmente — a exemplo, refugiados — possam reconstituir “língua” (MAKONI & PENNYCOOK, 2015) em sua pluralidade. Lee (2017, p. 6) define *translingualism* como “uma orientação geral metadiscursiva de língua que reconhece diferenças e promove pluralidade ao rejeitar ideologias de homogeneidade e higiene que governam suposições acerca de língua e de como ela deveria ser utilizada”.

Canagarajah (2013) destaca dois conceitos-chave: i) comunicação transcende línguas individuais; e ii) comunicação transcende palavras e envolve recursos semióticos diversos e harmonia ecológica. As línguas nomeadas (OTHEGUY, GARCÍA E REID, 2015) estão e sempre estiveram em contato umas com as outras. Esse contato não acontece no espaço territorial; ele acontece no falante e o falante não faz distinção entre essas línguas na prática a não ser que seja politicamente tolhido. O falante mobiliza todo seu repertório linguístico e não linguístico na negociação de sentidos no

¹¹ No original, “[...] associating language mixing with contamination and improficiency”.

dia a dia. Línguas e demais recursos semióticos trabalham juntos, num ecossistema, para a geração e promoção de sentido.

Defendo aqui uma linguística promotora de justiça social, que toma língua como prática social – *translingual practices* –, cujos falantes têm autonomia, liberdade de “linguar” e livre agência de suas experiências de vida na língua. Afasto-me, assim, da concepção de superioridade normativa do “monolíngue”, do “falante nativo” e do sujeito “educado” (LEE, 2017); exaltam-se as práticas linguísticas híbridas e plurais.

Em associação a Lee (2017, p. 8), considero, neste trabalho, que essas práticas se alinham “à agenda contra-hegemônica da justiça social” (tradução própria)¹², confrontam a supremacia de certas práticas linguísticas sobre outras, e se configuram um movimento não somente linguístico, também político, em ação contra ideologias linguísticas dominantes.

2.2.5 *Spracherleben*: a experiência vivida da/na língua

Quando entendemos língua como prática local e social, na qual e pela qual sujeitos linguísticos se posicionam socialmente, também percebemos a manifestação de repertórios linguísticos. Como mencionado anteriormente, tais repertórios são negociados entre falantes a todo instante, mas como podem ser definidos?

Busch (2015) — após uma reflexão a partir de definições apresentadas por autores como Bakhtin, Gumperz, Blommaert e Backus — define repertório como um todo de recursos e habilidades, que inclui “línguas”, dialetos, estilos, registros, códigos e rotinas que caracterizam a interação cotidiana. Repertório, porém, não se trata de “algo que o indivíduo possui”, mas sim de algo “formado e mobilizado em processos intersubjetivos localizados na fronteira entre o eu e o outro” (BUSCH, 2015, p. 7).

Ligado às trajetórias de vida de cada pessoa, trata-se de algo internalizado, não aleatório, que se move para além do conceito de língua, ao incluir também a dimensão multimodal da comunicação; um meio de posicionamento em interações sociais. Busch (2015) considera, entretanto, que os estudos sobre repertório têm falhado por não incorporarem em suas investigações a perspectiva de primeira pessoa (biográfica).

Com o objetivo de atentar seus leitores à parte biográfica de repertório linguístico, ela apresenta, então, a noção de *Spracherleben*: a experiência vivida da/na

¹² No original, “Translingualism, similar to postcolonial theory, aligns itself with a counterhegemonic social justice agenda [...]”.

língua. De *Sprache*, “língua”, e *Erleben*¹³, “experienciar; testemunhar; provar”, o conceito expressa a dimensão intersubjetiva, social, corporal e emocional da língua.

Para a autora:

Se concebemos língua como parte da memória corporal, torna-se possível entender repertório em sua dimensão biográfica, como uma estrutura que carrega os traços de experiências passadas de interações situadas e os de práticas linguísticas cotidianas [...] É a experiência emocionalmente carregada, de destacadas ou repetidas situações de interação com outros, que mantém vivo o processo de inscrição da experiência linguística na memória corporal, ou, mais especificamente, no repertório linguístico; seja ela uma experiência específica carregada de sentimentos de bem-estar ou de desconforto (BUSCH, 2015, p. 13). (tradução própria)¹⁴

No caso de pessoas em deslocamento forçado, essas experiências tendem a ser ainda mais carregadas emocionalmente. A mudança de local e de práticas linguísticas pode ser experimentada como “um sofrimento ou como uma fonte contínua de estresse emocional — em alguns casos, levando ao trauma ou à evocação de experiências traumáticas anteriores” (BUSCH, 2015, p. 1) (tradução própria)¹⁵.

Evidenciar a *Spracherleben* de refugiados é focar não em quantas “línguas”, como em L1, L2, L3, ele fala, mas em como eles experienciam o pertencimento ou a discriminação; a inclusão ou a exclusão por causa da língua, além de como percebem (ou não) seu repertório linguístico. Cabe ressaltar que ideologias linguísticas influenciam significativamente tal percepção, categorizando e legitimando sujeitos e práticas linguísticas.

Estamos acostumados a viver categorizando o mundo, pois as categorias nos ajudam a nos posicionarmos diante do outro, como bem diz Busch (2015, p. 9), que ressalta que elas não são inocentes, já que, por meio de ideologias linguísticas, “são utilizadas para construir afiliações e exclusões sociais, étnicas, nacionais e outras”. Consta na língua, portanto, um aspecto normativo que subjuga os sujeitos, os quais,

¹³ <https://dictionary.cambridge.org/>

¹⁴ No original, “If we conceive language as part of this body memory, it becomes possible to understand repertoire in its biographical dimension, as a structure bearing the traces of past experience of situated interactions, and of the everyday linguistic practices [...] It is the emotionally charged experience of outstanding or repeated situations of interaction with other that keeps alive the process of inscribing language experience into body memory, or more specifically into the linguistic repertoire, whether a specific experience is charged with feelings of well-being or of discomfort”.

¹⁵ No original, “[...] a hardship or as a source of ongoing emotional stress – sometimes even leading to traumatization or to re-invoking earlier traumatic experience”.

antes de serem sujeitos ativos, são sujeitados “ao poder de discursos previamente existentes” (*ibid*, p. 8).

O entendimento da experiência vivida da/na língua pode agregar aos estudos de acolhimento de pessoas em deslocamento forçado (também a esta pesquisa) questões possivelmente negligenciadas, como: de que maneira elas vivem a língua?; como constituem seu repertório linguístico e que bagagem trazem consigo?; como, em face da exclusão, da relocação e de novas necessidades, esse repertório se expande?; como se percebem enquanto falantes?; como experienciam a tentativa de moldagem das ideologias linguísticas ao seu redor?; como se localizam e se posicionam no pertencimento em um novo país?; entre muitas outras possíveis.

Focar o migrante refugiado como ser social detentor de repertório linguístico particular e de práticas linguísticas e histórias de vida únicas é deixar de apenas observá-lo e apresentar conclusões de observador/pesquisador; é, outrossim, uma investida de aproximação, ao máximo, da convergência linguística que nele ocorre, a fim de compreender sua vida vivida na língua.

2.3 Relações de Poder

É impossível pensar em língua enquanto prática social e não reconhecer seus aspectos relacionais, os quais, por sua vez, estão fundamentados em relações de poder. Não trato de poder, entretanto, como um objeto, mas, ao contrário, como uma estrutura orgânica, quase viva, que se move e permeia toda a sociedade em diferentes níveis e instâncias. Em certos momentos, há de ser mais palpável e/ou perceptível, como, por exemplo, no corpo armado/militar de um país; em outros, em face do cotidiano, movimenta-se sorrateiramente nas entrelinhas das trocas sociais.

Apesar de “poder” ser uma palavra acionada repetidas vezes, cabe esclarecer que, ainda que haja uma entidade psíquica assim denominada, ela efetivamente se manifesta de maneira plural e, de certa forma, fragmentada, tratando-se, assim, de “micro” poderes. Tal conceito é melhor comentado por Foucault, em *Microfísica do Poder*. Para o autor, o poder é uma prática social; “uma maquinaria que circunscreve todo o mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce [...] uma maquinaria de que ninguém é titular” (FOUCAULT, 2021 p. 332).

Compreende-se, então, que o poder, ou, melhor dizendo, as relações de poder atravessam todo campo e corpo sociais, por isso, microfísica. Comentando Foucault,

Santos (2016, p. 267) afirma que “o poder produz a verdade antes de mascará-la em ideologia; o poder produz a realidade antes de forçar o seu enquadramento através da violência”. Portanto, essa produtividade é parte integrante da construção da realidade social, a partir das relações humanas, “conduzindo condutas” (*ibidem*, p. 270).

Quanto à violência, é necessário distingui-la em duas categorias: física e simbólica, sendo a primeira aquela que atinge diretamente o corpo humano, agredindo-o e ferindo-o; e a segunda aquela que agride em nível psicoemocional. De acordo com Francisco (2018, p. 109), esta “se realiza na forma de preconceito e rejeição, marginalizando e discriminando o *sujeito diferente*”, além de se tratar da “mais recorrente”. É a violência simbólica que reside no discurso e se faz possível em toda relação social ou de poder, talvez progredindo à física.

Por ser a mais tácita dentre as duas, pode-se esconder, nas situações de refúgio, sob uma roupagem de acolhimento; algo lembrado por Francisco (2018, p. 110) ao advertir os leitores

É mais certo que devemos reconhecer todo e qualquer acolhimento e oferta de trabalho – se ocorrem com dignidade –, mas também devemos estar atentos a que acolhimento e oferta não camuflam nem a violência física nem a simbólica sofrida pelo imigrante, pois esse tipo de sofrimento tende a intensificar a vulnerabilidade do ser humano [...]

Foucault observa, porém, que tratar dessas relações de maneira sempre pejorativa ou repressiva leva-nos à negação de seu lado positivo e transformador, já que

seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim de gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades (2021, p. 20)

ainda que isso signifique “docilizar os corpos” politicamente, na prática, aumentando a força econômica e diminuindo a força política e sua capacidade de resistência.

Esse aprimoramento ou adestramento do corpo humano era o que de início tornava o “poder” mais forte, levando ao domínio e à consciência desse próprio corpo. É isto, entretanto, que hoje lhe expressa mais adversidade, pois, nas palavras do filósofo francês, “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto” (2021, p. 235) nele. São esses corpos, expositores do poder, que mais estão suscetíveis ao olhar regulador.

Diante dos custos de sua ação, seja em termos econômicos (necessidades monetárias para o exercício do poder, como, por exemplo, salários de vigilantes ou custos de máquinas de segurança), seja em termos políticos (por exemplo, a revolta na cidade de Charlotte após o assassinato de um homem negro por abuso de poder), talvez, para o poder, a melhor opção de baixo custo seja o olhar vigilante.

Para Foucault, o poder, quando repressor, não necessita de “armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar [...] que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo” (2021, p. 330), exercendo vigilância cada um sobre si próprio.

Não é diferente quanto à ideia de refúgio. Toda prática social inserida nas relações de refúgio e acolhimento é, portanto, permeada por relações de poder, por se tratarem também de questões humanas. Vale ressaltar que essa máquina (poder), que a todos circunscreve, não mantém seus “ocupantes” (alusão à ideia do *panopticon*)¹⁶ num mesmo lugar; ao contrário, perpetua as diferenças de classe e seu domínio.

Considerando que a grande mídia – aqui analisada a partir da perspectiva jornalística – parece se apoiar numa estrutura de regulação e vigilância, configura-se um dos principais aparelhos regulatórios e produtivos da realidade social. Nas palavras de Brittos e Gastaldo (2006, p. 124), “a insegurança com relação ao julgamento subjetivo – e potencialmente implacável – do outro, resulta uma dimensão descentralizada e terrivelmente eficiente de controle social”.

Quando questionado acerca da razão ilusória por trás da ideia de que as pessoas se tornassem virtuosas apenas por serem observadas, Foucault (2021) responde que a ilusão estava, na verdade, na crença de que a opinião social fosse “justa por natureza”, ignorando, assim, a condição real de tal opinião, os *media*. Para ele, esses tratavam-se de “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois cinema e televisão [...] comandados por interesses econômico-políticos” (p. 339). Retomaremos esse assunto mais adiante.

¹⁶ Trata-se de um conceito disciplinar trazido à vida na forma de uma torre de observação central inserida em um círculo de celas de prisão. Foi idealizado por Jeremy Bentham e, mais adiante, analisado por Foucault. Disponível em: <<https://ethics.org.au/ethics-explainer-panopticon-what-is-the-panopticon-effect/>>.

2.3.1 Silenciamento

Em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Michael Pollak (1989) apresenta-nos reflexões acerca da memória coletiva de um povo, de seus atos de esquecimento e de seu recurso de silêncio. O autor afirma que para que a memória da coletividade seja construída é necessário que os testemunhos/narrativas individuais estejam em concordância e contato com a narrativa geral, a fim de que esta possa se manter sobre uma base comum.

Para as pesquisas mais recentes, o interesse passa a ser, portanto, quem são os atores sociais dessas memórias e como suas narrativas são solidificadas e autorizadas em coletividade; em outras palavras, quem pode narrar e quem pode autorizar. Por bastante tempo, foi possível perceber o privilégio de algumas narrativas de memória em detrimento de outras, mas nos últimos anos viu-se uma ascensão de memórias não oficiais, denominadas por Pollak de “memórias subterrâneas”, que se encontravam subversivas no silêncio e na imperceptibilidade.

Esse silêncio não partiu dos grupos excluídos, mas sim foi-lhes imposto como maneira de impedir a disseminação das controvérsias do passado e de levá-las ao esquecimento. Pollak afirma, entretanto, que “essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas” (p. 5), causando o efeito contrário ao esperado:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. [...] Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante.

Parafraseando Pollak sobre o retorno dos judeus à Áustria e à Alemanha, para a pessoa em condição de refúgio, o silêncio sobre o passado está ligado primeiramente à necessidade de sobrevivência em sociedade, a uma busca pelo *modus vivendi* em um país de acolhimento e a uma tentativa de não envergonhar ou incomodar seus “acolhedores”. Em segundo lugar, à razão pessoal de querer poupar a si e a seus parentes dos traumas experimentados que voltam à vida em suas memórias.

Outro motivo para a manutenção do silenciamento é o de que, a fim de que algo seja relatado, é crucial que haja escuta, a qual pode ser encontrada de início, mas logo sucumbe ao desinteresse do ouvinte ou à edição da narrativa por parte de um terceiro. Como comentado, “essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (*ibidem*, p. 8).

Dessa maneira,

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor [...] o problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. (p. 8, 9)

Dito isso, volta-se então ao ponto da grande mídia enquanto veículo de memórias e formadora de realidades sociais e, conseqüentemente, de memórias oficiais, cuja produção é aceita como crível e relevante à compreensão e à solidificação dos fatos sociais.

2.3.2 Mídia

Após comentários breves acerca dessa temática, cabe agora caminharmos em direção a uma mais profunda compreensão daquilo que consideramos mídia. O senso comum costuma nos apresentar uma grave polaridade maniqueísta na qual a grande mídia ou é a vilã manipuladora ou uma inocente, cuja razão de existência é meramente a informação. O problema de tal pensamento está principalmente na falta de percepção das relações de poder que permeiam o maquinário da grande mídia; e, como já sabemos, esse entrelaçar não há de ser necessariamente ruim.

Sob olhar da pesquisa social, a comunicação midiática faz-se fenômeno de produção do sentido social, em outras palavras, ao informar o fato, ela também o produz. Segundo Charaudeau (2006), a mídia funciona a partir de duas lógicas gerais: a *econômica*, por se tratar de um organismo empresarial, componente do sistema

capitalista, cujo produto ocupa lugar no mercado, e a *simbólica*, por participar da construção da opinião pública. Para Chauí (2019), trata-se portanto de uma indústria “porque não estão apenas a serviço do capital, mas são parte constitutiva da acumulação e reprodução capitalistas, ou seja, são empresas privadas operando no mercado” (p. 19).

Há algo nesse organismo empresarial que precisa se relacionar com um consumidor, com um público, necessitando, assim, atraí-lo ou capturá-lo. Com o avanço da mídia visual, a partir da televisão, essa tarefa ficou mais complicada ao dispositivo da imprensa (aqui incluídos os jornais online), cuja essência está em sua legibilidade. Sendo construído majoritariamente de palavras, esse dispositivo hoje funciona como uma espécie de local ao qual se pode retornar (CHARAUDEAU, 2006), cumprindo um papel de “prova para a instauração da verdade, o que não é possível para a oralidade, não recuperável e aparentemente mais efêmera” (*ibidem*, p. 113).

Essas características próprias do dispositivo da imprensa permitem compreender porque essa mídia, universo por excelência do legível, é particularmente eficaz; por um lado, nas análises e comentários, nos editoriais, nas tribunas e reflexões, nas crônicas, em tudo o que aprofunda a informação, que a coloca em perspectiva e que indaga sobre as prováveis notícias locais (*os faits divers*) e na montagem de dossiês; e ainda, nas informações dos classificados, das variedades, local por excelência de um percurso sinótico; enfim, nas manchetes, que funcionam como anúncios sugestivos semelhantes aos *slogans* publicitários, são destinadas a desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade. (*ibidem*, 2019, p. 113)

A tradição escrita está pautada, portanto, na representatividade do mundo em produtos midiáticos sempre acessíveis, que demandam inteligibilidade para sua compreensão. De acordo com Charaudeau (2006), a imprensa exerce a função de “descrever o mundo”, traduzindo o “fato bruto” em “fato midiático”, já o tendo interpretado e construído a notícia da maneira como crê que a instância receptora (leitores) a desejam receber. Esta, por sua vez, reinterpretará a notícia a partir de sua própria percepção; o que, por fim, gera um *espaço público* de informação, onde se constrói a *opinião pública*. Esse processo se denomina *contrato midiático*.

Ter a autorização social para formar a opinião pública parece abrir margem, ao longo dos anos, para que os jornais deixassem de ser órgãos de notícias e passassem a ser órgãos de opinião, comentando e opinando sobre as notícias à sua própria interpretação. Isso se reflete na figura do jornalista, o qual concentra poderes de seleção, edição e de convite. Chauí (2019, p. 25) comenta que o jornalista “pode sentir-se

tentado a ir além disso e criar a própria realidade, isto é, sua opinião passa a ter o valor de um fato e a ser tomada como um acontecimento real”.

Ainda para a autora supracitada, isso interfere diretamente nas relações de credibilidade da notícia: “rápido, barato, inexato, partidarista, mescla de informações aleatoriamente obtidas e pouco confiáveis, não investigativo, opinativo ou assertivo, detentor da credibilidade e da plausibilidade, o jornalismo se tornou protagonista da destruição da opinião pública” (*ibidem*, p. 26). Ela compara o jornalismo atual a um tipo de programa de auditório ou a um comercial de propaganda, pautado no apelo ao emocional, à intimidade, à personalidade e à vida privada como suporte e garantia da ordem pública: “tem-se a manifestação pública de sentimentos” (*ibidem*, p. 23).

Pra Charaudeau (2006), isso está ligado à busca pela atenção do público, sendo inseridos “convidados” e temas que produzam algo de valor de espetáculo, por isso, tratam-se de questões imperativas da atualidade, com alto índice de dramatização, de tratamento passional, sem muitos dados técnicos, visando a novidade do acontecimento. Este último irá se construir a partir de três critérios: da atualidade (relacionando-se ao que for recente), da expectativa (relacionando-se ao que capta a atenção) e da socialidade (relacionando-se ao que é de âmbito público).

A tentativa de espetacularização do produto midiático é denominada por Chauí como “consultório sentimental”, o qual, para que funcione, segue uma ideologia da competência. Já que o universo da informação midiática é um universo construído (CHARAUDEAU, 2006), o recorte do mundo a ser feito terá de ser estratégico e seletivo, a fim de que haja ambas representatividade e credibilidade. Sobre isto, Brittos e Gastaldo (2006, p. 127) afirmam que “a confiança no discurso jornalístico e seu poder de definição da realidade fazem com que à imprensa seja concedido o epíteto de *quarto poder*, ao lado dos três poderes vinculados ao Estado”. Semelhantemente, Dittrich e Lopez (2004) mencionam a atualidade como Idade Mídia.

Há entre elas um ponto em comum: algo que Charaudeau chama de *convidados*, os quais geralmente se dividem entre “eleitos”, “especialistas” e “cidadãos”. O primeiro se refere aqueles que são oficialmente figuras políticas, como deputados ou prefeitos, eleitos em votação; o segundo, são considerados detentores do saber, alguém que pode falar em nome das testemunhas, estando geralmente ligados a instituições do Estado ou organizações; o último se refere àqueles em baixa posição de poder diante do Estado, os quais são vistos como minoria, geralmente sendo vítima, reivindicador ou testemunha do ocorrido. Este, segundo Charaudeau (2006),

Só se torna interessante se sofre, vítima de uma injustiça social ou de uma desgraça do destino, ou se clama por reparação e chega a brigar para obtê-la [...] faz parte das intrigas dramáticas do mundo social e pode ser exibido em espetáculo [...] são apenas arquétipos de uma categoria, são seres sem rosto, indivíduos sem personalidade, sem afetividade, sem opiniões, sem outra identidade [...] São pura enunciação e funcionam como um álibi para as mídias: autenticar os fatos ou os comentários.

Eles devem se encaixar à construção do produto, muitas vezes não falando por si, mas sendo gerenciados pelo *animador*, o jornalista, a partir de inserções de temas e subtemas, de autorização de fala, de atribuições de titularidade ou de *status* do convidado. Assim, aquilo que é expresso pelo convidado, ainda mais se for um cidadão, chega ao produto midiático e ao leitor de forma fragmentada. Esses atores aparentam ser, então, “álisis para uma argumentação bloqueada numa encenação que está a serviço do espetacular” (*ibidem*, p. 199)

Nesta pesquisa, separam-se esses atores presentes nos textos analisados a partir de duas colocações, sendo elas: poderes extrajornalísticos e poderes intrajornalísticos, como proposto por Francisco (2018). Alguns desses serão, como comentado por Charaudeau (2006), tratados não como atores, mas como fatos; enquanto outros, a exemplo do jornalista, agirão como meganarradores (ou, como aqui denominamos: supranarradores), dando testemunho de si e do outro por meio do discurso relatado – um dito num outro dito.

Percebe-se, então, que o acesso às mídias, incluindo a de imprensa, é altamente restrito e baseado no domínio da instância midiática sobre ele, já que ela detém o poder de impor a temática, de escolher os convidados, além de poder selecionar e editar o conteúdo a qualquer instante. Isso no leva, portanto, a um dos questionamentos de maior destaque nesse assunto: seria a mídia manipuladora?

Charaudeau (2006) afirma que a instância midiática se trata de um *manipulador manipulado*. Para que se configure uma manipulação, é necessário que alguém (neste caso o receptor) seja enganado/manipulado, sem que tenha consciência disso, por outro alguém (neste caso a mídia). De acordo com o autor, entretanto, não é possível afirmar que o primeiro aceite tudo o que lhe é dito sem nenhuma crítica ou que o segundo deseje deliberadamente manipular.

Portanto, de um modo mais sutil do que se pensa, “as mídias manipulam de uma maneira que nem sempre é proposital [...] e, muitas vezes, são elas próprias vítimas de manipulações de instâncias exteriores” (p. 252), como por exemplo, as potências políticas, da concorrência, do próprio tempo. Além das manipulações exteriores, as mídias também sofrem influências interiores, vindas de sua própria representação institucional. Todas essas exercem pressão sobre o que deve ou não ser informado ao público, pautando-se em razões diversas.

Quanto à ação das mídias para com o público, sabe-se que o que chega ao receptor já se trata de algo selecionado, interpretado e editado previamente. Não se trata do fato bruto, mas sim do produto midiático em si, a filtragem do acontecimento. Toda informação apresentada é, dessa forma, uma escolha; um recorte do mundo baseado naquilo que participa de sua desordem: suas vítimas, seus perseguidores, os responsáveis pelo mal e um salvador ou herói, singular ou coletivo.

É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas. É preciso ter em mente que as mídias informam deformando, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado. (CHARAUDEAU, 2006, p. 253)

De acordo com Brittos e Gastaldo (2006, p. 127), “este processo de transformação dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões”. Tais características do processo midiático também estão presentes nas relações de refúgio abordadas pela imprensa brasileira. Segundo análises de Francisco (2018, p. 117), “quem fala por eles e sobre eles são o enunciador jornalista”, o qual “se submete, de algum modo, a poderes extrajornalísticos, [...]exerce controle sobre todas as vozes recontextualizadas e sobre o acesso ao discurso jornalístico de todos os atores sociais de quem toma essas vozes”. É isso que interessa a esta pesquisa, buscando

compreender e explicar como a mídia fabrica o sentido de refúgio e reforça estereótipos¹⁷ e hegemonias.

2.4 Visões de acolhimento

Por entender que todo processo, seja ele político, social ou linguístico, fundamenta-se em ideologia, em um sentido mais básico de um conjunto de ideias (TRACY, 1801) ou em um sentido mais amplo de manutenção de uma hegemonia de classe (MARX & ENGELS, 2007), elaboro, neste tópico, três visões de acolhimento.

A primeira relaciona-se ao caráter assistencial na recepção e no cuidado de pessoas em deslocamento forçado. A segunda refere-se ao cunho “messiânico” de acolhimento, quando se crê que o país de acolhida detém o poder de salvação e redenção do refugiado. Também trato do panorama político brasileiro atual em termos de fundamentalismo ideológico e de um “messias” para poucos. No terceiro e último ponto, proponho um olhar ao processo de acolhida a partir do viés da justiça social, entendendo que ele pode agregar outras perspectivas ao entendimento de refúgio.

2.4.1 A ideologia assistencialista de acolhimento

A primeira visão da qual trato neste tópico é designada “assistencialista”. Ela se caracteriza por seu caráter emergencial e imediatista na recepção e na proteção urgente de refugiados ao redor do mundo. Na prática, essa ideologia se manifesta de maneira mais perceptível em campos de refugiados; postos de serviço humanitário em zonas de conflito; instituições religiosas; e, em casos específicos, embaixadas, consulados e/ou outros lugares de atendimento e autorização de asilo.

Outras situações em que a ideologia assistencialista é posta em prática são os casos de deslocamento forçado que acontecem dentro do território do país em conflito, como no caso da Síria, onde mais de 6 milhões de pessoas se deslocam internamente de zonas mais críticas para zonas menos críticas em busca de segurança. A assistência é, sem nenhuma dúvida, de extrema relevância para o processo de cuidado de pessoas em

¹⁷ Compreende-se estereótipo como um fenômeno sociocultural que, construindo generalizações e representações, relaciona-se a preconceitos contra minorias sociais, levando à manutenção de hegemonias e à categorização majoritariamente pejorativa de grupos e indivíduos.

deslocamento forçado, pois nela reside o senso de urgência e gravidade tão características dessa temática.

Em muitas narrativas de refugiados, é possível notar que, em situações onde o perigo de morte era mais iminente, suas vidas foram protegidas e direcionadas por órgãos e pessoas que os assistiram. A rápida intervenção e a capacidade de auxílio instantâneo são particularidades dessa visão de acolhimento. Há nela uma atenção voltada tanto às necessidades humanas imediatas, como alimentação e proteção, quanto às necessidades burocráticas, como documentação pessoal e legalização nos países de acolhida.

No caso do Brasil, o órgão responsável pela assistência e pelo cuidado legal e protetivo da pessoa em condição de refúgio, no âmbito do Ministério da Justiça, é o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), cujas competências e composição estão explicitadas no art. 12 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil tem atuado nessa área por meio de intervenções em locais estratégicos no auxílio de refugiados, como no caso de Boa Vista/RR, região de principal entrada de venezuelanos em busca de asilo no país. Também tem trabalhado na busca por soluções duradouras para a estabilização de pessoas em deslocamento forçado.

De maneira similar, pode-se notar a ideologia assistencialista ligada à ideia de acolhimento linguístico. Com o objetivo de auxiliar os migrantes que chegam ao Brasil em suas necessidades mais imediatas, os órgãos de acolhimento os direcionam a cursos de língua portuguesa. Geralmente, o que lhes é apresentado no básico dos cursos são palavras, expressões e construções gramaticais que lhes permitam formular sua fala de acordo com cada situação, como por exemplo, fazer compras, pedir direções e informações, tratar de questões documentais na Polícia Federal etc. Uma outra configuração comum é que o refugiado encontre ou seja apresentado a algum brasileiro que o auxilie em situações mais difíceis do dia a dia, com traduções ou mesmo em trocas que transcendem a questão da língua em busca de sentido.

Saliento, entretanto, que a ideologia assistencialista de acolhimento, ainda que de extrema importância no início do processo de proteção e asilo, não deve consistir na única a ser mobilizada nos passos seguintes. Se mantida excessivamente em foco, pode levar à estagnação do desenvolvimento independente do migrante, estereotipando sua imagem como a de alguém incapaz de viver sozinho, ou, em casos comuns, à sua

manutenção na invisibilidade social, destacando a figura do acolhedor como detentor da ciência.

2.4.2 A ideologia messiânica de acolhimento

Os movimentos migratórios são considerados crise; crise não para os milhares de deslocados no mundo, mas para os países privilegiados. Isso tem dado a lideranças governamentais o direito de cogitarem impedir a entrada de deslocados em seus “territórios nacionais”, fomentando o discurso fundamentalista de “nação” ao redor do mundo. Segundo Grossfoguel (2019, p. 70):

Sempre que se fala em crise sistêmica na presente civilização-sistema-mundo moderno/colonial se está falando fundamentalmente de crise para as populações racialmente privilegiadas nas zonas do ser em escala planetária. São elas que sofrem a crise com maior intensidade porque são elas que caem de status e perdem privilégios. Os povos colonizados, classificados racialmente como “inferiores” e incorporados como parte da periferia por meio de um processo de violência sistêmica de morte, têm estado em crise há 525 anos.

Tal fundamentalismo exacerba um sentimento universal de superioridade racial, étnica e nacional que compromete o conceito de refúgio. Em geral, o que verifica-se pelo senso comum é que “países bons”, e que oferecem bons refúgios, estão geralmente situados no norte global e são detentores do direito de aceitar, selecionar e segregar quem entra ou não nesses territórios. No Brasil parece ecoar o mesmo tom que encontra no atual governo força para propagar um discurso separatista e extremamente nacionalista que afeta diretamente imigrantes indesejados de nacionalidades tais como haitianos, venezuelanos, sírios e de países africanos.

Tal fundamentalismo se baseia em questões raciais, defendendo que cada nação tem sua raça, sua etnia e sua língua, desconsiderando os fatos históricos de que a raça esteve presente nas grandes catástrofes mundiais como a escravidão e o holocausto. De acordo com Mbembe (2018, p. 28), “a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético [...] não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos”.

Utilizando-se desse artifício, o mundo vem propagando, como sugerido por Mbembe (2018), “um racismo sem raça”, fortalecendo uma hegemonia cultural e social

que subjuga migrantes forçados. Há, portanto, no conceito de refúgio, grupos que subordinam a arte e a cultura (CANCLINI, 1997). Tal subordinação tem criado separações dentro daquilo que é considerado saber; isto é, tem propagado uma cultura purista.

Ignorando as hibridações presentes na era da glocalização (global e local), que desfazem fronteiras de espaço e tempo, esse messianismo se espalha nas diversas áreas consideradas “corrompidas” da democracia por grupos fundamentalistas, aos quais a entrada de refugiados — “escória do mundo”, “homens-bomba”, “desocupados” — oferece sério risco de ameaça. Entretanto, a ameaça está de fato no avanço do conservadorismo mundial, que comunica sua estratégia com “os valores da negação, com o medo, com o ódio, com a incapacidade de enxergar o outro como ser humano, com os fascismos do cotidiano” (SOLANO, 2019).

Segundo Hall (2009, p. 46):

Um “fundamentalismo” de impulso radical veio à tona em todas essas sociedades [...], um novo tipo de nacionalismo defensivo e racializado. O preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao “outro”, baseadas nessa “diferença cultural”, hipostasiada, passou a ocupar o seu lugar [...] junto com racismos mais antigos, fundados na cor da pele ou na diferença fisiológica – originando como resposta uma “política de reconhecimento”, ao lado das lutas contra o racismo e pela justiça social.

O refúgio precisa, portanto, servir como resposta à diferença cultural, entendendo que com a hibridização e a superdiversidade do mundo, “as culturas perdem a relação exclusiva com seu território”, fazendo com que todas sejam culturas de “fronteira” (CANCLINI, 1997) e que todos os envolvidos estejam em contínua formação identitária, cultural e linguística.

É necessário, então, atuar em meio à crise, aproveitando as oportunidades emergentes de orientação decolonial, combatendo os neofundamentalismos e as investidas em construir muros separatistas não só físicos, mas também linguísticos e sociais que vêm surgindo com muitos governos atualmente.

2.4.3 A justiça social no acolhimento

O deslocamento forçado de pessoas ao redor do mundo indubitavelmente carrega consigo questões emocionais, psicológicas e morais que apenas os que o

vivenciam podem tentar explicar. Compreender que eu, enquanto pesquisadora não refugiada, posso nunca de fato alcançar a magnitude da crise, que não é humanitária no sentido global, mas humana no sentido pessoal e individual, leva-me ao questionamento do que é, então, possível fazer para promover um acolhimento verdadeiramente eficaz, por meio do qual refugiados deixem de viver “em refúgio” e possam simplesmente “viver”.

Esse questionamento se iniciou durante o segundo semestre de 2019, onde estive, junto a dois colegas e duas professoras, em aulas de Tópicos em Linguística Aplicada, no programa de mestrado em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, do qual faço parte. Durante o tempo que semanalmente passamos juntos, refletimos sobre a maneira pela qual os estudos de língua podem interferir positivamente na sociedade; havendo concluído, a partir disso, que é pela prática de uma linguística que promova justiça social, como menciono anteriormente neste trabalho, que tal tratamento ocorre.

Trazendo esse entendimento ao contexto desta pesquisa, defendo um acolhimento (que também tem de ser linguístico) que promova a justiça social. Por isso, cabe definir de maneira apropriada essa expressão. Para Rawls (2002, p. 3): “justiça é a primeira virtude das instituições sociais [...] Portanto, numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis; os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais”.

Com a Revolução Francesa em 1789, o princípio da igualdade, um dos componentes principais do movimento, ganhou destaque. Para que haja justiça, tem de haver igualdade entre os homens. Na prática, entretanto, isso não ocorre com tanta facilidade, visto que a sociedade já está estabelecida em desigualdades.

A fim de que a justiça social possa então ocorrer, agrega-se o conceito de equidade, que, segundo Rawls (2002, p. 80), pode ser nomeado de princípio da diferença. Isso quer dizer que são necessárias políticas que busquem a justiça social tomando como ponto de partida as diferenças. Em outras palavras, é necessário igualar o que está diferente por meio de instrumentos “desiguais” que atuem em prol dos menos favorecidos até que haja um nivelamento social igualitário.

A justiça social no acolhimento visa, portanto, a igualdade entre o acolhido e o acolhedor, o pleno gozo dos direitos humanos, a plena ação de cidadania e humanidade. O objetivo que indico como principal é de que “refugiados” sejam simplesmente

“pessoas”, sem que sofram retaliações por estarem em um país que “não é o seu”, por sua prática religiosa, por sua aparência, menos ainda por suas práticas linguísticas.

O acolhimento deve sempre focalizar a justiça; a ruptura de desigualdades sociais; a manutenção de status subalternos e “minoritários”. Por essa razão, a problemática deve ser tratada como pauta governamental para que resulte em políticas públicas que visem à inserção e à mobilidade social de deslocados forçados.

Citando Azevedo (2013, p. 131),

Assim, igualdade e equidade substantivas, com suas sutis diferenças de entendimento, são princípios fundamentais para a entificação de sociedades que se querem justas. Contemporaneamente, sem descuidar do princípio da liberdade substantiva, igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade. Isto porque, quando grupos e indivíduos têm seus destinos entregues ao livre jogo do mercado, a tendência é o crescimento das diferenças sociais, do egoísmo possessivo e das mazelas características da sociedade capitalista.

2.5 Abordagem decolonial de acolhimento

Tendo discutido as três abordagens ao acolhimento no subcapítulo anterior, passo a dissertar sobre uma visão decolonial de acolhimento. Para isso, discutirei primeiro o conceito de decolonialidade, o que passo a fazer a seguir.

2.5.1 Decolonialidade

A decolonialidade, da qual volto a falar mais adiante, pode ser compreendida como uma “opção epistêmica”, como o proposto por Walter D. Mignolo (2008). Para o autor, trata-se de *aprender a desaprender*, dado à nossa programação mental baseada na razão imperial/colonial eurocêntrica. Apesar disso, pensar decolonialmente não significa rejeitar ou destruir todo o conhecimento constituído até agora, mas sim

substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc, que

foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). (p. 290)

De acordo com Mignolo (2008, p. 291), uma das conquistas da razão colonial foi a de “afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (raciais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e de expeli-los para fora da normativa do ‘real’”. Pode-se afirmar que inseridas fora do real estão as pessoas em deslocamento forçado, as quais, nas palavras de Butler e Spivak (2018, p. 25), são

[...] humanos espectrais, desprovidos de peso ontológico e reprovados nos testes de inteligibilidade social exigidos para reconhecimento mínimo, incluem aqueles cuja idade, gênero, raça, nacionalidade e situação laboral não apenas os desqualificam para a cidadania, mas também os “qualificam” ativamente para a condição de sem-estado. Essa última noção pode ser significativa, já que os sem-estado não apenas são destituídos de *status*, mas também recebem um *status* e são preparados para a destituição e o deslocamento; tornam-se sem-estado precisamente por estarem em conformidade com certas categorias normativas.

São efetivamente sem-estado, mas “ainda estão sob o controle do poder de estado” (*ibid*, p. 20). Esse poder também pode ser visto como firmado no pensamento colonial, e falar de decolonialidade em migração é, de muitas maneiras, desfiar a legitimidade estatal e qualquer conceito normativo que justifique o modelo colonial, incluindo raça, origem, classe, gênero, sexualidade e língua (MALDONADO-TORRES, 2018).

O pânico moral, mencionado por Bauman (2015), inculcado na “crise migratória”, pode ser corroborado, nas palavras de Maldonado-Torres (2018, p. 33), pelo fato de que “levantar a questão do colonialismo perturba a tranquilidade e a segurança do sujeito-cidadão moderno e das instituições modernas”.

Para o autor,

A ordem das coisas no mundo moderno/colonial é tal que as questões sobre colonização e descolonização não podem aparecer, a não ser como mera curiosidade histórica. Espera-se que o colonizado ou ex-colonizado seja tão dócil quanto grato. Conotações patológicas específicas são dadas para diferentes corpos e diferentes práticas, dependendo do gênero específico, do sexo, da raça e de outros marcadores. (p. 33)

Por essa razão, a decolonialidade, tanto em aspectos políticos, diante do caminhar da globalização em direção à diluição de fronteiras geográficas, quanto sociais, com a notável mudança do cenário social, é capaz de confrontar a ordem normativa que impera sobre os mais diversos tópicos da migração forçada no mundo.

Para os campos dos estudos de Linguística Aplicada, o conceito tratado neste tópico pode ser uma das possibilidades pensadas por Kumaravadivelu (2006, p. 146): “A pesquisa em LA, com sua natureza intercultural, interlinguística e interdisciplinar, tem de transcender a abordagem positivista e experimentar outras possibilidades”.

Viabilizar um acolhimento decolonial implica, portanto, aplicar em toda a sua composição a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008); conceber o “colonizado” como agente social (MALDONADO-TORRES, 2018); transformar a função da linguística de legisladora para tradutora e intérprete social (RAMPTON, 2006).

2.5.2 O fim do pensamento abissal

Promover um pensamento decolonial e tentar colocá-lo em prática parece ser uma das maneiras mais naturais e eficazes de romper com o pensamento abissal. Primeiramente, faz-se importante esclarecer o que este conceito representa.

De acordo com o sociólogo e professor Boaventura de Sousa Santos (2007), a realidade social é dividida por uma linha, cujos lados se encontram em um sistema de distinções visíveis e invisíveis. Sua principal característica é a impossibilidade da co-presença de ambos lados, já que “este lado”, visível, só é possível em detrimento do “outro lado”, radicalmente excluído da realidade.

O lado apagado e invisibilizado é, portanto, o que faz com que o outro seja visível: “as distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha se baseiam na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 72). Ainda segundo o autor, o conhecimento e o direito são os principais domínios do pensamento abissal; constituindo-se o primeiro do monopólio da ciência e do saber, e o segundo da ordem do que é legal ou ilegal.

Nessa linha, a legalidade e a verdade estão a favor dos que se encontram deste lado, enquanto a ilegalidade e a falsidade estão para os que sofrem apagamento total e se encontram do outro lado da linha. Eles são considerados como não existentes pelo olhar hegemônico da sociedade civil, e isso se dá a partir da lógica da

apropriação/violência, que “envolve incorporação, cooptação e assimilação [...] destruição física, material, cultural e humana” (*ibidem*, p. 75).

Essas maneiras de negação, radicais em seu cerne, produzem uma ausência de humanidade, tornando tudo que negam em subumano:

Assim, a exclusão se torna simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social (a suposta exterioridade do outro lado da linha é na verdade a consequência de seu pertencimento ao pensamento abissal como fundação e como negação da fundação). A humanidade moderna não se concebe sem uma subumanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal [...] O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. (*ibidem*, p. 76)

Sousa Santos, a partir de sua análise do regresso do colonial, alude àqueles cujas experiências de vida estão do outro lado, mas rebelam-se contra a colonialidade. Ele afirma que tal regresso assume três formas principais: a do terrorista, a do imigrante indocumentado e a do refugiado. Concentremos na última: quando solicitado o refúgio, o migrante interfere no funcionamento hegemônico de uma sociedade. Com isso, “os espaços metropolitanos que se encontravam demarcados desde o início da modernidade ocidental deste lado da linha estão sendo invadidos ou perpassados pelo colonial” (*ibidem*, p.78), o qual possui um grande nível de mobilidade e, por isso, deve ser confrontado.

Tem-se também o regresso do colonizador, que se manifesta a partir do “ressuscitamento de formas de governo colonial”, nas quais viola-se o humano em nome dele mesmo, destrói-se a democracia em sua defesa e elimina-se a vida para preservá-la. São um outro tipo de colonialismo, e aqueles que se encontram no lado colonial da linha são impossibilitados de enunciar seu mundo à sua própria maneira, sendo privados de legalidade ou creditação de conhecimento. Tratam-se, então, de “populações descartáveis”, ou, nas palavras de Butler (2019), “vidas precárias”.

[...] em primeiro lugar, no nível do discurso, certas vidas não são consideradas vidas, não podem ser humanizadas, não se encaixam em nenhum enquadramento dominante do humano, e que sua desumanização ocorre primeiramente nesse nível, e que esse nível, então, dá origem a uma violência física que, em certo sentido,

transmite a mensagem da desumanização que já está em ação na cultura. (BUTLER, 2019, p. 54)

Essas populações possuem corpos espectrais, onde nem vida nem morte lhes compõem por completo. Toda e qualquer violência cometida contra eles não será calculada, pois se considerará que não houve nenhuma violação concreta. São corpos indignos de luto, pois já não se configuram vivos. Eles são excluídos do real.

Assim, a decolonialidade pode nos apresentar um bom caminho para as lutas contra o pensamento abissal, levando-nos a uma perspectiva crítica do funcionamento social e a uma política de resistências, para “desnaturalizar e deslegitimar mecanismos específicos de opressão” (SOUSA SANTOS, 2020, p. 53)

2.5.3 Sociedade

A sociedade desempenha um papel de extrema relevância no processo de acolhimento, já que nela se inserem as pessoas que buscam refúgio. Tomo por sociedade não apenas seus cidadãos como também o Estado, governo, política e liderança. Na prática, o poder de agregar ou excluir quem chega ao país pertence às estruturas da sociedade.

Acolher é, portanto, uma ação social baseada na prática cotidiana trocas entre seus participantes, e, em macro nível, na instituição e na prática de políticas públicas que tenham por objetivo a igualdade de direitos. Espera-se do Estado (e também da sociedade) as condições de subsistência e mobilidade social, bem como obrigações e direitos estabelecidos aos cidadãos.

Vale ressaltar, entretanto, que

Se o estado é o que “agrega”, com certeza é também o que pode desagregar e de fato desagrega. E se o estado agrega em nome da nação, evocando — forçosa senão poderosamente — certa versão da nação, então ele também desagrega, libera, expulsa e bane. Se for esse o caso, ele não age sempre por meio emancipatório, “liberando” ou “colocando em liberdade”; ele expulsa precisamente por meio de um exercício de poder que depende de obstáculos e prisões, no sentido de certa contensão. (BUTLER & SPIVAK, 2018, p. 17)

No caso de refugiados, isso é ainda mais concreto:

Quando e onde um “refugiado” é expulso de um estado, ou forçosamente destituído de alguma outra maneira, ele em geral não tem para onde ir, mesmo quando chega a algum lugar, ainda que apenas em trânsito. Ele pode estar entre fronteiras de um determinado estado, mas não exatamente como um cidadão; então, a pessoa é recebida, por assim dizer, desde que não pertença ao conjunto de obrigações e prerrogativas jurídicas que estipula a cidadania ou, se muito, apenas de forma diferencial e seletiva. (*ibid*, p. 18)

A chegada de refugiados não pode ser o evento principal do acolhimento, mas sim sua configuração como cidadãos, ou sua livre agência ao menos temporária, até que decidam quais passos darem em seguida. O tratamento de deslocados forçados como pessoas meramente marginalizadas, em busca de piedade e misericórdia, ou, ao contrário, como não merecedores de ajuda, apresenta dois extremos que devem ser evitados.

A conscientização da sociedade acolhedora acerca da humanidade e da individualidade de cada pessoa em situação de proteção e refúgio, as quais se encontram em contextos sociais com os quais não estavam acostumados, mas nos quais continuam sendo agentes ativos, é de extrema importância para a efetividade do acolhimento. O que se busca é a total integração de cada pessoa na sociedade em que vive, sem que esteja presa a marcadores sociais ou rótulos que impossibilitem sua livre agência.

Ainda que a carga emocional possa ser muito alta, em alguns casos traumática, cabe ao próprio imigrante afirmar ou não se ele está recomeçando a vida. Abro um parêntesis para exemplificar com uma cena na qual eu própria estava envolvida: há alguns anos, fui até um restaurante de um amigo refugiado sírio, e perguntei se ele não gostaria de me ensinar algumas palavras do árabe. A resposta que obtive foi “eu não quero mais falar árabe, quero esquecer, porque me lembra coisas ruins; só falo português, quero viver no Brasil, me casar no Brasil e quero viver como um brasileiro normal”. É totalmente compreensível que essas pessoas prefiram ocultar e evitar lembrar memórias estressantes; todos nós fazemos isso. Entretanto, é importante ressaltar que isso não significa que não as tenhamos vivido. “Zerar a vida” pode não ser tão fácil, principalmente se a carga de estresse se mantém no fato de que sempre somos lembrados de que vivemos algo que queremos esquecer. Em termos práticos, é isso que a sociedade faz todos os dias com migrantes forçados.

De certa forma, é como se isso se tratasse de uma retomada das palavras de Césaire (1978, p. 29): “[...] actualmente são os indígenas de África ou da Ásia que reclamam escolas e é a Europa colonizadora que as recusa; que é o homem africano que

pede portos e estradas e é a Europa colonizadora que regateia; que é o colonizado que quer avançar e é o colonizador que o retém”. Parafrazeando, “ [...] atualmente são os migrantes forçados da África ou da América do Sul que reclamam escolas e é o ‘país acolhedor’ que as recusa; que é o homem sírio que pede livre agência e proteção e é o ‘país acolhedor’ que regateia; que é o refugiado que quer avançar e é o ‘acolhedor’ que o retém”.

Por isso, cabe ao Estado a conscientização da sociedade e a garantia de políticas públicas que atendam aos refugiados, dando-lhes oportunidades de integração social, segurança e agenciamento cidadão no país que o recebe. Erradicar casos de xenofobia e permitir a liberdade religiosa, cultural, linguística e de expressão devem ser objetivos de um acolhimento decolonial.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia do trabalho científico, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 14), ao examinar, descrever e/ou avaliar métodos e técnicas de pesquisa para a construção do conhecimento os quais possibilitam a coleta e o processamento de informações, direciona a pesquisa ao encaminhamento ou à resolução das questões investigativas nela propostas.

Com fundamento em tal concepção, a fim de que esta pesquisa se torne efetiva, sua estruturação metodológica constitui um quesito de enorme importância. Assim, visando a uma melhor compreensão das práticas interpretativas e investigativas, apresento, neste capítulo, um breve resumo do caminho percorrido para a elaboração deste trabalho.

Antes, porém, gostaria de ressaltar o fato de que, por se tratar de uma pesquisa na qual meu olhar como pesquisadora está continuamente presente e expresso, tomei a liberdade de redigi-la majoritariamente na primeira pessoa do singular, conforme já deve ter sido observado, facilitando, para o leitor, o processo de identificação da relação assinalada entre a pesquisadora e a pesquisa.

Inicialmente procedi à busca de manifestações públicas dos próprios refugiados em redes sociais e sites online, porém o material encontrado de início foi muito escasso, havendo sido alterado em sua maior parte por editores, além de evitada a temática do refúgio. Não foi possível encontrar, nessa etapa, narrativas diretas e mais livres nas quais não ocorressem interferências editoriais. Repensando a trajetória percorrida até então e entendendo que falar de acolhimento linguístico implica falar do acolhedor e também compreendê-lo, o curso da pesquisa foi modificado.

Focalizou-se, a partir dessa reflexão, a parte acolhedora, com o intuito de investigar sua própria percepção acerca do assunto, já que tal ponderação resultou na apreensão de que o ato de acolher é bilateral (subentendendo partes que trabalham juntas: a do acolhedor e a do acolhido).

Desse modo, compreendeu-se que o acolhedor, enquanto falante da língua de acolhimento e considerado nativo/local, continuamente retextualiza as narrativas de refúgio e do refugiado, reelaborando-as de diversas maneiras. Busquei, portanto, essas narrativas renarradas pela parte acolhedora, que aqui se apresentam por meio de reportagens jornalísticas, como veremos mais adiante.

3.1 A abordagem qualitativa

Nas últimas décadas, a pesquisa qualitativa tem se desenvolvido e se expandido ao contexto de diferentes áreas de estudo. Seu olhar voltado às questões políticas, raciais e de gênero, que considera também valiosos os aspectos da globalização no mundo, oferece novas possibilidades de apreensão daquilo que é social. O processo ocorre de dentro para fora, buscando promover um melhor entendimento das realidades e dos processos sociais (FLICK *et al.*, 2004, p. 3). Entendendo sua importância para o campo da pesquisa científica bem como sua relevância para os estudos linguístico-sociais, adoto, neste trabalho, a abordagem qualitativa de pesquisa e apresento, a seguir, algumas de suas características principais.

A ótica qualitativa enfatiza e situa o pesquisador enquanto observador e perceptor do mundo, considerando-o um *bricoleur* (DENZIN & LINCOLN, 2006), um tecelão de uma colcha de retalhos de reflexões e representações acerca do mundo. É em meio a essa costura que a pesquisa ocorre, sendo, por isso, em sua essência, multimetodológica e multiparadigmática, rejeitando suposições positivistas e meramente quantitativas. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p. 23), “os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação”. Seu foco está no ponto de vista do indivíduo, tratando-o como ser social e não como um objeto de pesquisa.

Ao pensar as qualidades dos processos, dos fenômenos e dos significados, a abordagem qualitativa se preocupa com a riqueza de descrições do mundo social e não pressupõe hipóteses e suposições. Dessa forma, também não se restringe a apenas um método de pesquisa; ao contrário, lança mão da dialogia e da multiplicidade de métodos, aproximando o leitor, o pesquisador e a pesquisa uns dos outros.

Godoy (1995, p. 62) destaca quatro características dessa abordagem: i) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os dados empíricos provenientes da pesquisa são analisados a partir da reflexão do próprio pesquisador acerca do mundo, com o objetivo de tentar esclarecer o fenômeno estudado. Por isso, o pesquisador tem de aprender a preparar e a utilizar a si mesmo como instrumento de pesquisa; ii) a descrição da pesquisa qualitativa; iii) o

significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como a preocupação crucial do investigador; e iv) o enfoque indutivo na análise de dados.

Das características apresentadas, a primeira indica que os detalhes dos dados são importantes para a pesquisa e, por isso, são descritos com dedicação singular. Nesse sentido, “todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo” (*ibid.*, 1995, p. 62).

Tal preocupação com o processo em detrimento do produto ou do resultado reforça a importância da terceira característica, já que o ponto de vista e a significação dos participantes levam à melhor compreensão desse processo, e é com base nesse entendimento que os dados são analisados. Como o pesquisador qualitativo não parte de hipóteses apriorísticas, suas análises são abstrações que surgem do contato com os dados, caminhando o percurso teórico a partir de suas interpretações indutivas.

Por essas razões, a abordagem qualitativa asseguradamente tem muito a contribuir com esta pesquisa, guiando-a por diferentes possibilidades de interpretação; promovendo maior liberdade metodológica e paradigmática; e trazendo à luz o ponto de vista das pessoas nela envolvidas, a fim de proporcionar uma compreensão mais profunda da questão linguística no acolhimento de refugiados no Brasil.

3.2 A decolonialidade na pesquisa acadêmica

Seguir os caminhos da abordagem qualitativa parece nos direcionar à busca por uma pesquisa mais humanizada e pessoal, que combata a mecanicidade e a manutenção de únicas verdades e certezas da modernidade, e na qual não haja um objeto de pesquisa de fato, mas sim a presença de participantes sociais ativos sobre e com os quais falamos. Para isso, não basta apenas identificar tal busca; é necessário pensar maneiras de efetivar a promoção desse novo modo de praticar pesquisa acadêmica.

Uma dessas maneiras — acredito ser a mais essencial — consiste na crítica às formas de colonialidade ainda presentes nos diferentes espaços da sociedade, incluindo o acadêmico (FABRÍCIO, 2017, p. 15). Esse movimento crítico tem-se denominado “decolonialidade”. A fim de compreendê-lo, cabe apresentar as definições dos conceitos que o circundam. Valendo das palavras de Maldonado-Torres (2018, p. 36), a “colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais”. De acordo com Fabrício

(2017, p. 15), manifesta-se em três níveis: colonialidade do poder; colonialidade do saber; e colonialidade do ser. Neste tópico, focalizo o segundo nível mencionado.

A tradição ocidental eurocêntrica reforçou e manteve a ideologia de que o conhecimento dito científico é incontestável e, portanto, verdade plena. Esse conhecimento tem se manifestado especialmente por meio das produções acadêmicas de nível superior e por meio dos ambientes universitários de pesquisa, rotulando e classificando saberes, ciências e a própria vida social de maneira dualista entre aquilo que é ciência e aquilo que não é.

Segundo Maldonado-Torres (2018, p. 37), a decolonialidade promove tanto a luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, quanto a busca de uma nova ordem mundial: “alguma coisa maior do que a modernidade”. Não se trata, entretanto, de uma total destruição das construções sócio-históricas já consolidadas, mas sim de “conhecê-las, reconhecer seus efeitos concretos e embrenhar-se na dinâmica de ter clareza do ‘não mais’ [...] e investir no ‘não ainda’” (FABRÍCIO, 2017, p. 29).

Por isso, o propósito da decolonialidade é mais complexo do que parece a princípio, já que demanda “distanciamento teórico-epistemológico da tradição moderno-colonial-ocidental simplificadora da multiplicidade” (FABRÍCIO, 2017, p. 29). Para que esse propósito seja alcançado, é necessária, então, uma atitude decolonial; um engajamento crítico-constructivo com as teorias da modernidade.

Sousa Santos (2020) apresenta o conceito de epistemologias do sul como possível caminho decolonial no que tange o conhecimento. Sobre elas, ele afirma:

Referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado [...] Trata-se antes de identificar e valorizar aquilo que muitas vezes nem sequer figura como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, a dimensão cognitiva das lutas de resistência contra a opressão e contra o conhecimento que legitima essa mesma opressão. (SOUSA SANTOS, 2020, p. 17)

Com o intuito de repensar o mundo e suas estruturas compreendendo que a colonialidade ainda se faz presente e regente na sociedade também nos aspectos acadêmicos, a busca por uma atitude decolonial “suleia” esta pesquisa. Desejo propor, então, um texto mais comprometido com as instituições de acolhimento também como

um agrupamento de sujeitos sociais, e pessoas em deslocamento forçado como seres sociais ativos dotados de características particulares e individualidades.

3.3 Caracterização da pesquisa

Neste trabalho adoto a abordagem qualitativa de pesquisa, de natureza aplicada e de cunho exploratório, intencionando compreender melhor o fenômeno linguístico-social do acolhimento de deslocados forçados no Brasil. Para isso, os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental são utilizados. A partir deles, seleciono reportagens e artigos originários de órgãos, instituições de acolhimento no Brasil e/ou jornais *online*, a fim de explorá-los e interpretá-los.

O recorte temporal escolhido foi de cinco anos, de 2015 a 2020, já que nesse período o deslocamento forçado no mundo aumentou significativamente, mudanças ocorreram no governo brasileiro e podem-se apresentar fatos mais próximos do cenário atual em termos de acolhimento.

Por critério de seleção, tomo a menção ao ensino de português ou mesmo à própria questão da língua, seja “língua portuguesa”, “língua” ou a importância dela no acolhimento, nos documentos pesquisados. Dessa forma, será possível pesquisar a relação entre língua e acolhimento dos órgãos e instituições selecionadas. Inicialmente, tinha-se a pretensão de demarcar a análise apenas ao espectro do refúgio de migrantes de fala árabe. Entretanto, diante daquilo que foi demonstrado pelas reportagens escolhidas, foi possível perceber que refugiados de todas as origens consideradas inferiores à sociedade possuem acolhimento semelhante entre si.

Levando em consideração que muito já se fala acerca do acolhido, mas muito pouco é dito acerca do acolhedor e de seu entendimento do que é acolher, este último, então, ganha foco neste trabalho. Decidiu-se, portanto, por buscar publicações acerca do tema que já se encontrassem em plataformas digitais, sites oficiais, entre outros.

Como dito anteriormente, a mídia se revela detentora de grande parte do poder formativo do senso comum nacional, expressando-se por intermédio dos micropoderes que a permeiam. Por essa razão, tomou-se esse caminho de pesquisa, a fim de observar e compreender até que ponto a mídia representa a voz do acolhedor em detrimento da do acolhido ou ratifica crenças acerca do que é refúgio e de quem é o migrante forçado.

3.4 Instrumentos de Análise

Com o objetivo de investigar o entendimento de acolhimento linguístico-social por parte de quem acolhe, faz-se uso de documentos oficiais, reportagens e artigos que tragam à tona a temática da língua e do acolhimento de deslocados forçados no Brasil. Para a análise do material selecionado, utilizam-se como conceitos e instrumentos centrais da pesquisa as narrativas de vida e a indexicalidade, bem como a distinção entre notícia-depoimento e notícia-típica. Discorro sobre eles a seguir.

3.4.1 Narrativas de Vida

Em seu livro intitulado *Life Stories: the creation of coherence*, Linde (1993, p. 3) afirma que, “para existir no mundo social com um senso confortável de ser uma pessoa boa, socialmente adequada e estável, um indivíduo precisa ter uma narrativa de vida coerente, aceitável e constantemente revisada” (tradução própria)¹⁸. Essas narrativas se caracterizam como sociais, por estarem em constante negociação entre sujeitos. São, além do mais, unidades orais e descontínuas, significando que possuem caráter narrativo único e que são relatadas em partes separadas.

A fim de distinguir a narrativa de vida de outras construções e relatos pessoais, Linde elenca três critérios: a) constitui uma avaliação do narrador ou do evento; b) possui reprodução estendida; e c) inclui, além de um *set* de histórias, as conexões que são criadas entre elas. Além disso, ainda que precise da participação e da aceitação de ouvinte(s) — sua face social —, a narrativa de vida é interna, totalmente dependente do senso subjetivo e do universo particular do narrador.

Como instrumento de análise, utilizo o conceito de narrativa de vida para direcionar a compreensão das narrativas do acolhedor. O intuito é investigar e observar como são elaboradas e apresentadas nos documentos e reportagens selecionados para a pesquisa, buscando verificar com mais detalhamento quais vozes estão narrando e como cada construção avalia o narrador, é reproduzida, inclui conexões entre histórias e transpõe a personalidade narrativa.

¹⁸ No original: “In order to exist in the social world with a comfortable sense of being a good, socially proper, and stable person, an individual needs to have a coherent, acceptable, and constantly revised life story.”

3.4.2 Indexicalidade

Outro instrumento de análise é o conceito de indexicalidade, que, segundo Coupland (2007, p. 22), constitui-se do “link entre uma expressão ou forma e aquilo que ela representa significativamente” (tradução própria)¹⁹. Os indexicais têm sido centrais na compreensão de prática linguística. Sua significação não quer dizer necessariamente aquela que se encontra em sua definição no dicionário. De acordo com Jaffe (2016, p. 88), ela é social e sociolinguística, relacionando-se a como falantes e pessoas em discurso são posicionadas e se posicionam socialmente e situacionalmente.

A indexicalidade nos leva ao modo de relacionar o microsocial e o macrossocial (SILVERSTEIN, 2003, p. 193). Dessa forma, será possível analisar, ao longo desta pesquisa, os indexicais presentes nas narrativas do material selecionado, com o objetivo de compreender melhor o posicionamento das pessoas envolvidas no discurso acerca do acolhimento linguístico-social.

Para isso, utilizo as categorias indexicais propostas por Wortham e Reyes (2015), sendo elas de “dêíticos”: aqueles que direcionam a outros termos, conceitos e ideias, considerando também como “dêíticos” os indexicais de tempo, espaço, pessoa e discurso; e de “avaliativos”: aqueles que qualificam e avaliam pessoas, situações e instituições presentes no discurso.

3.4.3 Notícia típica x Notícia Depoimento

Em adição aos dois instrumentos de análise mencionados em 3.4.1 e 3.4.2, esta pesquisa apresenta uma proposta de classificação dos textos escolhidos com o intuito de melhor compreender as características e peculiaridades de cada reportagem. Para isso, recorreu-se a Francisco (2018), que denomina e esclarece as diferenças entre “notícia-depoimento” e “notícia-típica”.

Conforme designação do autor, a notícia-depoimento tem como ponto central dado indivíduo e seus relatos. Trata-se, aparentemente, de um texto de cunho autobiográfico, cujo formato de exposição mais marcante é realizado em primeira pessoa. Quando esse tipo de notícia está relacionado a indivíduos migrantes, costuma apresentar relatos de uma “vida passada”, fazendo alusão aos sofrimentos e às

¹⁹ No original: “[...] link between an expression or form and what it meaningfully stands for [...]”.

adversidades precedentes à sua chegada ao Brasil, funcionando, segundo as palavras de Francisco (2018, p. 113), como um “modo de ilustração de uma realidade desconhecida dos brasileiros [...] uma mostra emblemática do acontecimento imigratório, mas de forma caricatural”.

Por se tratar de um tipo de notícia carregada de aspectos emotivos, busca provocar reações de empatia ou compaixão não só por meio do texto verbal, como também do imagético, possuindo, assim, imagens que focalizam o rosto do imigrante, geralmente com expressões de sofrimento, medo ou tristeza, em vez de alegria ou força. Nesta pesquisa, não analiso os recursos imagéticos das reportagens, coloco-os, porém, à disposição em anexo, junto à íntegra dos textos.

Quanto à notícia-típica, o foco passa a ser o coletivo, e não mais o indivíduo. Textos desse tipo tendem a apresentar uma temática que aponta para problemas vivenciados por imigrantes no Brasil, como a dificuldade de trabalho, perseguições, agressões ou questões de relacionamento com brasileiros. Por vezes, os dois tipos de misturam. Porém, uma das principais diferenças observadas: na notícia-típica, há uma acentuada ausência da voz do migrante na construção textual.

Francisco (2018, p. 115) elucida que “nesse tipo de notícia, suas vozes e pontos de vista muito raramente compõem o texto”, em razão de se recontextualizarem as vozes de representantes públicos, políticos ou de instituições de acolhimento, as quais falam pelo migrante, revelando, assim, sua posição de falante desprivilegiado.

4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados, utilizo os conceitos de narrativa de vida e indexicalidade. A primeira e a última reportagem tratam-se de *notícias-depoimento*, sendo uma encontrada publicada no site do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e conta a história de uma família síria que vive em São Paulo, e a outra, no portal online, *R7*. A segunda, a terceira e a quarta tratam-se de *notícias-típicas*. Encontram-se no site do *GI* e relatam respectivamente ataques a um refugiado sírio em Copacabana, a migrantes haitianos no Glicério e a um bar de refugiados palestinos em São Paulo. Por se tratarem de textos curtos, tomo a liberdade de inseri-los imediatamente abaixo com marcação das linhas. Os textos nos formatos originais se encontram a partir do Anexo A. Na sequência, passo às análises das narrativas gerais, das pequenas narrativas e dos indexicais.

Família síria reconstrói vida em SP após dois anos em campo de refugiados na Jordânia²⁰

1	Yusra e sua família fugiram da guerra na Síria. Eles
2	viveram por dois anos em um campo da Agência da ONU para
3	Refugiados (ACNUR) em Zaatari, na Jordânia, até conseguir
4	viajar ao Brasil e recomeçar a vida em São Paulo.
5	Foi uma longa e perigosa jornada desde Idlib, próximo à
6	fronteira com a Turquia, até o Brasil. O caminho foi
7	marcado por perdas, violência e tristeza. Mais de 50
8	amigos da família morreram. Bombas estouraram perto de
9	Yusra e de seus filhos. Com o tempo, cenas de violência e
10	histórias de barbárie se tornaram cotidianas.
11	Hoje, a vida de Yusra se divide entre tarefas da casa,
12	cuidar da família, frequentar aulas de português e
13	estudar na mesquita do bairro onde mora, na capital
14	paulista. O filho Mustafa trabalha e sustenta a casa,
15	enquanto o marido Khaled busca recolocação no mercado de
16	trabalho.
17	Yusra leva sua filha mais nova Yara, de 5 anos, para a
18	escola. A história de Yusra e de sua família é uma
19	história de sobrevivência. Depois de perder 150
20	familiares na guerra da Síria, a família recomeçou a vida
21	em São Paulo, há três anos. "Aqui conquistamos nossa
22	liberdade", declarou.
23	Yusra é casada com Khaled e tem três filhos – Mustafa,
24	de 18 anos, Hanna, de 16, e Yara, de 5, que nasceu no
25	campo de refugiados de Zaatari. A família levava uma vida
26	confortável em Idlib. "Tínhamos a nossa casa, nossa terra

²⁰ Publicado em 26 de novembro de 2018 em: <<https://nacoesunidas.org/familia-siria-reconstrui-vida-em-sp-apos-dois-anos-em-campo-de-refugiados-na-jordania/>>

27 e plantávamos o que precisávamos. Era um lugar lindo”.
28 “Nessas horas você vê que só a vida é importante. Não tem
29 uma escolha. A escolha é pela vida. O resto a gente deixa
30 para trás.”

31 Mais de 12 milhões de sírios foram forçados a deixar
32 suas casas e fugir por conta da guerra. Isso representa
33 mais da metade da população de cerca de 18 milhões de
34 pessoas. Yusra conta que a família não queria deixar sua
35 terra, abandonar raízes, amigos e familiares. No entanto,
36 quando seu marido foi preso, tudo mudou. Khaled começou a
37 ser perseguido em Idlib por levar feridos para o hospital
38 do outro lado da fronteira. Preso por onze meses, ele
39 ainda carrega as marcas do que descreve como o pior
40 período de sua vida. Enquanto esteve na cadeia, Yusra
41 viveu com seus dois filhos na casa do irmão em uma
42 pequena cidade na Turquia, próxima à fronteira.

43 Quando o marido foi solto, a família fugiu para
44 Damasco. Khaled teve que viver trancado no apartamento
45 porque ainda estava sendo perseguido. As crianças não
46 podiam sequer estudar, pois poderiam ser seguidas até em
47 casa. No entanto, um dia o rastrearam, mas, por sorte,
48 entraram na casa da vizinha, dando à família a chance de
49 escapar.

50 Decidiram, então, gastar as economias para ir até
51 Daraa, na fronteira com a Jordânia, atravessando 330 km.
52 De lá, seria possível chegar até o campo de refugiados de
53 Zaatari. Fizeram o caminho separados, um carro levou
54 Yusra e as crianças, enquanto Khaled teve que ir a pé com
55 um grupo de sírios. Era perigoso irem juntos.

56 No campo de refugiados de Zaatari, a Agência da ONU
57 para Refugiados (ACNUR) fornece ajuda humanitária vital
58 para os refugiados sírios, apoiando as pessoas mais
59 vulneráveis com dinheiro para remédios e alimentos,
60 fogões e combustível para aquecimento, isolamento para
61 tendas, cobertores térmicos e roupas de inverno.

62 “Na noite em que chegamos a Zaatari nos levaram até
63 uma barraca. Eu estava tão exausta de todo o estresse que
64 deitei e dormi no chão mesmo, sem nada. Foi a primeira
65 vez que dormi bem em muito tempo.”

66 A família morou no campo por dois anos. No início,
67 moraram em uma barraca, posteriormente, conseguiram ir
68 para uma unidade habitacional inovadora que tem
69 divisórias para cômodos, janelas e iluminação por energia
70 solar. Ainda assim, a vulnerabilidade era grande.

71 “A vida no campo era difícil. Você fica muito
72 vulnerável. Dependíamos de ajuda para comer, nos vestir e
73 nos aquecer. Só tínhamos o que nos davam. Os banheiros
74 eram compartilhados por muitas pessoas. Era tanta terra e
75 poeira que quando a gente passava uma toalha ela saía
76 marrom.”

77 Atualmente, cerca de 80 mil refugiados sírios vivem
78 no campo de refugiados do ACNUR em Zaatari, sendo que 20%
79 tem menos de 5 anos de idade. Eles precisam da ajuda dos
80 demais para sobreviver.

81 A família estava sem esperança e sem escolha. Não
82 havia mais uma casa na Síria para voltar e os países

83	árabes não os acolheram. Foi então que Khaled descobriu
84	que seu passaporte só tinha mais 20 dias de validade: se
85	não saíssem agora, não conseguiriam mais. Ele tinha um
86	irmão que já estava vivendo no Brasil, então, mesmo
87	resistente à ideia, foi à embaixada brasileira na
88	Jordânia.
89	“Me deram bom dia e me ofereceram uma limonada. Se
90	solidarizaram com a situação da minha família, Yara era
91	uma bebê pequena, e consegui o visto”, declarou.
92	Ao chegar ao Brasil, Khaled buscou apoio da IKMR,
93	parceiro do ACNUR que o ajudou a preparar toda a
94	documentação para a vinda da família – suas filhas não
95	tinham nenhum registro de identificação ou documento,
96	tudo se perdeu na guerra. Graças à ajuda que recebeu, em
97	três meses a família estava reunida em São Paulo. Com o
98	tempo, conseguiram trazer a mãe de Khaled, que hoje
99	também vive com eles.
100	“Chegar aqui foi recuperar a liberdade. Os parceiros
101	do ACNUR nos ajudaram muito. Tivemos apoio para solicitar
102	refúgio, para inscrever nossos filhos na escola, acesso a
103	aulas de português, e até hoje levam as crianças em
104	passeios. Gosto muito deles.”
105	Para Hanna, a filha do meio, a adaptação não foi fácil e
106	no início sofreu bullying na escola: “tenho orgulho do
107	meu véu”, conta determinada. Hanna sonha em ser
108	jornalista para poder contar as histórias das pessoas.
109	Hoje a vida de Yusra se divide entre tarefas da
110	casa, cuidar da família, frequentar aulas de português e
111	estudar na mesquita do bairro onde mora. O filho Mustafa
112	trabalha e sustenta a casa, enquanto Khaled se recoloca
113	no mercado de trabalho.
114	Agora, tudo o que esperam é um futuro para seus
115	filhos no Brasil. Depois de tanta dor, não há espaço para
116	saudades. “Foram tantas perdas que o coração vira uma
117	pedra. A gente mantém o espírito alegre pelas crianças,
118	mas estou vazia. Meu coração é vazio. Não tenho mais
119	lágrimas para chorar”.
120	O ACNUR atua na emergência da Síria desde o começo.
121	É a principal agência da ONU em proteção, abrigo,
122	serviços comunitários e distribuição de itens essenciais
123	dentro da Síria. Mas não é só isso: está ao lado dos
124	refugiados em todos os passos da sua jornada.
125	No Brasil, apoia por meio de parceiros locais cursos de
126	português, revalidação de diploma, documentação, atuando
127	para que as famílias se integrem e tenham a chance de
128	viver em melhores condições.

Ao longo do texto, é possível perceber as relações de poder que nele se encontram, ora de maneira explícita, ora, implícita. Essas relações se manifestam, dentre outras formas, a partir de menções de poderes i) extrajornalísticos, como departamentos governamentais, de segurança, igrejas, organizações não governamentais etc; ou ii)

intra-jornalísticos, como a própria voz do autor/construtor do texto, geralmente um repórter.

Identificou-se menções ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), por seis vezes; à Embaixada Brasileira na Jordânia, uma vez; à IKMR, uma organização não governamental brasileira, uma vez; e à Organização das Nações Unidas, duas vezes.

Inicialmente, comenta-se sobre um campo de refugiados na Jordânia, creditado ao ACNUR, no qual a família de Yusra viveu durante dois anos após sua saída da Síria. A menção do campo junto ao nome da ACNUR reforça, ao leitor, a participação do Alto Comissariado desde o início da “jornada” da família; jornada esta que o autor do texto classifica como **longa e perigosa** (linha 5).

O fragmento **foi uma longa e perigosa jornada desde Idlib** (linha 5) remete a uma narrativa ficcional, como a história de um romance ou conto que acaba de se iniciar. Entretanto, refere-se à história da família nos meses antecedentes à chegada ao Brasil. Tal característica, parece inserir o leitor em uma espécie de leitura dramática ou de suspense, cujo enredo caminha, até que se prove o contrário, a um final trágico.

Em outros momentos, o nome do ACNUR vem seguido por frases ou palavras qualificadoras/de ação, indicando pleno exercício e sempre relacionadas à ideia de assistência ou auxílio, como em

ajuda humanitária vital para os refugiados sírios, apoiando as pessoas mais vulneráveis; atua na emergência da Síria desde o começo [...] É a principal agência da ONU em proteção, abrigo [...], está ao lado dos refugiados em todos os passos da sua jornada; apoia por meio de parceiros locais, cursos de português, revalidação de diploma, documentação, atuando para que as famílias se integrem e tenham a chance de viver em melhores condições (Linhas 59 e 60; 121 a 129).

O construtor do texto, portanto, utiliza de seu poder intra-jornalístico, o qual lhe proporciona a condução do relato, a seleção de palavras e o controle das vozes no texto, para qualificar o ACNUR, bem como a ONU, a Embaixada do Brasil e o IKMR como aqueles que intervêm, quase que de maneira redentora e transformadora, na existência dos refugiados e em suas histórias de vida. Indexicais como **se solidarizaram** (linhas 85 e 86); **ajudaram muito** (linha 97), **principal**; **ao lado, em todos**

os passos (linhas 116, 118 e 120) **ajuda [...]** **vital** (linha 55) apresentam no texto as qualidades de tais poderes extrajornalísticos.

Podemos inferir, assim, que estes foram/são essenciais para a narrativa construída pelo repórter, pois, sem eles, não haveria possibilidade da narrativa do migrante. Esta só é possível, nesta reportagem, diante da ação interventora extrajornalística. Em outras palavras, para que a narrativa do refugiado possa ser contada, ela está condicionada à voz de quem a conta ou de quem a “permite”.

Isso é reforçado i) pela recorrente ideia de passividade relacionada à figura do refugiado e de sua trajetória diante da atividade relacionada às autoridades ou circunstâncias sociais mencionadas; ii) pela voz dos membros da família sendo reportada ou retextualizada, algo que aqui chamo de supranarrativa.

Sabe-se que toda narrativa, ao ser relatada, seja pela pessoa que a vivenciou ou por quem somente a relatou, sofre alteração, sendo perpassada por diversos níveis de parcialidade (LINDE, 1993; LEJEUNE, 2008). Mesmo relatos jornalísticos ditos imparciais, como já comentado anteriormente neste trabalho, não alcançam plena imparcialidade, pois tratam-se de algo humano e natural a inclinações, posicionamentos e ressignificações, inocentes ou não (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006).

O fato, entretanto, de as vozes dos migrantes estarem presentes no texto apenas de maneira reportada, tendo, mesmo em citações diretas, sofrido edições e recortes, demonstra um controle de vozes que, em muitos casos, reforça o estereótipo de refúgio/refugiado em bases coloniais. A voz que, portanto, ressaí da narrativa não é a de quem a viveu, mas a de quem a narrou em lugar dele.

Também a ideia de passividade do refugiado — como em **foram forçados a deixar suas casas** (linhas 30 e 31) ou em **Dependíamos de ajuda para comer, nos vestir e nos aquecer. Só tínhamos o que nos davam** (linhas 70 e 71) —, assim como a ideia de atividade, majoritariamente conferida, por exemplo, ao ACNUR, substanciam a manutenção das estruturas de poder nas quais o migrante permanece em posição de contínuas vulnerabilidade e dependência. Essa posição é indexicalizada pelo uso de termos qualificadores e contrastantes ao longo do texto (Quadro 1).

Quadro 1 - Indexicais: Acolhedor x Acolhido

ACOLHEDOR (instituições e pessoas brasileiras)	ACOLHIDO (migrante; refugiado)
Ajuda humanitária vital Apoiando as pessoas mais vulneráveis Unidade habitacional inovadora "me deram bom dia [...]" "Se solidarizaram" Ajudou a preparar toda a documentação Futuro Proteção Abrigo Serviços comunitários Distribuição de itens essenciais Cursos de português Revalidação de diploma Documentação Integração Melhores condições	Marcas Preso Perseguido Forçados Trancado Separados Vulneráveis Exausta Precisam de ajuda Sem esperança Sem escolha Resistente Bullying Dor Saudades Vazia

Fonte: Autoria própria.

Outro ponto de destaque está nas referências ao Alto Comissariado, tanto no primeiro quanto no último parágrafo do texto, este contendo maior concentração da descrição da agência da ONU em toda a reportagem. Ainda que seu título e seu relato aparentem tratar de Yusra e sua família, o texto não os menciona mais em seu parágrafo conclusivo. Em contrapartida, discorre acerca do ACNUR, listando suas ações e atribuições sempre no tempo verbal presente e **ao lado dos refugiados** (linha 118).

Além disso, a reportagem demonstra a todo momento uma mudança da narrativa da família de Yusra depois da saída de *lá* e da chegada ao *aqui*. No terceiro parágrafo, há um destaque sobre o sustento da casa vir do filho, de 18 anos, e não do pai. Para a família, isso pode não ser um fator de orgulho, já que é esperado culturalmente que o filho estude enquanto o pai supre as necessidades financeiras. Nesse mesmo parágrafo, recebemos a informação de que a vida da mãe, Yusra, **se divide entre tarefas da casa, cuidar da família, frequentar aulas de português e estudar na mesquita do bairro onde mora** (linhas 11 e 12; 105 e 106); informação esta que se repete em outra parte do texto.

Nota-se aqui a importância dada pelo autor às aulas de português, que, nesse contexto, são indicadas como parte importante da vida atual de Yusra, uma vida que é

“nova/melhor”. Novamente creditam-se ao ACNUR a oferta das aulas, já que ele é quem **apoiava por meio de [...] cursos de português** (linha 120). Ainda assim, não se encontram, em nenhum momento, comentários aprofundados de Yusra acerca do curso de português que frequenta, nem de sua experiência da/na língua.

É possível inferir que o marido, Khaled, também tem acesso a aulas de português, mas isso ainda não foi o suficiente para sua **recolocação no mercado de trabalho** (linha 15). O escritor relata que **a família recomeçou a vida em São Paulo** (linha 19) e, logo em seguida, lemos a primeira manifestação em primeira pessoa de Yusra, retratada em um discurso reportado: **Aqui conquistamos nossa liberdade** (linha 20). Pouco depois, porém, ao falar da terra de onde veio, Yusra a descreve da seguinte maneira: **Tínhamos a nossa casa, nossa terra e plantávamos o que precisávamos. Era um lugar lindo** (linhas 24 e 25). O autor do texto relata que Yusra conta que ela e sua família não queriam **deixar sua terra, abandonar raízes, amigos e familiares** (linhas 32 e 33), mas que isso foi necessário.

O relato conta que **no campo de refugiados de Zaatari, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) fornece ajuda humanitária vital para os refugiados sírios, apoiando as pessoas mais vulneráveis com dinheiro para remédios e alimentos, fogões e combustível para aquecimento, isolamento para tendas, cobertores térmicos e roupas de inverno** (linhas 54-59). Em tentativa de corroborar essa afirmação, o escritor apresenta uma fala de Yusra, que diz: **na noite em que chegamos a Zaatari nos levaram até uma barraca. Eu estava tão exausta de todo o estresse que deitei e dormi no chão mesmo, sem nada. Foi a primeira vez que dormi bem em muito tempo** (linhas 60-63).

Apesar de a mãe afirmar que ficou bem, assim que chegou ao local, a caracterização de seu descanso não aparenta similaridade com a ajuda que é descrita pelo autor do texto pouco antes de sua fala. Yusra então reitera que: **a vida no campo era difícil. Você fica muito vulnerável. Dependíamos de ajuda para comer, nos vestir e nos aquecer. Só tínhamos o que nos davam** (linhas 70 e 71). A vida no campo de refugiados não é fácil, principalmente pela quantidade de pessoas dividindo um mesmo local, sem estruturas que suportem de maneira adequada esse número. Um dos agravantes perceptíveis aqui é

a falta de possibilidade de livre agência, algo que também não compete ao ACNUR oferecer, devido às circunstâncias.

A falta de livre agência ou, nas palavras de Yusra, liberdade, faz com que a família decida tentar algo a que tinham resistência: ir para o Brasil. O autor afirma então que um parceiro do ACNUR auxiliou Khaled no processo de legalização no país e, **graças à ajuda que recebeu, em três meses a família estava reunida em São Paulo** (linhas 92 e 93). Adicionando, ainda, que também a mãe de Khaled foi trazida para cá algum tempo depois. Somente no *aqui* (Brasil) e pela ajuda que receberam, a família, que *lá* era separada ou perseguida, pôde se reunir em segurança. Nesse sentido, a afirmação do autor **os países árabes não os acolheram** (linha 59) corrobora a construção narrativa da fácil aceitação/integração de refugiados pelo governo e pela população do Brasil em detrimento da receptividade de países árabes mesmo com pessoas de fala árabe e religião muçulmana.

No parágrafo seguinte, a fala de Yusra é: **chegar aqui foi recuperar a liberdade. Os parceiros do ACNUR nos ajudaram muito. Tivemos apoio para solicitar refúgio, para inscrever nossos filhos na escola, acesso a aulas de português, e até hoje levam as crianças em passeios. Gosto muito deles** (linhas 96-100). Por mais que essa liberdade seja expressa na fala de Yusra, na prática isso pode ter acontecido de uma maneira diferente.

O autor relata que para a filha do meio, Hanna, a adaptação (ou o acolhimento) não foi fácil. Ela passou por situações de *bullying* na escola, em especial por causa de seu *hijab*, véu que usa na cabeça por ser muçulmana. Um discurso direto de Hanna registra: **tenho orgulho do meu véu** (linha 102). O repórter afirma, em seguida, de maneira reportada, que **Hanna sonha em ser jornalista para poder contar as histórias das pessoas** (linhas 103 e 104), aparentemente demonstrando que o fato de Hanna tê-lo conhecido a incentivou a parecer com ele de alguma forma.

Por fim, é relatado no texto que Yusra sente que seu coração está vazio, já que, por causa das perdas, ele virou uma pedra, e afirma que precisa manter **o espírito alegre** (linha 113) pelas crianças. Isso reforça a necessidade de um acolhimento social, psicológico e emocional, estes dois últimos não tendo sido comentados por Yusra quando elencou as coisas às quais teve acesso depois da chegada ao Brasil. É possível perceber também que somente a oferta da língua não é suficiente para que o

acolhimento seja efetivo. Para que a família possa exercer sua liberdade, ela precisa verdadeiramente tê-la, em termos sociais, políticos, linguísticos e religiosos.

Podemos, ainda, destacar a presença de redes semânticas com nomes e ações que seguem o *aqui* e o *lá* como se esses dois termos fossem categorias de aproximação e afastamento implicadas no acolhimento (Quadro 2).

Quadro 2– Indexicais de espaço: aqui x lá.

AQUI (no país de acolhimento)	LÁ (no país de origem)
Recomeço Tarefas de casa Cuidar da família Frequentar aulas de português Estudar na mesquita Trabalho Recolocação no mercado Ajuda	Campo de refugiados Perdas Violência Tristeza Bombas Barbárie Guerra Vulnerabilidade
No texto redigido pelo acolhedor, o tempo verbal de presente é colocado na fala do acolhido: "Aqui conquistamos nossa liberdade" e aponta para o futuro: O repórter conta que "Hanna sonha em ser jornalista para poder contar as histórias das pessoas" .	No texto redigido pelo acolhedor, o tempo verbal de passado é colocado na fala do acolhido: "Tínhamos a nossa casa, nossa terra e plantávamos o que precisávamos. Era um lugar lindo" .

Fonte: Autoria própria.

Com a finalidade de dar prosseguimento a este capítulo, adiciono abaixo o texto da segunda reportagem a ser analisada.

Refugiado sírio é atacado em Copacabana: 'Saia do meu país!'²¹

1	Mohamed Ali vendia esfirras na esquina da Rua Santa Clara
2	com a Avenida Nossa Senhora de Copacabana quando foi
3	insultado
4	RIO - Um refugiado sírio foi vítima de um ataque em
5	Copacabana, na Zona Sul do Rio. Mohamed Ali, de 33 anos,
6	que vende esfirras e outros quitutes árabes, e foi
7	agredido verbalmente por um homem por causa do ponto de
8	venda. Um vídeo da discussão foi publicado nas redes
9	sociais e viralizou. Nas imagens é possível ver um homem
10	com dois pedaços de madeira nas mãos gritando: "saia do
11	meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser
12	invadido por esses homens-bombas que mataram,

²¹ Publicado em 03 de agosto de 2017 em: <<https://oglobo.globo.com/rio/refugiado-sirio-atacado-em-copacabana-saia-do-meu-pais-21665327>>

13 esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis".
14 Adiante no vídeo, ele ainda fala: "Essa terra aqui é
15 nossa. Não vai tomar nosso lugar não". Os comerciantes
16 chegam a derrubar a mercadoria de Mohamed no chão, que
17 pergunta o motivo da agressão. Os homens, então, falam
18 novamente para ele sair do Brasil. Mohamed está no Brasil
19 há três anos e estava trabalhando na esquina da Avenida
20 Nossa Senhora de Copacabana com a Rua Santa Clara na
21 sexta-feira, quando tudo aconteceu.

22 - Eu não entendi muito bem porque ele veio brigar
23 comigo. De repente ele começou a gritar e me pedir para
24 sair. Ele falava muito rápido e não consegui compreender
25 algumas coisas. Outras pessoas que estavam traduzindo
26 para mim. Sei que ele falou que os muçulmanos estavam
27 invadindo o país e falando de homens-bomba. Não esperava
28 que isso pudesse acontecer comigo. Vim para o Brasil
29 porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, porque
30 os amigos sempre diziam que o Brasil aceita muito outras
31 culturas e religiões, e as pessoas são amáveis e todos os
32 refugiados procuram paz. Não sou terrorista, se eu fosse,
33 eu não estaria aqui, estaria lá - disse.

34 No vídeo, ainda é possível ouvir algumas pessoas
35 defendendo Mohamed. Uma mulher ainda o orientou a deixar
36 o local diante da confusão. Ele, então, retira os
37 pertences.

38 - Chegaram carros da polícia, da Guarda Municipal. Me
39 falaram para registrar na polícia, mas não quis. Não
40 quero confusão. Quero apenas trabalhar em paz - disse.

41 No Facebook, diversos internautas pediram desculpas a
42 Mohamed em nome dos brasileiros pelo ocorrido: "Olá,
43 Mohamed Ali, boa noite. Em nome de todos os brasileiros e
44 trabalhadores, peço desculpas pelo que você passou
45 enquanto trabalhava", escreveu uma internauta.

46 "Você é bem vindo no Brasil. Perdoe este sujeito que te
47 atacou, ele não sabe o que faz", disse outro.

48 Apesar do ocorrido e de ter medo de encontrar o homem
49 que o ofendeu, Mohamed não tem intenção de sair do Rio ou
50 deixar de trabalhar em Copacabana.

51 - Passei a trabalhar em outro ponto para não encontrá-lo
52 novamente, mas não vou sair daqui. Mudar, trocar de casa,
53 é difícil. Espero apenas que não aconteça novamente. Foi
54 muito triste. Não quero outra briga. Fico com medo.
55 Trabalho sozinho - falou.

56 O titular da 12ª DP (Copacabana), Gabriel Ferrando,
57 disse ter conhecimento das imagens, mas em casos como o
58 de Mohamed, a atuação da polícia depende de uma
59 manifestação da vítima.

60 - O ofendido não compareceu para registrar e denunciar o
61 feito. Ameaça e injúria dependem de manifestação de
62 vontade da vítima. Independente disso estamos analisando
63 as imagens para tentar localizar os envolvidos. Estamos
64 diligenciando - disse.

65 Em nota, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e
66 Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) afirma que
67 acompanha o caso do refugiado agredido. O órgão repudia o
68 ataque de xenofobia, e afirma que já está em contato com

69	a família do sírio, que participou do curso de português
70	oferecido pela secretaria no ano passado, para prestar a
71	assistência necessária.
72	"É inaceitável casos de xenofobia e intolerância
73	religiosa ainda aconteçam no Rio de Janeiro. Essas
74	pessoas saíram dos seus países por serem vítimas de algum
75	tipo de perseguição e viram no Brasil uma oportunidade de
76	recomeço. Eles trazem uma grande contribuição para a
77	economia do estado, além da rica troca cultural com os
78	fluminenses.", afirma, em nota, o secretário Átila A.
79	Nunes.

Nessa reportagem, encontra-se o relato de uma briga entre comerciantes em Copacabana, dentre eles, um refugiado sírio muçulmano. Similarmente à reportagem anterior, a dicotomia passividade/atividade fez-se presente, remetendo às relações de poder expressas no texto. Tal dicotomia se manifesta de maneira mais clara principalmente nas falas do agressor, dos internautas, da polícia e da secretaria (SEDHMI).

Pode-se verificar majoritariamente, quando há ocorrência do uso da voz passiva, ela está ligada à imagem do refugiado. Ainda que se trate de um caso de agressão, a vitimização da figura do refugiado e sua impossibilidade de ação reforçam a imagem de fragilidade intrínseca ao conceito de refúgio. No quinto parágrafo, lê-se que uma mulher, não nomeada, orienta Mohamed a deixar o local, e, apenas diante dessa orientação, ele retira suas mercadorias.

A manifestação de violência física e simbólica se acentua nesta parte análise, bem como a questão da docilização dos corpos subordinados e seu silenciamento. De acordo com o que já foi discutido previamente, a violência subsiste no discurso, pois nele se inicia. Seu nível físico trata-se, portanto, da materialização concreta da violência já existente no discurso. Também assim, o poder simbólico inibe e dociliza os corpos a ele subordinados, controlando suas vozes e objetivando inseri-los em padrões de normalidade.

Nesse contexto, insere-se a situação violenta pela qual Mohamed Ali, vendedor em Copacabana, passou. Em primeiro momento, entretanto, analisam-se os aspectos intrajornalísticos, entre os quais se destacam as generalizações e diminuições da gravidade, a exposição/omissão dos envolvidos e o reforço da dicotomia brasileiro/refugiado.

O título da notícia apresenta os termos **refugiado sírio** (título) e, desde já, salienta a distinção entre nativos e estrangeiros por destacar a condição política e a nacionalidade do vendedor. Essa expressão e outras afins encontram-se no texto, como, por exemplo: **refugiado agredido** (linha 63), **sírio** (linhas 4 e 69) e **quitutes árabes** (linha 6). Essa separação é intensificada pelos indexicais que excluem Mohammed da coletividade, como menções aos **brasileiros** (linhas 42 e 43) e o uso da palavra **comerciantes** (linha 15) sem inclui-lo. Tem-se, portanto, dois grandes coletivos: **refugiados/migrantes e brasileiros**. O quadro a seguir apresenta os indexicais referentes a cada coletivo, não só por parte do repórter, mas também das vozes presentes no texto.

Quadro 3 – Indexicais de valor: refugiados/migrantes x brasileiros.

REFUGIADOS/MIGRANTES	BRASILEIROS
Vendedor	Comerciantes
Atacado	Pessoas amáveis
Insultado	Quem defende
Vítima	Quem orienta
Agredido	Internautas
Homens-bombas	Trabalhadores
Que mataram	Os envolvidos
Que esquartejaram	Fluminenses
Miseráveis	
Muçulmanos	
Terrorista	
Ofendido	
Contribuição para a economia do estado	
Rica troca cultural	
A quantidade de palavras de cunho negativo relacionada a esta categoria é mais extensa e de destaque em relação à outra.	Por mais que o agressor fosse um brasileiro, sempre que ele é mencionado, é feito como "um/o homem", "ele", "sujeito que te atacou", "o homem que o ofendeu" ou "agressor", sem especificações de identidade, enquanto Mohamed é, em grande parte, mencionado pelo nome, por sua nacionalidade ou por sua condição de refugiado.

Fonte: Autoria própria.

Por mais que o agressor fosse um brasileiro, sempre que ele é mencionado, é feito como "um/o homem", "ele", "sujeito que te atacou", "o homem que o ofendeu" ou

“agressor”, sem especificações de identidade, enquanto Mohamed é, em grande parte, mencionado pelo nome, por sua nacionalidade ou por sua condição de refugiado.

A omissão de informações sobre a(s) pessoa(s) agressora(s) em detrimento da exposição das informações do agredido parece indicar a tendência à proteção de uma das partes, a de maior poderio no ato, e o desinteresse em uma denúncia clara do caso de violência. Nenhum dos nomes dos possíveis agressores foi mencionado, e o titular da polícia, por sua vez, afirmou que a atuação da 12ª DP dependeria da denúncia de Mohamed e que, ainda assim, estão analisando as imagens para **tentar localizar os envolvidos** (linha 63). O vendedor, entretanto, afirma temer fazer um boletim de ocorrência, por medo de que **aconteça novamente** (linha 53) e por ele trabalhar **sozinho** (linha 55). Ele chega a comentar que mudou de ponto de venda, sem especificá-lo.

Além disso, destaca-se no texto a inconstância do relato quanto à gravidade da situação. É apenas no último parágrafo que os termos **xenofobia** e **intolerância religiosa** (linhas 72 e 73) aparecem, devido, somente, à nota da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI). Na construção textual, o ataque é reduzido às ideias de agressão verbal, tudo, ocorrido, feito, ofensa ou insulto. Em nenhum momento se fala em racismo.

Compartilhando a informação de que a SEDHMI está em contato com a família do migrante, o relato menciona que ele participou do curso de português oferecido pela secretaria. Apesar de seu acesso ao curso, em uma de suas falas selecionadas para serem citadas na notícia, Mohamed que o agressor **falava muito rápido** (linha 24) e, por isso, ele não compreendeu algumas coisas. Ele comenta que algumas pessoas traduziam as falas do agressor para ele e que, assim, conseguiu entender que a questão religiosa foi trazida à tona na discussão.

Entre as coisas faladas pelo homem, estava o termo **homens-bombas** (linha 12), do qual Mohamed detectou uma ligação aos termos “muçulmano” e “terrorista”, enxergando a necessidade de se defender da acusação de assassinato de crianças e adolescentes proferida pelo agressor, dizendo: **Não esperava que isso pudesse acontecer comigo [...] a guerra me fez vir para cá [...] Não sou terrorista, se eu fosse, eu não estaria aqui, estaria lá** (linhas 27,28 e 32).

Na fala do refugiado, o Brasil (aqui) é sinônimo de paz, enquanto a Síria (lá) significa guerra. Ele aceita ser inserido na coletividade muçulmana, mas não na coletividade de terrorista e assassino. O estereótipo do islamismo radical e violento salta da fala do agressor, que distingue com ênfase sua existência da de Mohamed, como esclarece o quadro.

O homem não identificado na reportagem também salienta as diferenças que ele acredita haver entre ele e o refugiado, repetindo **eu sou brasileiro** (linha 11) e pronomes possessivos de primeiras pessoas do singular e do plural, utilizado de pronomes demonstrativos generalizantes como **esses**, demonstrando afastamento, e afirmando que aqueles que não fazem parte desse coletivo de “brasileiros” são os que estão invadindo e tomando *seu* lugar, *sua* terra e *seu* país.

Quadro 4 – Indexicais de espaço em relação à violência: aqui x lá; agressor x agredido.

Aqui (para o agressor)	Aqui (para o agredido)	Lá (para o agressor)	Lá (para o agredido)
meu país (duas vezes) lugar invadido nossa terra nosso lugar	lugar para onde se vem com amor lugar que aceita outras culturas e religiões lugar de pessoas amáveis onde não há terrorista lugar para busca de paz	de onde vêm os invasores, homens-bombas e miseráveis.	lugar de guerra onde estão os terroristas

Fonte: Autoria própria.

O poder simbólico exercido pelo agressor principal, que carregava dois pedaços de madeira nas mãos como sinal de ameaça de violência física, sobre o vendedor migrante é reforçado pelo alinhamento de outros comerciantes locais ao seu discurso de ódio. Estes derrubam as mercadorias vendidas por Mohamed com o intuito de fazê-lo sair daquele ponto de venda. O migrante questiona o motivo de fazerem aquilo com ele, mas não com outro vendedor daquele lugar, reforçando a distinção entre *nós* e *eles*.

No subtítulo da reportagem, o endereço onde eles trabalhavam foi divulgado, ao contrário do que Mohamed faz mais adiante, não mencionando seu endereço atual,

afirmando que registrar na polícia seria **confusão** (linha 40) e esclarecendo que seu desejo é **apenas trabalhar em paz** (linha 40).

Na narrativa construída pelo repórter, poderes extrajornalísticos como internautas do Facebook, o titular da 12ª DP e o secretário da SEDHMI, Átila Nunes, são acionados. Os comentários dos internautas selecionados pelo autor reforçam as dicotomias citadas anteriormente, ainda que talvez não intencionalmente. É o caso, por exemplo, de um internauta pedindo desculpas **em nome de todos os brasileiros e trabalhadores** (linhas 43 e 44), e de um outro que diz, assemelhando-se as palavras de Jesus, **Você é bem vindo ao Brasil. Perdoe este sujeito [...] ele não sabe o que faz** (linhas 46 e 47).

Na fala da polícia, nota-se que sua ação efetiva contra a agressão só seria possível diante de uma denúncia por parte da vítima, ainda que os vídeos do momento tenham circulando na internet e chamado atenção de muitas pessoas. Os vídeos contêm imagens nítidas de alguns dos agressores, já que foram filmados de diferentes aparelhos e ângulos. O titular da DP afirma que eles têm analisado **as imagens para tentar localizar os envolvidos** e que têm **diligenciado** (linhas 63 e 64).

Por último, o secretário da SEDHMI, por meio de nota oficial, traz à reportagem os conceitos de xenofobia e intolerância religiosa, classificando-as como algo **inaceitável** (linha 72) no Rio de Janeiro. Ele reafirma que os refugiados são **vítimas de algum tipo de perseguição** (linhas 74 e 75) que viram no Brasil uma **oportunidade de recomeço**. Ele conclui, entretanto, com o argumento de que essas pessoas contribuem para a **economia do estado** (linha 77) e com a **rica troca cultural com os fluminenses** (linhas 77 e 78), novamente distinguindo ou apartando os dois grupos.

'Pensei que era uma pedrada', diz haitiano atacado no Glicério²²

1	Imigrantes foram atingidos por balas de chumbinho em 1º de
2	agosto.
3	Gregory Deralus prestou depoimento nesta segunda e relatou
4	ataque.
5	O haitiano Gregory Deralus, de 34 anos, relatou em
6	depoimento à polícia nesta segunda-feira (10) o ataque que
7	sofreu em 1º de agosto na região do Glicério, no Centro
8	de São Paulo. Outros cinco haitianos foram atingidos por
9	balas de chumbinho na mesma data. "Estava saindo da

²² Fonte: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/pensei-que-era-uma-pedrada-diz-haitiano-atacado-no-glicerio.html>>

10 igreja, senti uma coisa na perna e pensei que era uma
11 pedrada”, afirmou ao deixar o 1º Distrito Policial, que
12 concentra as investigações.

13 Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, seis
14 haitianos ficaram feridos – três homens e uma mulher ainda
15 têm a bala de chumbinho alojada no corpo e deverão fazer
16 cirurgia. As agressões ocorreram na região da Missão Paz,
17 que abriga imigrantes no Glicério. Os haitianos sofreram
18 três ataques em apenas uma hora e meia.

19 Gregory Deralus falou à polícia por cerca de duas horas.
20 Ele relatou ao deixar a delegacia que só soube que tinha
21 sido atingido por uma bala de chumbinho após procurar um
22 médico. “No dia seguinte, mostrei o machucado na missão e
23 outros também tinham se machucado. Disseram para eu ir ao
24 hospital, fui, fiz exames, raio-X, e vi que tinha uma
25 bala”, afirmou.

26 Ele disse não saber o que motivou a agressão. “Não sei,
27 acho que vagabundo não faz mal só a haitianos. Primeiro,
28 faz com haitiano, depois africano, colombiano e
29 brasileiros. Bandido tem em todo país”, afirmou. “Aqui tem
30 africano, colombiano, tem muitos estrangeiros no Brasil,
31 não só haitianos. Me dou com todos. Aqui todo mundo é
32 humano. Você é humano e eu também. Não é preto ou branco,
33 todo mundo tem sangue, eu sou filho de Deus.”

34 Segundo o haitiano, o médico disse que ele não precisa
35 retirar a bala de chumbinho. Ele afirmou, no entanto, que
36 prefere fazer a cirurgia.

37 Gregory mora no Brasil há um ano e três meses. Ele
38 trabalha como auxiliar de materiais em uma obra. No Haiti,
39 se formou em ciências da computação.

40 Atendimento aos feridos

41 O Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI),
42 da Prefeitura, informou que todos os feridos foram
43 atendidos no Hospital Municipal Tatuapé, e que o estado de
44 saúde é estável.

45 Segundo nota da Secretaria de Direitos Humanos, o boletim
46 de ocorrência registrado no 8º Distrito Policial informa
47 que “um ocupante de um carro que passava no local teria
48 gritado “haitiano!” e logo depois alvejado as vítimas”.

49 O padre Paolo Parisi, da Missão Paz, diz que registrou o
50 boletim com mais quatro vítimas. Segundo ele, o veículo de
51 onde partiram os tiros era cinza e o ataque ocorreu a
52 cerca de 100 metros da Paróquia Nossa Senhora da Paz, onde
53 fica a missão. “Dois foram atingidos abaixo do joelho, um
54 na coxa e outro na virilha”, disse. Ele também contou que
55 há possibilidade de ter ocorrido outro ataque, mas não
56 conseguiu confirmar com os imigrantes.

57 Para o padre, o ataque pode ter sido vingança: “Faz algum
58 tempo tentaram levar a bolsa de uma moça aqui perto. Um
59 dos haitianos interferiu e entregou a bolsa de volta para
60 a menina. Na hora, os assaltantes ameaçaram dizendo que
61 ‘iriam voltar’”, contou.

62 A Secretaria disse que “repudia o fato ocorrido” e
63 ressalta o “compromisso desta gestão em combater toda e
64 qualquer forma de violência e xenofobia na cidade”.

A reportagem acima relata um ataque ocorrido em São Paulo, em que balas de chumbinho foram disparadas contra pessoas de origem haitiana, atingindo pelo menos seis delas. Esse caso, bem como o de Mohamed, repercutiu nacionalmente, tendo recebido certo destaque da mídia à época. Novamente, o texto apresenta uma situação em que pessoas em deslocamento forçado sofrem algum ataque ou se encontram em posição de vítima.

Essa repetição de manchetes e reportagens majoritariamente de cunho negativo reforçam, direta e indiretamente, o senso comum de que refugiados e portadores de visto humanitário são pessoas sempre vulneráveis, sempre dependentes, sempre sofredoras e impossibilitadas de ação livre em sociedade. Sua posição de vítima é expressa no texto principalmente pelos verbos e pelas significações de voz passiva, como em **foram atingidos** (linha 53), **sofreram três ataques** (linhas 17 e 18) e **ficaram feridos** (linha 14).

Em casos de vítimas que sobreviveram a ataques, geralmente espera-se que elas contem, de maneira mais pessoal, suas histórias. É isso que o título, contendo a fala de uma das vítimas, Gregory Delarus, parece sugerir que o texto faça. Entretanto, a voz mais presente na narrativa – em outras palavras, a do narrador – não é a de Gregory, mas sim a do repórter. A presença de verbos e termos nas primeiras pessoas do singular e do plural só estão presentes em momentos cujas palavras de Delarus são reportadas ao leitor.

Essa é uma das razões pelas quais ocorre mobilização significativa de verbos no passado e na terceira pessoa do singular ao longo de toda a narrativa geral. Mesmo em trechos em que poderes extrajornalísticos são vocalizados, como nas falas do padre Paolo Parisi ou da Secretaria de Direitos Humanos, remete-se sempre a uma (ou mais) terceira pessoa que, ainda que seja dona de sua história, não possui “protagonismo” nem poder narrativo ao longo da notícia. Sua voz está sob contínuo controle e seleção de quem detém o poder intrajornalístico.

Inseridos nessa narrativa, estão também poderes extrajornalísticos, que atuam, de certa forma, como personagens ativos. São citados os **1° e 8° Distritos Policiais** (linhas 11 e 46), a **Secretaria Municipal de Direitos Humanos** (linha 13), a **Missão Paz** (linhas 16 e 49) e o **Padre Paolo Parisi** (linha 49), o **Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI)** da

Prefeitura (linha 41), um **médico** (linha 22), o **Hospital Municipal Tatuapé** (linha 43) e a **Paróquia Nossa Senhora da Paz** (linha 52).

O texto afirma, por exemplo, que padre Paolo registrou boletim junto às quatro vítimas e que o ataque ocorreu próximo à Paróquia, onde fica a Missão Paz, que oferece abrigo a imigrantes. Anteriormente, é possível encontrar alguns relatos do próprio Gregory Delarus. Entretanto, detalhes de como o ataque ocorreu só foram corroborados mais adiante, na fala do padre. É, portanto, o padre quem narra o ocorrido, enquanto a Delarus cabe a função de falar sobre seus ferimentos e sobre sua dependência da missão para buscar ajuda médica, como vemos em **senti uma coisa na perna e pensei que era uma pedrada** (linha 10); ou **no dia seguinte, mostrei o machucado na missão** (linha 22).

Apesar da agressão ter ocorrido a mais de um imigrante, eles, aparentemente, só conversaram sobre isso, solicitaram ajuda na missão e identificaram o problema no dia seguinte, como fica expresso na pequena narrativa de Delarus: **No dia seguinte, mostrei o machucado na missão e outros também tinham se machucado. Disseram para eu ir ao hospital, fui, fiz exames, raio-X, e vi que tinha uma bala (linhas 22, 23 e 24)**. As outras vítimas não são trazidas à reportagem, sendo apenas representados por Gregory ou por outras autoridades no texto.

Pode-se perceber que, quer fosse por não ter certeza do que o atingiu quer fosse por vergonha ou medo de falar, a vítima tarda a buscar auxílio ou atendimento médico, somente detectando a bala um dia após ser alvejado. Segundo o repórter, o jovem baleado conta que o médico disse que não havia necessidade de retirar a bala, mas que sua decisão era de passar pela cirurgia para extraí-la.

Na pequena narrativa contada pelo padre Parisi, o atirador grita “haitiano!” antes de atirar, mostrando, assim, a intenção preconceituosa, racista e xenofóbica do ataque. Segundo o repórter, Delarus não sabe o que motivou a agressão, entretanto, a fala da vítima parece esclarecer bem sua compreensão do ato, mesmo que não tenha afirmado ser um caso de xenofobia.

Em um de seus poucos momentos de espaço de fala direta, o jovem atacado comenta **aqui tem africano, colombiano, tem muitos estrangeiros no Brasil, não só haitianos. Me dou com todos. Aqui todo mundo é humano. Você é humano e eu também. Não é preto ou branco, todo mundo tem sangue, eu sou filho de Deus** (linhas 29-33). Sua fala demonstra

que cor de pele ou nacionalidade não devem sobrepor o fator da humanidade, já que é ela quem iguala a todos. Mesmo sem utilizar palavras como “racismo”, Delarus deixa claro que entende que a agressão foi pautada em questões raciais e migratórias. Padre Paolo Parisi parece acreditar em um ataque de cunho vingativo, relacionando-o a uma situação anterior em que um dos migrantes impediu um assalto e foi ameaçado de represália por isso.

Além disso, foi possível notar uma similaridade nas falas das Secretarias de Direitos Humanos neste caso e no caso Mohamed. Assim como ocorrido anteriormente, a secretaria é trazida à reportagem e se pronuncia acerca do ataque dizendo que **repudia o fato ocorrido** (linha 63) e afirmando o **compromisso desta gestão em combater toda e qualquer forma de violência e xenofobia na cidade** (linhas 64 e 65). Os termos violência e xenofobia são inseridos na narrativa somente ao final, na fala das secretarias e de maneira ampla. Novamente, a secretaria, em nota, parece reduzir o ataque a um **fato ocorrido**, sem detalhes ou sinais de aproximação do caso, e preservar sua imagem enquanto instituição.

Outra instituição citada na reportagem é a polícia, que recebeu o depoimento das vítimas. Apesar de divergências quanto à numeração do distrito policial, é dito que ela **concentra as investigações** (linha 11), mas nenhum detalhe acerca da ação policial é dado, nem uma estimativa futura de ação. Não há, igualmente, pronunciamento direto de delegados ou investigadores. Algo similar ocorre à menção do Centro de Referência de Acolhida para Imigrantes (CRAI) da Prefeitura, já que ela é feita com a finalidade de informar que os feridos foram atendidos pelo Hospital Municipal de Tatuapé, confirmando sua ação no cuidado dos imigrantes.

Por mais que Delarus e outros tenham sido os alvejados, sua participação ou co-participação na construção do texto noticiário é muito pequena. Todos são, de alguma maneira, inseridos na narrativa geral, mas apenas um deles possui algum nível de liberdade narrativa sobre sua história. A reportagem, portanto, vale-se das vítimas como assunto narrativo, inserindo também informações como a formação acadêmica de Gregory no Haiti, seu tempo de residência e sua ocupação atual no Brasil. Assim, não são elas quem falam, e sim sobre quem se fala.

Bar de refugiados palestinos é atacado com spray de pimenta e garrafa no Centro de SP²³

1	Al Janiah, localizado no Bixiga, foi atacado por grupo de 5
2	peessoas na madrugada deste domingo (1). Ninguém se feriu,
3	mas direção da casa acredita em intolerância.
4	Bar de refugiados palestinos é atacado no Centro de SP
5	O bar de refugiados Al Janiah, localizado no Bixiga, região
6	central da cidade de São Paulo, sofreu um ataque na
7	madrugada deste domingo (1), de acordo com a direção da
8	casa. Tudo aconteceu na calçada e ninguém se feriu.
9	Por volta das 3h30, um grupo de cinco pessoas se aproximou
10	do estabelecimento portando faca e spray de pimenta,
11	segundo nota do bar. O espaço já estava fechando as portas,
12	mas ainda havia clientes, segundo a assessoria de imprensa.
13	Imagens de câmeras de segurança mostram o momento em que o
14	grupo se aproxima do local. Um dos homens tenta esfaquear
15	uma pessoa, mas acerta a porta, que se fecha. Com o bar
16	fechado, o grupo recua. Quando a porta se abre novamente,
17	um dos homens ameaça com a faca em punho, enquanto outro,
18	ao fundo, espirra spray de pimenta, e um terceiro atira uma
19	garrafa de vidro, conforme explicou a assessoria de
20	imprensa da casa ao G1.
21	Os seguranças abordaram o grupo, que fugiu após a ação que
22	dura cerca de um minuto.
23	Ninguém se feriu, mas os proprietários acreditam que "a
24	principal motivação deste ato tenha sido o crescente
25	discurso de intolerância e ódio que acomete este país", já
26	que o bar "sempre foi conhecido por ser um espaço
27	democrático, de defesa das minorias políticas e acolhimento
28	de refugiados", conforme escreveram em nota nas redes
29	sociais. A administração do estabelecimento acrescentou que
30	está tomando providências, sem especificar quais. A
31	reportagem entrou em contato com a Polícia Militar, que não
32	registrou a ocorrência. De acordo com a assessoria de
33	imprensa do Al Janiah, a casa não ligou para a polícia, nem
34	registrou boletim de ocorrência, pois situações similares
35	ocorreram em 2016 e 2017, sem que tivessem pedido de
36	socorro atendido.
37	O Al Janiah foi inaugurado há 4 anos por refugiados
38	palestinos, e há 3 anos fica na mesma casa, no Bixiga. O
39	local funciona como bar, restaurante e centro cultural,
40	oferecendo cursos, atividades e palestras sobre filosofia e
41	política.
42	Outros conflitos
43	Em 2016, o empresário Hasan Zarif, proprietário do Al
44	Janiah e líder do movimento Palestina para Tod@s, afirmou
45	ao G1 que a Polícia Militar lançou bombas de gás
46	lacrimogêneo contra seu estabelecimento, atingindo clientes
47	e funcionários, durante manifestações.
48	Para o homem, o espaço sofreu repressão por receber
49	clientes com alinhamento político de esquerda. "Fechamos as
50	portas do bar, mas o gás começou a entrar. Pessoas passaram

²³ Fonte: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/01/bar-de-refugiados-palestinos-e-atacado-com-faca-e-garrafa-no-centro-de-sp.html>>

51	mal, eu fui para o fundo e entrei na cozinha. Depois de um
52	tempo, saí e fui falar com os policiais", disse à época.
53	No ano seguinte, em 2017, seis pessoas foram presas, entre
54	elas, Hasan Zarif, após protestarem contra um ato dos
55	movimentos Direita São Paulo e Juntos pelo Brasil na
56	Avenida Paulista. Os grupos de direita faziam uma
57	manifestação contra a Lei de Migração. Eles responderam por
58	explosão, lesão corporal, associação criminosa e
59	resistência.

Nesta notícia, tomamos conhecimento de um ataque ocorrido em um restaurante na região do Bixiga em São Paulo. Nomeado Al Janiah, em referência a uma região da Palestina, o gastrobar é dirigido por refugiados e descendentes de palestinos e possui, em seu corpo de funcionários, pessoas de diversas origens que também se encontram em condição de refúgio.

A manchete não hesita em trazer à tona a palavra refugiado, relacionando-a, mais uma vez, a um ataque e a uma notícia de cunho negativo. Nessa parte do texto, também encontram-se o termo **palestinos** (linhas 4 e 38) e a afirmação de que a **direção da casa acredita em intolerância** (linha 3).

Ao contrário das reportagens analisadas anteriormente, esta não apresenta muitas menções a poderes extrajornalísticos, exceto à Polícia Militar e à assessoria de imprensa do restaurante. Há, então, a concentração de poderes intrajornalísticos, que, por sua vez, atuam de maneira intrinsecamente linguística e relevante.

Pode-se notar repetidamente a generalização e a omissão daqueles ditos agressores em detrimento da exposição de quem foi agredido. Ainda que o título não apresente o nome do estabelecimento, o subtítulo o apresenta. Logo em seguida, a reportagem afirma que ninguém se feriu durante o ataque e que, apesar disso (simbolizado pela conjunção adversativa **mas**), os donos do restaurante defendem que o ataque tenha sido por motivos de intolerância.

Os agressores, talvez por não terem sido identificados pelas vítimas, são sempre mencionados de maneira genérica, como em **um grupo de cinco pessoas, um dos homens** (linha 9), **outro** (linha 17), **um terceiro** (linha 18) ou **o grupo** (linhas 14, 16 e 21). Em adição a isso, toda a ação é resumida pelo autor do texto nas informações de que **tudo ocorreu na calçada e ninguém se feriu** (linha 8) e de que **dura cerca de um minuto** (linha 22). Quando traz mais detalhes do ataque, a reportagem apresenta, pelo menos seis vezes, construções como **de acordo com a direção da casa** (linha 7), **segundo nota do bar** (linhas 10 e 11),

segundo a assessoria de imprensa (linha 12) e **conforme explicou a assessoria** (linha 19), parecendo distanciar sua voz da voz de quem fala pelo estabelecimento ou demonstrar desacordo.

Ao tratar da ação dos agressores, apresentam-se verbos que indicam tentativa de agressão ou agressão leve. De início, é dito que, **segundo nota do bar**, o grupo **se aproximou/se aproxima** (linha 9) do estabelecimento portando faca e spray. Em seguida, um agressor **tenta esfaquear** (linha 14), mas é impedido pela porta, que se fecha. Diante disso, **o grupo recua**, dando a entender que o grupo se sente ameaçado de alguma maneira. Na sequência, a reportagem conta que os homens **ameaçam, espirram spray de pimenta** (linha 10) e **atiram uma garrafa de vidro** (linha 19), atribuindo tais informações à assessoria de imprensa do Al Jannah.

O narrador volta a dizer que ninguém se feriu e que os proprietários **acreditam** (linha 3) seja um caso de intolerância. É somente neste momento que é inserida a fala direta do restaurante, chamado continuamente na reportagem de **bar**. Trata-se, entretanto, de um trecho retirado de uma nota postada nas redes sociais do restaurante, e não de alguma entrevista dada ao repórter.

A pequena narrativa apresentada nessa nota afirma que o local **sempre foi conhecido como um espaço democrático, de defesa das minorias políticas e acolhimento de refugiados** (linhas 26-28) e que, por isso, crê-se que **a principal motivação deste ato tenha sido o crescente discurso de intolerância e ódio que acomete o país** (linhas 25 e 26). Esse é o único espaço de manifestação direta e narração do Al Jannah acerca do ataque ao longo de toda a narrativa geral.

O repórter comenta que o restaurante está tomando providências, mas adiciona: **sem especificar quais** (linha 30). Ele também comenta entrar em contato com a Polícia Militar, a qual não fez registro de nenhuma ocorrência. É relatado que a assessoria do estabelecimento afirma não ter ligado para a polícia nem registrado boletim de ocorrência e explica que assim fez devido ao fato de não terem obtido resposta da polícia em situações similares anteriormente.

Ao final da parte da reportagem que trata do ataque, o repórter conta que a fundação do Al Jannah aconteceu há, até então, quatro anos por refugiados palestinos, reforçando a ligação do estabelecimento a esse grupo de pessoas. Neste momento, o texto apresenta mais informações sobre o local: a) funciona como bar, restaurante e

centro cultural, sendo estas duas últimas características ocultadas ao longo do texto, e b) oferece cursos, atividades e palestras sobre filosofia e política, expandindo, apenas ao fim, a qualidade cultural e social do espaço.

Embora a notícia trate do ataque ocorrido em primeiro de setembro de 2019, ela termina com duas pequenas narrativas que remetem a 2016 e 2017 e que, em termos práticos, não possuem relação com seu tema principal, mas foram selecionadas pela reportagem para compor a narrativa geral.

A primeira pequena narrativa apresentada conta que o proprietário do Al Janiah, Hasan Zarif afirmou em 2016 que a Polícia Militar **lançou bombas de gás lacrimogêneo contra seu estabelecimento, atingindo clientes e funcionários** (linhas 45 e 46). A reportagem também adiciona o fato de Zarif ser líder do movimento Palestina para Tod@s, alinhando-o politicamente.

Utilizando novamente de distanciamento, afirma-se que, **para o homem** (Hasan Zarif) (linha 48), o ataque lembrado nessa pequena narrativa ocorreu devido ao fato de o restaurante receber clientes com alinhamento político de esquerda. A narrativa se encerra com uma outra narrativa contida na fala reportada do proprietário: **Fechamos as portas do bar, mas o gás começou a entrar. Pessoas passaram mal, eu fui para o fundo e entrei na cozinha. Depois de um tempo, saí e fui falar com os policiais** (linhas 49-52). Nesta última, pode-se notar a presença de verbos nas primeiras pessoas do singular e do plural, indicando a inserção de Hasan em seu relato.

A segunda pequena narrativa trata-se do ano seguinte, 2017, e, narrada pela reportagem, conta que o proprietário do Al Janiah foi preso após protestar, junto a outras pessoas, em desacordo com manifestações dos movimentos Direita São Paulo e Juntos pelo Brasil contra a nova Lei de Migração de 2017, a qual veio substituir a lei anterior, que se mantinha desde 1949. A nova legislação tinha por objetivo dispor sobre os direitos e os deveres do migrante, regular sua entrada e estada no País e estabelecer princípios e diretrizes para as políticas públicas.

Essas duas pequenas narrativas foram intituladas **Outros conflitos** (linha 42), possivelmente indicando o envolvimento de Hasan Zarif com lutas políticas, seu alinhamento à esquerda e sua atuação em questões migratórias, apresentando ao leitor uma imagem do Al Janiah (nomeado pela reportagem como Bar de Refugiados) como espaço de cunho político de esquerda e de inclinação a conflitos.

Dessa maneira, a notícia encerra sua narrativa geral do ataque ao bar com o relato da prisão de Zarif em 2017, afirmando que ele e mais cinco pessoas responderam por explosão, lesão corporal, associação criminosa e resistência (linhas 57 e 58). Ocorre, assim, uma associação da figura do refugiado à ideia de conflito e agressão, bem como à esquerda, à política, ao protesto e às acusações pelas quais os seis presos tiveram de responder.

Aula de português para refugiados é retrato da migração no Brasil²⁴

1	Do Haiti à Síria, passando pela República Dominicana,
2	objetivo de migrantes é melhorar de vida – e um curso de
3	português faz parte do caminho
4	Aulas de português para refugiados abordam temas do
5	cotidiano
6	Dei azar: no dia em que marquei para acompanhar uma aula
7	de português para refugiados em São Paulo, a cidade ficou
8	tumultuada após algumas pancadas de chuva. Uma das
9	professoras do Instituto Adus – organização não
10	governamental que trabalha com a integração desses
11	migrantes – avisou seus alunos, no início da tarde, que
12	não teria como comparecer às lições daquela noite.
13	Coube à coordenadora do curso, Monica Nakajima, receber
14	esta repórter do R7 e os poucos alunos que não foram
15	atrapalhados pelo aguaceiro.
16	No 11º andar de um prédio daqueles antigos no centro da
17	capital paulista, o que era para ser duas turmas de dez
18	migrantes se tornou só uma, de quatro. “Geralmente,
19	começamos o ano com classes mais cheias, que vão
20	diminuindo ao longo dos meses – conforme os migrantes
21	mudam de cidade ou encontram um trabalho”, Monica me
22	explicou.
23	“Os que continuam são, na maioria das vezes, quem mora
24	perto ou tem um objetivo definido, como prestar o Enem
25	(Exame Nacional do Ensino Médio) ou a prova para
26	revalidação do diploma universitário. Esse horário da
27	noite é para os que saem do serviço e vêm estudar.”
28	O Haiti da República
29	O primeiro a chegar foi o haitiano Jean Romain, 33, que
30	vive no Brasil há dez meses e faz as aulas de português há
31	seis. “Também falo crioulo, francês e um pouco de inglês.”
32	Jean é um dos mais de 115.000 migrantes haitianos que
33	residem no Brasil hoje, de acordo com dados divulgados
34	pela Polícia Federal no último mês de setembro.
35	Por ora, ele trabalha como costureiro em uma cooperativa
36	no bairro paulistano da República. Mas o objetivo, ao
37	estudar a quarta língua, é um dia terminar o curso de
38	engenharia, que começou no país natal, e seguir na
39	profissão. Quem sabe, aprender música.
40	“Vim para o Brasil em busca de melhores oportunidades. No

²⁴ Fonte: <https://noticias.r7.com/internacional/aula-de-portugues-para-refugiados-e-retrato-da-migracao-no-brasil-02122019>

41 Haiti, não temos muito como melhorar. E não há segurança”,
42 prosseguiu, ainda engasgando entre uma palavra e outra.

43 **Para prestar o Revalida**

44 Pouco antes das 19h, o segundo aluno a entrar na sala foi
45 o sírio Mohammad Almasri, de 32 anos – que, até chegar ao
46 Brasil, seis meses atrás, viveu quase uma década na
47 Jordânia.

48 “Lá, eu não podia estudar ou trabalhar na área em que
49 queria – sou veterinário – simplesmente pelo fato de ter
50 nascido na Síria”, revelou, em português mais desenvolvido,
51 ainda que carregado de sotaque.

52 Morando e trabalhando no bairro do Brás, Mohammad pode
53 ser considerado uma representação precisa da maior parte
54 dos sírios que residem na capital paulista: mais de 37%
55 dos 604 que chegaram aqui no último ano estão nas zonas
56 central e leste, segundo mapeamento publicado pelo Acnur
57 (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em
58 parceria com a Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

59 No Brasil, Mohammad pretende aprender o idioma para
60 prestar o exame de revalidação de seu diploma – processo
61 já em andamento na UFF (Universidade Federal Fluminense).
62 “Quero fazer a prova, me estabelecer e trazer minha
63 família, que ainda está na Síria”, disse.

63 **Aulas para as mulheres**

64 Enquanto o sírio me contava sua história, os jovens
65 Yessika e Wellington, primos que vieram da República
66 Dominicana, foram os últimos a chegar – e, ainda sem
67 intimidade com os outros dois colegas, prontamente se
68 sentaram nas carteiras ao fundo da sala.

69 Ainda que pequena, a configuração da turma completa
70 rendeu um bom retrato da realidade dos migrantes que
71 chegam a São Paulo atualmente: de todos os entrevistados
72 para o mapeamento do Acnur em parceria com a Caritas no
73 ano de 2018, 36% eram mulheres e 64% eram homens.

74 “Quando começamos com as aulas de português, em 2015, só
75 havia homens que vinham para o Brasil tentar uma vida
76 melhor e depois trazer os parentes. Agora, são muitas
77 famílias. As mulheres estão vindo. Os homens pensavam que
78 elas não precisavam vir, que podiam ficar em casa com os
79 filhos, mas hoje elas vêm, inclusive com as crianças”,
80 comentou a professora Monica.

81 **Empatia e jogo de cintura**

82 Na opinião de Monica, a empatia é imprescindível na hora
83 de ensinar português aos refugiados – motivo pelo qual os
84 materiais são pensados especialmente para eles.

85 “Queremos que eles saiam se virando, sabendo como falar
86 em uma farmácia, em um hospital, no transporte público.
87 Até por isso preparamos conteúdo próprio: as tarefas
88 frequentemente aplicadas em aulas de idiomas, para
89 estrangeiros em geral, abordam turismo, negócios, como
90 fazer um pedido em restaurante, uma reserva em hotel...
91 Tudo muito distante da realidade dos refugiados”, pontuou.

92 Jogo de cintura para responder questionamentos que acabam
93 sendo engraçados também é importante, conforme me relatou
94 Monica: “Uma vez, em uma aula sobre adjetivos, uma aluna
95 perguntou se podíamos usar a palavra ‘gostoso’ para

96	descrever pessoas. Eu disse que, na casa dela, com o
97	companheiro, até podia”, riu.
98	“Em outro dia, alguém quis saber por qual motivo as
99	pessoas não dizem simplesmente ‘obrigada’ ou ‘obrigado’. É
100	sempre ‘obrigada, viu?’ ou ‘obrigado, viu?’”, completou.
101	Das abreviações ao riso
102	A aula daquela quarta começou com um vídeo. Na gravação,
103	uma mulher listava as abreviações que, no cotidiano, são
104	comuns entre os falantes da língua portuguesa: “você está
105	bem?” se torna “cê tá bem?”, “estou aqui” vira “tô aqui”,
106	etc.
107	Aproveitando a deixa, Monica passou a falar com os alunos
108	sobre sotaques e elementos que ganham nomes diferentes
109	conforme a região do país – a começar pelas comidas: “No
110	Rio de Janeiro, se diz biscoito, enquanto aqui em São
111	Paulo é bolacha”, exemplificou.
112	“O que os brasileiros chamam de pastel, no Haiti
113	pronunciamos como ‘patê’”, acrescentou o haitiano Jean
114	Romain.
115	Da mesma forma que as expressões na forma coloquial do
116	português, as distâncias entre Brasil, Haiti, Síria e
117	República Dominicana foram se encurtando na sala de aula.
118	O aluno sírio entrou no embalo: “No resto do mundo, meu
119	nome é Mohammad. Mas aqui no Brasil é ‘Morraméd’”. A
120	resposta dos colegas se deu em um idioma universal: o do
121	riso.

Para concluir este capítulo de análise, trago uma notícia-depoimento sobre uma aula de português para refugiados em São Paulo. Sua narrativa é construída, principalmente, pela repórter, que narra suas percepções e observações acerca da aula que acompanhou e dos refugiados que conheceu.

No título, a autora compara a sala de aula de português para refugiados à configuração atual da migração no Brasil e, no subtítulo, menciona os países Haiti, Síria e República Dominicana, comentando que um curso de português é algo característico da busca por melhoria de vida por parte dos migrantes.

A partir daí, ela inicia a narrativa na perspectiva de primeira pessoa, sendo narradora-personagem de sua história. Todo o texto se aproxima de maneira pessoal da repórter, que mobiliza verbos e faz use de pronomes na primeira pessoa do singular, como em **dei azar** (linha 6) ou **me explicou** (linha 21).

Ela conta que havia marcado para assistir uma aula de português para refugiados do Instituto Adus, trazendo ao texto a primeira menção a poderes extrajornalísticos, a qual é seguida da referência à coordenadora do curso, Monica Nakajima, que recebeu a equipe de reportagem e ministrou a aula daquele dia. Dadas essas informações, a narrativa segue, assim como a primeira reportagem analisada neste capítulo, semelhante

a um texto ficcional, remetendo a uma aventura ou a um romance, exemplificado pelos indexicais espaciais e qualitativos: **a cidade ficou tumultuada** (linha 7); **no 11° andar de um prédio daqueles antigos no centro da capital paulista** (linhas 16 e 17), **o primeiro a chegar foi o haitiano Jean Romain** (linhas 28).

Além da voz da narradora, a voz que mais se repete é a da coordenadora do curso, cujas falas são citadas sete vezes ao longo do texto. É a partir de suas visões que a imagem da sala de aula é construída ao longo do texto, já que uma traz o olhar de observação enquanto a outra oferece sua contextualização do que é um curso de português para refugiados. Não há ocorrências, em nenhum momento, de pequenas narrativas ou relatos acerca do curso, das aulas ou de suas experiências nesse espaço por parte dos refugiados.

Quando há algum comentário sobre o assunto, que seja creditado a um dos alunos, ele é reportado pela jornalista, como em **o objetivo, ao estudar a quarta língua, é um dia terminar o curso de engenharia** (linhas 35-37) ou em **pretende aprender o idioma para prestar o exame de revalidação de seu diploma** (linhas 58 e 59). Em contrapartida, as falas da coordenadora incluem bastantes detalhes e informações sobre o curso e seu contexto (Quadro 5).

Quadro 5 – Falas da coordenadora entrevistada em reportagem analisada

Geralmente, começamos o ano com classes mais cheias, que vão diminuindo ao longo dos meses [...] (linha 19)
Os que continuam são, na maioria das vezes, quem mora perto ou tem um objetivo definido, como prestar o Enem ou a prova para revalidação do diploma universitário. (linha 22)
Esse horário da noite é para os que saem do serviço e vêm estudar. (linha 25)
Quando começamos com as aulas de português, em 2015, só havia homens que vinham para o Brasil tentar uma vida melhor [...] As mulheres estão vindo [...] hoje elas vêm, inclusive com as crianças. (linha 74)
Queremos que eles saiam se virando, sabendo como falar em uma farmácia, em um hospital, no transporte público. Até por isso preparamos conteúdo próprio. (linha 85)
Uma vez em uma aula sobre adjetivos, uma aluna perguntou se podíamos usar a palavra 'gostoso' para descrever pessoas. Eu disse que, na casa dela, com o companheiro, até podia. (linha 94)
Em outro dia, alguém quis saber por qual motivo as pessoas não dizem simplesmente 'obrigada' ou 'obrigado'. (linha 98)

Fonte: Autoria própria.

Pode-se notar que Mônica abre pequenas narrativas em suas falas, sempre contando sobre alguma situação em sala de aula ou sobre a realidade do curso atualmente. Elas geralmente se iniciam com um verbo na primeira pessoa do plural (**começamos; queremos**) que indexicaliza aqueles que não são refugiados (portanto, não são alunos); aqueles que são os idealizadores e administradores do curso. Também podem se iniciar com expressões de introdução de narrativas orais (**uma vez; em outro dia; quando**), contando, a partir de suas próprias experiências, pequenas histórias curiosas ou engraçadas que surgiram de questionamentos dos alunos.

Essas construções narrativas falam sobre o contexto dos refugiados em sala de aula, mas não possuem, em sua formação, a coparticipação dessas pessoas. Ao longo da narrativa geral da notícia-depoimento, não é perguntado aos alunos o que eles querem do curso, nem ocorrem pequenas narrativas sobre algumas de suas experiências aprendendo português. Outros poderes extrajornalísticos citados são a Polícia Federal e o Acnur, por se tratarem de fontes oficiais de dados e mapeamentos.

Assim como no título, os trechos reportados contendo falas dos alunos reforçam a tese formulada pela jornalista de que a vinda para o Brasil e o curso de português são a resposta para melhoria de vida ou melhores oportunidades. A pequena narrativa de Jean Romain, contada em primeira pessoa, é seu espaço de fala ao longo de todo o texto e corrobora com tal senso, formulando uma comparação clara entre a) um Brasil que oferece desenvolvimento (como **estudar a quarta língua, terminar o curso de engenharia** [linha 36], **seguir na profissão** [linha 37] e **aprender música** [linha 38]), e b) um Haiti no qual não há **muito como melhorar** e onde **não há segurança** (linha 40).

O aluno comenta que fala crioulo, francês e um pouco de inglês, o que causa, mais adiante, a observação da autora sobre o português ser a quarta língua aprendida pelo migrante, demonstrando uma interpretação quantitativa e aditiva de língua. Diante desses “idiomas”, seria, então, o português o único capaz de oferecer a Jean a prosperidade que deseja?

A avaliação da repórter feita logo em seguida parece aproximar tal resposta. Em análise do “português” do haitiano, de seu sotaque e de sua aparente falta de fluência, a autora alega que o migrante, em sua prática linguística, estava **engasgando entre uma palavra e outra** (linha 41). Um comentário similar é feito acerca da prática de outro aluno, que para ela possui **português mais desenvolvido, ainda que**

carregado de sotaque (linhas 49 e 50), destacando, ainda que não propositalmente, preconceitos e alimentando estereótipos linguísticos.

A seção intitulada *Para prestar o Revalida* retoma a ideia de a busca pelo português estar relacionada a questões de realização profissional, como prestar o Enem ou o exame de revalidação de diploma. Esse parece ser o objetivo principal de Mohammad, refugiado sírio e aluno do curso. Em sua pequena narrativa, ele também apresenta uma comparação entre Brasil e Jordânia, país onde primeiro viveu após saída da Síria, em que um parece abrir portas de estudo e trabalho enquanto o outro impossibilita sua atuação na área de veterinária em razão de sua origem.

Em um dos trechos citados pela autora, o homem afirma que deseja **fazer a prova** (do Revalida), se **estabelecer e trazer a família** (linha 61). A jornalista diz que Mohammad contava sua história a ela, quando dois outros alunos chegam à sala. Apesar dessa informação, o leitor não tem contato com a história do refugiado, já que a mesma não foi reportada no texto. Tais memórias e lembranças podem ter sido dadas à repórter, a qual, por sua vez, não as transmite ao leitor de forma direta ou indireta.

Aulas para as mulheres foi o título dado à seção seguinte, onde faz-se menção aos últimos dois alunos a comporem a sala daquela noite, Yessika e Wellington, da República Dominicana. Com todos os alunos presentes, a autora considera que a turma molda **um bom retrato da realidade dos migrantes que chegam a São Paulo** (linha 70), já que dentre os quatro, apenas uma era mulher.

Nesse pequeno espaço narrativo, há presença apenas para as falas da autora e da professora/coordenadora, que revela o aumento da participação feminina no curso de português. Apesar disso, curiosamente, Yessika, a única migrante mulher da classe, não participa dessa ou de outra parte da composição da notícia. Não há nenhuma fala sua reportada, nenhuma pequena narrativa contada por ela, nenhum relato ou comentário autoral de sua própria realidade, sendo somente seu nome e sua nacionalidade mencionados. O mesmo acontece a Wellington, que só é citado a fim de completar a cena.

Desse momento em diante, fala-se um pouco mais sobre o curso, sua metodologia e sobre as experiências pessoais da professora Mônica, que as considera engraçadas e interessantes, dando sequência ao relato de observação da aula. Na seção *Das abreviações ao riso*, a repórter, então, descreve o conteúdo e o funcionamento didáticos daquela noite, comentando que assuntos como abreviações, sotaques e

elementos regionais do português brasileiro foram trabalhados com os alunos. Jean e Mohammad foram os únicos cujas participações foram relatadas. A jornalista finaliza sua narrativa geral de maneira poética/romântica ao dizer que o idioma universal é o riso.

Quadro 6 – Verbos e termos/indexicais recorrentes em reportagem analisada.

Verbos recorrentes nos textos	Termos/Indexicais recorrentes nos textos
Atacar Morar Viver em Vir para	Curso/Aulas de português Nacionalidades: haitiano, sírio, palestino, brasileiro Refugiado e/ou migrante Atacado Violência Intolerância Xenofobia

Fonte: Autoria própria.

Após o período de análises apresentado anteriormente e buscando visualizar de maneira panorâmica as similaridades entre elas, encontro elementos linguísticos em recorrência ou destaque, revelando um padrão entre as reportagens e os relatos. Parafraseando Mia Couto, os indexicais em recorrência são como fios que se entrelaçam e que recebem as miçangas. As miçangas, por sua vez, são os eventos e os confrontos; os nós que foram atados e precisam ser desmanchados pelas mãos do migrante.

Alguns deles são a) os termos **refugiado/migrante** em oposição a **brasileiros**; b) a contínua repetição das nacionalidades (**haitiano, sírios, palestino**) e a condição de **atacado** dos migrantes nas reportagens; c) menção à **violência, intolerância e xenofobia** e d) ao curso e às aulas de português. Além disso, alguns verbos como **atacar, morar, viver em e vir para** possuem constante ocorrência ao longo dos textos.

Esses indexicais se manifestam a partir de inferências ao **aqui** e ao **lá**, além de da distinção entre **eles** e **nós**, em que o primeiro é sempre **acolhido** ou **agredido** e o segundo é sempre **acolhedor** ou **agressor**. Todos os relatos apresentam a imagem do refugiado como dependente de algo ou alguém, não possuindo autonomia de ação em sua própria realidade. Em todos os textos, também pode-se notar a relação de dificuldades e problemas dos que vêm para o Brasil, alguns em termos mais graves, outros, mais amenos.

Quanto às grandes narrativas, notou-se que nenhuma é narrada pelo próprio migrante, ao contrário, faz-se pelo repórter/redator, mesmo em caso de notícias-relato. Em adição, o assunto ou a temática de cada texto é o próprio refugiado, de quem sempre se fala. Quando possuem participação na construção textual, essa ocorre apenas por meio de falas reportadas que reforçam o estereótipo da **dependência** e da **agressão**. Em menções, os migrantes sempre se encontram em estado de vitimização, falta de algo ou necessidade. Esse estado só aparenta ser modificado a partir da intervenção de poderes extrajornalísticos, citados em todos os textos.

Percebeu-se que sempre ocorre a divulgação da nacionalidade ou do status político do migrante, bem como o detalhamento de seu trabalho ou de sua ocupação, geralmente contrastando sua formação no país de origem e sua atuação depois da chegada ao Brasil. Outra informação relevante, apresentada em três dos relatos, é do contato dos migrantes com o ensino de português, seja no momento presente ou em algum período recente. De maneira geral, fala-se sobre novas oportunidades oferecidas/obtidas pela vinda ao Brasil, melhoria ou recomeço de vida, relacionando isto a aulas de português.

Por fim, cabe comentar que todas as reportagens relatam ataques, perigo ou ameaça aos migrantes, tratando-se sempre de agressões de cunho xenofóbico, racista ou de intolerância religiosa. Essas características em comum, principalmente quando analisadas a partir da perspectiva linguística, demonstram, portanto, uma padronização nas notícias veiculadas pela grande mídia brasileira, que, em tantos casos, testifica a favor de estereótipos segregadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, muitos conceitos e pensamentos alcançaram e preencheram os pensamentos desta autora. Em tempos onde a migração forçada tem se estendido e se deslocado da negligência à notoriedade, promover pesquisas linguísticas que transgridam conhecimentos hegemônicos e tomem o falante migrante como ponto de partida, curso e chegada parece ser o melhor caminho.

Dessa maneira, em virtude do que foi mencionado, pensou-se este trabalho com o intuito de discutir a relação entre refúgio e acolhimento, aprofundando-se na perspectiva sociolinguística (enquanto união entre língua e sociedade), além de propor reflexões que visem reformulações do trabalho linguístico com migrantes forçados.

De início, três questionamentos surgiram, sendo eles: i) Como podemos tratar a questão do refúgio, do acolhimento e da Língua de Acolhimento a partir de uma perspectiva decolonial?; ii) Se há um acolhimento pela língua, como ele é visto ou como poderia ser?; iii) Como poderiam ser as políticas linguísticas decoloniais?

Observou-se que a perspectiva decolonial, ou o fazer descolonial, oferece ao acolhimento de refugiados no Brasil e no mundo o equilíbrio necessário entre o auxílio emergencial ao que migra e a emancipação/livre agência social do migrante. Há limitações, entretanto, no que tange às questões governamentais de políticas públicas ou à manutenção de estereótipos de salvador ou salvo.

Assim, a ideia de Língua de Acolhimento deve, também, passar por reavaliações decoloniais, a fim de que direcione ao falante/migrante enquanto agente e menos ao nativo linguístico/acolhedor como detentor do saber e da cultura. Nota-se a importância de reexaminar as relações de poder existentes na conceituação de Língua de Acolhimento, visto que parece implicar um entendimento de que há um lado mais forte em detrimento de outro, além de indexicalizar que todo o acolhimento se resume à língua.

Foi possível detectar que políticas linguísticas decoloniais são de extrema importância para o sucesso de ofertas de acesso ao estudo da língua nomeada oficial, já que esta, ainda que não isoladamente, faz parte do acolhimento que é primordialmente social. É por meio delas que o migrante garante, em termos políticos, seu direito de contato com a língua. Políticas públicas de tal cunho ainda se encontram em estado de escassez ou estagnação, atrapalhando, de diversas maneiras, a fundamentação de uma abordagem decolonial.

Para a análise de dados desta pesquisa, foram selecionadas cinco reportagens, sendo uma delas retirada do site do ACNUR e quatro, de jornais digitais. Todas apresentam histórias vivenciadas por migrantes forçados no Brasil, em diferentes circunstâncias. Os critérios de seleção foram o período de ocorrência, variável entre 2015 e 2020, e a menção (breve ou extensa) ao ensino de português ou mesmo à própria língua.

Esta pesquisa seguiu uma metodologia qualitativa, de natureza aplicada, de cunho exploratório e aspecto decolonial, utilizando-se dos seguintes instrumentos de análise: i) narrativas de vida, ii) indexicalidade e iii) dicotomia “notícia típica” x “notícia depoimento”. Quanto ao primeiro, pôde-se entrever a extensão de um trabalho com narrativas de vida, alcançando a magnitude do próprio ser humano. Por essa razão, não caberia integralmente nesta ou em nenhuma pesquisa. Entretanto, assim sendo, a mim e a colegas pesquisadores, ainda seria de valor inesgotável para estudos futuros.

Nos dados analisados, as narrativas de vida foram cruciais para o entendimento de dicotomias presentes na relação migrante x local. Além disso, a partir de sua perspectiva, foi possível aprofundar-nos na microfísica do poder também residente em tais vinculações humanas. Algo de maior destaque, entretanto, foi o aparecimento de supranarrativas acerca de migrantes forçados e de suas experiências pessoais.

Quanto à indexicalidade, cabe dizer que sua ação ultrapassa, sem dúvidas, a rotulação de “instrumento de análise”. Trata-se de uma mudança de mente, neste caso, acadêmica, pela qual observou-se a ação colonialista presente (e insistente) nas trocas, também linguísticas, entre migrantes e locais. Apesar de mobilizada como instrumento, a indexicalidade, em si, permeou toda esta pesquisa, direcionando sua significação.

Por fim, de maneira mais técnica, a dicotomia “notícia-típica” e “notícia-depoimento” foi capaz de singularizar cada uma das reportagens analisadas, que, mesmo inseridas nessas nomenclaturas, apresentaram características únicas no que diz respeito à questão da violência simbólica e da violência física ou da representação de um migrante “sofredor” e “carente”.

No decurso desta pesquisa, deparei-me com problemas profundamente enraizados na cultura brasileira quando o assunto é alguém que vem de fora; questões sociais que, hoje, tornam-se perceptíveis aos olhos cotidianos ao se encontrarem com quem é “diferente”, quem não fala “nossa língua”. Para muitos, como foi possível ver nas análises apresentadas ao longo do texto, eles são de “lá” e nós somos “daqui”, para estas pesquisa e pesquisadora, eles são “nós” e “aqui” e “lá” são meras questões

geopolíticas. Resta-nos pensar em quem queremos ser para nosso “próximo”. Seremos a palavra que nega, a palavra que duvida ou a palavra que encontra no outro seu complemento, sua semelhança?

Como linguista, busco, com esta pesquisa, oferecer reflexões sobre a relação entre palavra e migração, entre língua e acolhimento, entre autonomia e refúgio. Assim, apresento aqui um estudo simples sobre refúgio e decolonialidade que nos leve a questionar quem, de fato, fala a língua de acolhimento. Que a pesquisa linguística possa promover caminhos para a justiça social, para a igualdade de direitos e para a liberdade de agência social. Em relação a migrantes, defendo, portanto, que um acolhimento com vistas à justiça social é aquele que conta com estratégias linguísticas que reconhecem a existência e a alteridade dos falantes. Isso é, então, a garantia dos Direitos Humanos de cada pessoa e de sua copresença em sociedade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. L. N. de. **Igualdade e Equidade: qual é a medida da justiça social?** In. Avaliação, v. 18, n. 1, Campinas; Sorocaba, SP, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2191/219125744008.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BASSAN, Dilani S.; GEVEHR, Daniel Luciano; LUZ, Maurício Wamms da. **Migrações e migrantes no contexto dos movimentos históricos contemporâneos**. In. Cadernos de Estudos Culturais, UFMS, Campo Grande/MS, v.2, p. 9-24, jul./dez. 2019.
- BAUMAN, Zygmund. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2017.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2014. (cap. IX)
- BON-MEIHY, Murilo Sebe. **“Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil**. In. Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies 1, p.18-28, 2014.
- BRASIL. **Declaração de Cartagena**. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional da Justiça. Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- BRASIL. **Lei de Migração – Decreto nº 13.445/2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- BRASIL. **Lei do Refugiado – Decreto nº 9.474/1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>. Acesso em: 13 de julho de 2020.
- BRITTOS, Valério C., GASTALDO, Édison. **Mídia, poder e controle social**. In. ALCEU - v.7 - n.13 - p. 121 a 133 - jul./dez. 2006. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n13_Brittos%20e%20Gastaldo.pdf> Acesso em: 03 de setembro de 2021.
- BUSCH, Brigitta. **Expanding the Notion of the Linguistic Repertoire: On the Concept of Spracherleben —The Lived Experience of Language**. In. Applied Linguistics Advance Access. Oxford University Press, 2015. Disponível em: <<http://applied.oxfordjournals.org/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.
- BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri C. **Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.
- CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual practice: global Englishes and cosmopolitan relations**. Nova Iorque, Routledge, 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 2015. (Introdução e Cap. 7)

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectado: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 2015. (Introdução, cap. 2 e cap. 9)

CASTLES, Stephen. **Understanding Global Migration: A Social Transformation Perspective**. In. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Routledge, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238398591_Understanding_Global_Migration_A_Social_Transformation_Perspective>. Acesso em 20 de julho de 2020.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1ª edição, Sá da Costa Editora, Portugal, 1978.

CHAUI, M. S. **Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder**. In: Dênis de Moraes. (Org.). *Poder midiático e disputas ideológicas*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019, p. 13-34.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA, Eric; SILVA, Flávia. **Legislação migratória e português como língua de acolhimento: reflexões sobre políticas linguísticas e língua(gem)**. In: *Letra Magna*. Ano 14, n. 23, 2018. Disponível em: <www.letramagna.com>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

COUPLAND, N. **Style, Language Variation and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. IN: _____ e col. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DITTRICH, Ivo José; LOPEZ, Debora Cristina. **A mídia brasileira e a noção de poder em Foucault**. In. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, UBI, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopez-debora-ivo-midia-brasileira-Foucault.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2021.

ELHAJJI, Mohammed. **Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais**. *Eptic*. Vol XIII, n 2, maio-agosto, 2011.

FABRÍCIO, Branca Falabella. **Processos de Ensino-Aprendizagem, Educação Linguística e Descolonialidade**. In. ZOLIN-VESZ, F. *Linguagens e descolonialidades: práticas languageiras e produção de (des)colonialidades do mundo contemporâneo*, v.2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed., Nova Fronteira, 1999.

FLICK, Uwe; KARDOFF, Ernst von; STEINKE, Ines. **A companion to qualitative research**. SAGE Publications, 2004.

FRANCISCO, Milton. **Vozes Inaudíveis (ou haitianos no rarefeito social)**. In. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 25, n. 1 e 2, p. 104-123, jan./dez. 2018. Disponível em: <https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/25/Revista_UFMG_25_p104-123.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. 1570. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000282.pdf>>. Acesso em: 7 de julho de 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. (cap. 1)

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In. Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, mar./abr. 1995.

GROSGOUEL, Ramón. **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas de esquerda ocidentalizada**. In COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.) Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2009. (Cap. “Pensando a diáspora”)

HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001

JAFFE, A. **Indexicality, stance and fields in sociolinguistics**. In COUPLAND, N. Sociolinguistics: theoretical debates. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

KUMARAVADIVELU, B. **A linguística aplicada na era da globalização**. In. MOITA LOPES, Luiz Paula da. Por uma linguística aplica indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LEE, Everett S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, Hélio A. de. Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste (ETENE), 1980.

LEE, Jerry Won. **The politics of translanguaging: after englishes**. Routledge, 2017.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- LINDE, Charlotte. **Life stories: the creation of coherence**. New York, Oxford University Press, 1993.
- MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. **Desinventando e (re)constituindo línguas**. Working Papers em Linguística, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 9-34, dez. 2015.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In. BERNARDINO-COSTA, J. (Org.) Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Editora Autêntica, 2018.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1Edições, 2018. (Introdução, cap. 1 e epílogo)
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. In Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- OTHEGUY, R., GARCÍA, O., & REID, W. (2015). **Clarifying translanguaging and deconstructing named languages: A perspective from linguistics**. In: *Applied Linguistics Review*. 6(3).
- PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. **Brasil: país de imigração?**. In. Revista Internacional em Língua Portuguesa: Migrações, III Série, nº 24, AULP, 2011.
- PENNYCOOK, Alastair. **Language as a Local Practice**. Routledge, 2010. (Introduction)
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- RAMPTON, Ben. **Continuidade e mudança nas visões de sociedade em Linguística Aplicada**. In MOITA LOPES, L.P. (org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006.
- RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SALIM, Celso Amorim. **Migrações internas: A necessidade de novos paradigmas**. Universidade Federal de Sergipe. 1992.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **A concepção de poder em Michel Foucault**. In. Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas, v. 16, n. 28, jan./jun. 2016, p. 261-280. Disponível em:

<<https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1504/1150>>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

SILVERSTEIN, Michel. **Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life**. Language and Communication, 2003, 193-229.

SOLANO, Esther. **A bolsonarização do Brasil**. In Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <www.letramagna.com>. Acesso em: 26 de outubro de 2019.

TRACY, Destutt de. **Elementos de Ideologia**. 1801. Disponível em: <<http://cfc.ul.pt/Seminarios/ElementosIdeologiaTracy.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

VERTOVEC, Steven. **Super-diversity and its implications**. In Ethnic and Racial Studies, 30:6, 2007.

WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. **Os muçulmanos no Brasil: elementos para uma geografia social**. In. ALCEU, v.1, n.2, p. 155-180, jan./jul., 2001.

WORTHAM, Stanton; REYES, Angela. **Discourse Analysis: beyond the Speech Event**. 1. ed. New York: Routledge, 2015.

ANEXO A – REPORTAGEM 1: CASO DE YUSRA**Família síria reconstrói vida em SP após dois anos em campo de refugiados na Jordânia²⁵****Família síria reconstrói vida em SP após dois anos em campo de refugiados na Jordânia**

Publicado em 26/11/2018

Atualizado em 26/11/2018

Yusra e sua família fugiram da guerra na Síria. Eles viveram por dois anos em um campo da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em Zaatari, na Jordânia, até conseguir viajar ao Brasil e recomeçar a vida em São Paulo.

Foi uma longa e perigosa jornada desde Idlib, próximo à fronteira com a Turquia, até o Brasil. O caminho foi marcado por perdas, violência e tristeza. Mais de 50 amigos da família morreram. Bombas estouraram perto de Yusra e de seus filhos. Com o tempo, cenas de violência e histórias de barbárie se tornaram cotidianas.

Hoje, a vida de Yusra se divide entre tarefas da casa, cuidar da família, frequentar aulas de português e estudar na mesquita do bairro onde mora, na capital paulista. O filho Mustafa trabalha e sustenta a casa, enquanto o marido Khaled busca recolocação no mercado de trabalho.

Yusra leva sua filha mais nova Yara, de 5 anos, para a escola. A história de Yusra e de sua família é uma história de sobrevivência. Depois de perder 150 familiares na guerra da Síria, a família recomeçou a vida em São Paulo, há três anos. “Aqui conquistamos nossa liberdade”, declarou.

Yusra é casada com Khaled e tem três filhos — Mustafa, de 18 anos, Hanna, de 16, e Yara, de 5, que nasceu no campo de refugiados de Zaatari. A família levava uma vida confortável em Idlib. “Tínhamos a nossa casa, nossa terra e plantávamos o que precisávamos. Era um lugar lindo”.

Foi uma longa e perigosa jornada desde Idlib, próximo à fronteira com a Turquia, até o Brasil. O caminho foi marcado por perdas, violência e tristeza. Mais de 50 amigos da

²⁵ Publicado em 26/11/2018 em: <<https://nacoesunidas.org/familia-siria-reconstrói-vida-em-sp-apos-dois-anos-em-campo-de-refugiados-na-jordania/>>

família morreram. Bombas estouraram perto dela e de seus filhos. Com o tempo, cenas de violência e histórias de barbárie se tornaram cotidianas.

“Nessas horas você vê que só a vida é importante. Não tem uma escolha. A escolha é pela vida. O resto a gente deixa para trás.”

Mais de 12 milhões de sírios foram forçados a deixar suas casas e fugir por conta da guerra. Isso representa mais da metade da população de cerca de 18 milhões de pessoas. Yusra conta que a família não queria deixar sua terra, abandonar raízes, amigos e familiares. No entanto, quando seu marido foi preso, tudo mudou. Khaled começou a ser perseguido em Idlib por levar feridos para o hospital do outro lado da fronteira. Preso por onze meses, ele ainda carrega as marcas do que descreve como o pior período de sua vida. Enquanto esteve na cadeia, Yusra viveu com seus dois filhos na casa do irmão em uma pequena cidade na Turquia, próxima à fronteira.

Quando o marido foi solto, a família fugiu para Damasco. Khaled teve que viver trancado no apartamento porque ainda estava sendo perseguido. As crianças não podiam sequer estudar, pois poderiam ser seguidas até em casa. No entanto, um dia o rastreamento, mas, por sorte, entraram na casa da vizinha, dando à família a chance de escapar.

Decidiram, então, gastar as economias para até Daraa, na fronteira com a Jordânia, atravessando 330 km. De lá, seria possível chegar até o campo de refugiados de Zaatari. Fizeram o caminho separados, um carro levou Yusra e as crianças, enquanto Khaled teve que ir a pé com um grupo de sírios. Era perigoso irem juntos.

No campo de refugiados de Zaatari, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) fornece ajuda humanitária vital para os refugiados sírios, apoiando as pessoas mais vulneráveis com dinheiro para remédios e alimentos, fogões e combustível para aquecimento, isolamento para tendas, cobertores térmicos e roupas de inverno.

“Na noite em que chegamos a Zaatari nos levaram até uma barraca. Eu estava tão exausta de todo o estresse que deitei e dormi no chão mesmo, sem nada. Foi a primeira vez que dormi bem em muito tempo.”

A família morou no campo por dois anos. No início, moraram em uma barraca, posteriormente, conseguiram ir para uma unidade habitacional inovadora que tem divisórias para cômodos, janelas e iluminação por energia solar. Ainda assim, a vulnerabilidade era grande.

“A vida no campo era difícil. Você fica muito vulnerável. Dependíamos de ajuda para comer, nos vestir e nos aquecer. Só tínhamos o que nos davam. Os banheiros eram

compartilhados por muitas pessoas. Era tanta terra e poeira que quando a gente passava uma toalha ela saía marrom.”

Atualmente, cerca de 80 mil refugiados sírios vivem no campo de refugiados do ACNUR em Zaatari, sendo que 20% tem menos de 5 anos de idade. Eles precisam da ajuda dos demais para sobreviver.

A família estava sem esperança e sem escolha. Não havia mais uma casa na Síria para voltar e os países árabes não os acolheram. Foi então que Khaled descobriu que seu passaporte só tinha mais 20 dias de validade: se não saíssem agora, não conseguiriam mais. Ele tinha um irmão que já estava vivendo no Brasil, então, mesmo resistente à ideia, foi à embaixada brasileira na Jordânia.

“Me deram bom dia e me ofereceram uma limonada. Se solidarizaram com a situação da minha família, Yara era uma bebê pequena, e consegui o visto”, declarou.

Ao chegar ao Brasil, Khaled buscou apoio da IKMR, parceiro do ACNUR que o ajudou a preparar toda a documentação para a vinda da família — suas filhas não tinham nenhum registro de identificação ou documento, tudo se perdeu na guerra. Graças à ajuda que recebeu, em três meses a família estava reunida em São Paulo. Com o tempo, conseguiram trazer a mãe de Khaled, que hoje também vive com eles.

“Chegar aqui foi recuperar a liberdade. Os parceiros do ACNUR nos ajudaram muito. Tivemos apoio para solicitar refúgio, para inscrever nossos filhos na escola, acesso a aulas de português, e até hoje levam as crianças em passeios. Gosto muito deles.”

Para Hanna, a filha do meio, a adaptação não foi fácil e no início sofreu bullying na escola: “tenho orgulho do meu véu”, conta determinada. Hanna sonha em ser jornalista para poder contar as histórias das pessoas.

Hoje a vida de Yusra se divide entre tarefas da casa, cuidar da família, frequentar aulas de português e estudar na mesquita do bairro onde mora. O filho Mustafa trabalha e sustenta a casa, enquanto Khaled se recoloca no mercado de trabalho.

Agora, tudo o que esperam é um futuro para seus filhos no Brasil. Depois de tanta dor, não há espaço para saudades. “Foram tantas perdas que o coração vira uma pedra. A gente mantém o espírito alegre pelas crianças, mas estou vazia. Meu coração é vazio. Não tenho mais lágrimas para chorar”.

O ACNUR atua na emergência da Síria desde o começo. É a principal agência da ONU em proteção, abrigo, serviços comunitários e distribuição de itens essenciais dentro da Síria. Mas não é só isso: está ao lado dos refugiados em todos os passos da sua jornada.

No Brasil, apoia por meio de parceiros locais cursos de português, revalidação de diploma, documentação, atuando para que as famílias se integrem e tenham a chance de viver em melhores condições.

ANEXO B – REPORTAGEM 2: CASO MOHAMED

Refugiado sírio é atacado em Copacabana: 'Saia do meu país!'

Mohamed Ali vendia esfirras na esquina da Rua Santa Clara com a Avenida Nossa Senhora de Copacabana quando foi insultado

Gabriela Viana

03/08/2017 - 17:02 / Atualizado em 04/08/2017 - 19:15

RIO - Um refugiado sírio foi vítima de um ataque em Copacabana, na Zona Sul do Rio. Mohamed Ali, de 33 anos, que vende esfirras e outros quitutes árabes, e foi agredido verbalmente por um homem por causa do ponto de venda. Um vídeo da discussão foi publicado nas redes sociais e viralizou.

Nas imagens é possível ver um homem com dois pedaços de madeira nas mãos gritando: "saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bombas que mataram, esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis". Adiante no vídeo, ele ainda fala: "Essa terra aqui é nossa. Não vai tomar nosso lugar não".

Os comerciantes chegam a derrubar a mercadoria de Mohamed no chão, que pergunta o motivo da agressão. Os homens, então, falam novamente para ele sair do Brasil. Mohamed está no Brasil há três anos e estava trabalhando na esquina da Avenida Nossa Senhora de Copacabana com a Rua Santa Clara na sexta-feira, quando tudo aconteceu.

— Eu não entendi muito bem porque ele veio brigar comigo. De repente ele começou a gritar e me pedir para sair. Ele falava muito rápido e não consegui compreender algumas coisas. Outras pessoas que estavam traduzindo para mim. Sei que ele falou que os muçulmanos estavam invadindo o país e falando de homens-bomba. Não esperava que isso pudesse acontecer comigo. Vim para o Brasil porque a guerra me fez vir para cá. Vim com amor, porque os amigos sempre diziam que o Brasil aceita muito outras culturas e religiões, e as pessoas são amáveis e todos os refugiados procuram paz. Não sou terrorista, se eu fosse, eu não estaria aqui, estaria lá — disse.

No vídeo, ainda é possível ouvir algumas pessoas defendendo Mohamed. Uma mulher ainda o orientou a deixar o local diante da confusão. Ele, então, retira os pertences.

– Chegaram carros da polícia, da Guarda Municipal. Me falaram para registrar na polícia, mas não quis. Não quero confusão. Quero apenas trabalhar em paz – disse.

No Facebook, diversos internautas pediram desculpas a Mohamed em nome dos brasileiros pelo ocorrido:

"Olá, Mohamed Ali, boa noite. Em nome de todos os brasileiros e trabalhadores, peço desculpas pelo que você passou enquanto trabalhava", escreveu uma internauta.

"Você é bem vindo no Brasil. Perdoe este sujeito que te atacou, ele não sabe o que faz", disse outro.

Apesar do ocorrido e de ter medo de encontrar o homem que o ofendeu, Mohamed não tem intenção de sair do Rio ou deixar de trabalhar em Copacabana.

– Passei a trabalhar em outro ponto para não encontrá-lo novamente, mas não vou sair daqui. Mudar, trocar de casa, é difícil. Espero apenas que não aconteça novamente. Foi muito triste. Não quero outra briga. Fico com medo. Trabalho sozinho – falou.

O titular da 12ª DP (Copacabana), Gabriel Ferrando, disse ter conhecimento das imagens, mas em casos como o de Mohamed, a atuação da polícia depende de uma manifestação da vítima.

– O ofendido não compareceu para registrar e denunciar o feito. Ameaça e injúria dependem de manifestação de vontade da vítima. Independente disso estamos analisando as imagens para tentar localizar os envolvidos. Estamos diligenciando – disse.

Em nota, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI) afirma que acompanha o caso do refugiado agredido. O órgão repudia o ataque de xenofobia, e afirma que já está em contato com a família do sírio, que participou do curso de português oferecido pela secretaria no ano passado, para prestar a assistência necessária.

"É inaceitável casos de xenofobia e intolerância religiosa ainda aconteçam no Rio de Janeiro. Essas pessoas saíram dos seus países por serem vítimas de algum tipo de perseguição e viram no Brasil uma oportunidade de recomeço. Eles trazem uma grande contribuição para a economia do estado, além da rica troca cultural com os fluminenses.", afirma, em nota, o secretário Átila A. Nunes.

ANEXO C – REPORTAGEM 3: CASO DE HAITIANOS NO GLICÉRIO

10/08/2015 19h12 - Atualizado em 10/08/2015 21h13

'Pensei que era uma pedrada', diz haitiano atacado no Glicério

Imigrantes foram atingidos por balas de chumbinho em 1º de agosto. Gregory Deralus prestou depoimento nesta segunda e relatou ataque.

Paulo Toledo PizaDo G1 São Paulo00:00/02:01

O haitiano Gregory Deralus, de 34 anos, relatou em depoimento à polícia nesta segunda-feira (10) o ataque que sofreu em 1º de agosto na região do Glicério, no Centro de **São Paulo**. Outros cinco haitianos foram atingidos por balas de chumbinho na mesma data. “Estava saindo da igreja, senti uma coisa na perna e pensei que era uma pedrada”, afirmou ao deixar o 1º Distrito Policial, que concentra as investigações.

Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, seis haitianos ficaram feridos — três homens e uma mulher ainda têm a bala de chumbinho alojada no corpo e deverão fazer cirurgia. As agressões ocorreram na região da Missão Paz, que abriga imigrantes no Glicério. Os haitianos sofreram três ataques em apenas uma hora e meia.

Gregory Deralus falou à polícia por cerca de duas horas. Ele relatou ao deixar a delegacia que só soube que tinha sido atingido por uma bala de chumbinho após procurar um médico. “No dia seguinte, mostrei o machucado na missão e outros também tinham se machucado. Disseram para eu ir ao hospital, fui, fiz exames, raio-X, e vi que tinha uma bala”, afirmou.

Ele disse não saber o que motivou a agressão. “Não sei, acho que vagabundo não faz mal só a haitianos. Primeiro, faz com haitiano, depois africano, colombiano e brasileiros. Bandido tem em todo país”, afirmou. “Aqui tem africano, colombiano, tem muitos estrangeiros no Brasil, não só haitianos. Me dou com todos. Aqui todo mundo é humano. Você é humano e eu também. Não é preto ou branco, todo mundo tem sangue, eu sou filho de Deus.” Segundo o haitiano, o médico disse que ele não precisa retirar a bala de chumbinho. Ele afirmou, no entanto, que prefere fazer a cirurgia.

Gregory mora no Brasil há um ano e três meses. Ele trabalha como auxiliar de materiais em uma obra. No Haiti, se formou em ciências da computação.

Atendimento aos feridos

O Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), da Prefeitura, informou que todos os feridos foram atendidos no Hospital Municipal Tatuapé, e que o estado de saúde é estável.

Segundo nota da Secretaria de Direitos Humanos, o boletim de ocorrência registrado no 8º Distrito Policial informa que “um ocupante de um carro que passava no local teria gritado “haitiano!” e logo depois alvejado as vítimas”.

O padre Paolo Parisi, da Missão Paz, diz que registrou o boletim com mais quatro vítimas. Segundo ele, o veículo de onde partiram os tiros era cinza e o ataque ocorreu a cerca de 100 metros da Paróquia Nossa Senhora da Paz, onde fica a missão. “Dois foram atingidos abaixo

do joelho, um na coxa e outro na virilha", disse. Ele também contou que há possibilidade de ter ocorrido outro ataque, mas não conseguiu confirmar com os imigrantes.

Para o padre, o ataque pode ter sido vingança: "Faz algum tempo tentaram levar a bolsa de uma moça aqui perto. Um dos haitianos interferiu e entregou a bolsa de volta para a menina. Na hora, os assaltantes ameaçaram dizendo que 'iriam voltar'", contou.

A Secretaria disse que "repudia o fato ocorrido" e ressalta o "compromisso desta gestão em combater toda e qualquer forma de violência e xenofobia na cidade".

ANEXO D – REPORTAGEM 4: CASO AL JANIAH

Bar de refugiados palestinos é atacado com spray de pimenta e garrafa no Centro de SP

Al Janiah, localizado no Bixiga, foi atacado por grupo de 5 pessoas na madrugada deste domingo (1). Ninguém se feriu, mas direção da casa acredita em intolerância. Por G1 SP e TV Globo

01/09/2019 20h42 Atualizado há um ano

Bar de refugiados palestinos é atacado no Centro de SP

O bar de refugiados Al Janiah, localizado no Bixiga, região central da cidade de **São Paulo**, sofreu um ataque na madrugada deste domingo (1), de acordo com a direção da casa. Tudo aconteceu na calçada e ninguém se feriu.

Por volta das 3h30, um grupo de cinco pessoas se aproximou do estabelecimento portando faca e spray de pimenta, segundo nota do bar. O espaço já estava fechando as portas, mas ainda havia clientes, segundo a assessoria de imprensa.

Imagens de câmeras de segurança mostram o momento em que o grupo se aproxima do local. Um dos homens tenta esfaquear uma pessoa, mas acerta a porta, que se fecha.

Com o bar fechado, o grupo recua. Quando a porta se abre novamente, um dos homens ameaça com a faca em punho, enquanto outro, ao fundo, espirra spray de pimenta, e um terceiro atira uma garrafa de vidro, conforme explicou a assessoria de imprensa da casa ao **G1**.

Os seguranças abordaram o grupo, que fugiu após a ação que dura cerca de um minuto. Ninguém se feriu, mas os proprietários acreditam que “a principal motivação deste ato tenha sido o crescente discurso de intolerância e ódio que acomete este país”, já que o bar “sempre foi conhecido por ser um espaço democrático, de defesa das minorias políticas e acolhimento de refugiados”, conforme escreveram em nota nas redes sociais. A administração do estabelecimento acrescentou que está tomando providências, sem especificar quais.

A reportagem entrou em contato com a **Polícia Militar**, que não registrou a ocorrência. De acordo com a assessoria de imprensa do Al Janiah, a casa não ligou para a polícia, nem registrou boletim de ocorrência, pois situações similares ocorreram em 2016 e 2017, sem que tivessem pedido de socorro atendido.

O Al Janiah foi inaugurado há 4 anos por refugiados palestinos, e há 3 anos fica na mesma casa, no Bixiga. O local funciona como bar, restaurante e centro cultural, oferecendo cursos, atividades e palestras sobre filosofia e política.

Outros conflitos

Em 2016, o empresário Hasan Zarif, proprietário do Al Janhia e líder do movimento Palestina para Tod@s, afirmou ao **G1** que a **Polícia Militar lançou bombas de gás lacrimogêneo** contra seu estabelecimento, atingindo clientes e funcionários, durante manifestações.

Para o homem, o espaço sofreu repressão por receber clientes com alinhamento político de esquerda. "Fechamos as portas do bar, mas o gás começou a entrar. Pessoas passaram mal, eu fui para o fundo e entrei na cozinha. Depois de um tempo, saí e fui falar com os policiais", disse à época.

No ano seguinte, em 2017, seis pessoas foram presas, entre elas, Hasan Zarif, após **protestarem contra um ato** dos movimentos Direita São Paulo e Juntos pelo Brasil na Avenida Paulista. Os grupos de direita faziam uma manifestação contra a Lei de Migração. Eles responderam por explosão, lesão corporal, associação criminosa e resistência.

ANEXO E – REPORTAGEM 5: CASO CURSO DE PORTUGUÊS

Aula de português para refugiados é retrato da migração no Brasil

Do Haiti à Síria, passando pela República Dominicana, objetivo de migrantes é melhorar de vida — e um curso de português faz parte do caminho

- [INTERNACIONAL](#) | Ana Luísa Vieira, do R7
- 01/12/2019 - 02H02 (ATUALIZADO EM 02/12/2019 - 07H23)

Aulas de português para refugiados abordam temas do cotidiano

DIVULGAÇÃO/ADUS/GUILHERME ZAUIH

Dei azar: no dia em que marquei para acompanhar uma aula de português para [refugiados em São Paulo](#), a cidade ficou tumultuada após algumas pancadas de chuva. Uma das professoras do Instituto Adus — organização não governamental que trabalha com a integração desses migrantes — avisou seus alunos, no início da tarde, que não teria como comparecer às lições daquela noite.

Coube à coordenadora do curso, Monica Nakajima, receber esta repórter do R7 e os poucos alunos que não foram atrapalhados pelo aguaceiro.

No 11º andar de um prédio daqueles antigos no centro da capital paulista, o que era para ser duas turmas de dez migrantes se tornou só uma, de quatro. “Geralmente, começamos o ano com classes mais cheias, que vão diminuindo ao longo dos meses — conforme os migrantes mudam de cidade ou encontram um trabalho”, Monica me explicou.

“Os que continuam são, na maioria das vezes, quem mora perto ou tem um objetivo definido, como prestar o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) ou a prova para revalidação do diploma universitário. Esse horário da noite é para os que saem do serviço e vêm estudar.”

O Haiti da República

O primeiro a chegar foi o haitiano Jean Romain, 33, que vive no Brasil há dez meses e faz as aulas de português há seis. “Também falo crioulo, francês e um pouco de inglês.”

Jean é um dos mais de 115.000 migrantes haitianos que residem no Brasil hoje, de acordo com dados divulgados pela Polícia Federal no último mês de setembro.

Por ora, ele trabalha como costureiro em uma cooperativa no bairro paulistano da República. Mas o objetivo, ao estudar a quarta língua, é um dia terminar o curso de engenharia, que começou no país natal, e seguir na profissão. Quem sabe, aprender música.

“Vim para o Brasil em busca de melhores oportunidades. No Haiti, não temos muito como melhorar. E não há segurança”, prosseguiu, ainda engasgando entre uma palavra e outra.

Para prestar o Revalida

Pouco antes das 19h, o segundo aluno a entrar na sala foi o sírio Mohammad Almasri, de 32 anos — que, até chegar ao Brasil, seis meses atrás, viveu quase uma década na Jordânia.

“Lá, eu não podia estudar ou trabalhar na área em que queria — sou veterinário — simplesmente pelo fato de ter nascido na Síria”, revelou, em português mais desenvolvido, ainda que carregado de sotaque.

Morando e trabalhando no bairro do Brás, Mohammad pode ser considerado uma representação precisa da maior parte dos sírios que residem na capital paulista: mais de 37% dos 604 que chegaram aqui no último ano estão nas zonas central e leste, segundo mapeamento publicado pelo Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em parceria com a Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

No Brasil, Mohammad pretende aprender o idioma para prestar o exame de revalidação de seu diploma — processo já em andamento na UFF (Universidade Federal Fluminense).

“Quero fazer a prova, me estabelecer e trazer minha família, que ainda está na Síria”, disse.

Aulas para as mulheres

A professora Monica Nakajima
ARQUIVO PESSOAL

Enquanto o sírio me contava sua história, os jovens Yessika e Wellington, primos que vieram da República Dominicana, foram os últimos a chegar — e, ainda sem intimidade com os outros dois colegas, prontamente se sentaram nas carteiras ao fundo da sala.

Ainda que pequena, a configuração da turma completa rendeu um bom retrato da [realidade dos migrantes que chegam a São Paulo atualmente](#): de todos os entrevistados para o mapeamento do Acnur em parceria com a Caritas no ano de 2018, 36% eram mulheres e 64% eram homens.

“Quando começamos com as aulas de português, em 2015, só havia homens que vinham para o Brasil tentar uma vida melhor e depois trazer os parentes.

Agora, são muitas famílias. As mulheres estão vindo. Os homens pensavam que elas não precisavam vir, que podiam ficar em casa com os filhos, mas hoje elas vêm, inclusive com as crianças”, comentou a professora Monica.

Empatia e jogo de cintura

Na opinião de Monica, a empatia é imprescindível na hora de ensinar português aos refugiados — motivo pelo qual os materiais são pensados especialmente para eles.

“Queremos que eles saiam se virando, sabendo como falar em uma farmácia, em um hospital, no transporte público. Até por isso preparamos conteúdo próprio: as tarefas frequentemente aplicadas em aulas de idiomas, para estrangeiros em geral, abordam turismo, negócios, como fazer um pedido em restaurante, uma reserva em hotel... Tudo muito distante da realidade dos refugiados”, pontuou.

Jogo de cintura para responder questionamentos que acabam sendo engraçados também é importante, conforme me relatou Monica: “Uma vez, em uma aula sobre adjetivos, uma aluna perguntou se podíamos usar a palavra ‘gostoso’ para descrever pessoas. Eu disse que, na casa dela, com o companheiro, até podia”, riu.

“Em outro dia, alguém quis saber por qual motivo as pessoas não dizem simplesmente ‘obrigada’ ou ‘obrigado’. É sempre ‘obrigada, viu?’ ou ‘obrigado, viu?’”, completou.

Das abreviações ao riso

A aula daquela quarta começou com um vídeo. Na gravação, uma mulher listava as abreviações que, no cotidiano, são comuns entre os falantes da língua portuguesa: “você está bem?” se torna “cê tá bem?”, “estou aqui” vira “tô aqui”, etc.

Aproveitando a deixa, Monica passou a falar com os alunos sobre sotaques e elementos que ganham nomes diferentes conforme a região do país — a começar pelas comidas: “No Rio de Janeiro, se diz biscoito, enquanto aqui em São Paulo é bolacha”, exemplificou.

“O que os brasileiros chamam de pastel, no Haiti pronunciamos como ‘patê’”, acrescentou o haitiano Jean Romain.

Da mesma forma que as expressões na forma coloquial do português, as distâncias entre Brasil, Haiti, Síria e República Dominicana foram se encurtando na sala de aula. O aluno sírio entrou no embalo: “No resto do mundo, meu nome é Mohammad. Mas aqui no Brasil é ‘Morraméd’”. A resposta dos colegas se deu em um idioma universal: o do riso.